



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS

THAÍSE OLIVEIRA TORRES MONTEIRO

Percepção da violência policial contra negros no Brasil por meio da análise de charges

BRASÍLIA

2026

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS

THAÍSE OLIVEIRA TORRES MONTEIRO

Percepção da violência policial contra negros no Brasil por meio da análise de charges

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva.

BRASÍLIA

2026

THAÍSE OLIVEIRA TORRES MONTEIRO

Percepção da violência policial contra negros no Brasil por meio da análise de charges

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva (Presidente)

Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Haydée Glória Cruz Caruso (Examinadora)

Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Sheila Dias Almeida (Examinadora externa)

Universidade Federal de Ouro Preto

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, à espiritualidade que me acompanha desde sempre, me protegendo e guiando meus passos. Aos meus queridos pais, Pedro e Edí; à minha irmãzinha Luana e seu marido Sherman; ao meu sobrinho Alberto; à minha avó Lourdes; às minhas tias Pi, Ebe e Ení. É reconfortante saber que tenho quem me incentive e apoie. Ao meu paciente e gentil orientador, professor Dr. Cristhian Teófilo, que respeitou meu tempo e desafios.

Agradeço ainda aos meus amigos que têm me acompanhado e apoiado por décadas, crescendo comigo e sendo minhas referências: Bruno, Caroline, Camila, Carlínico, Gustavo, Lavínico, Lili, Marilitcha, Muttley, Paulo, Prosaico, Robeertsom, Sávio, Tamires e Thiago. Aos queridos amigos da Secom, em especial à Dora, que cuida de todos nós, e aos amigos da Boemia. Aos amigos que a vida me trouxe de presente: Alerandra, Arthur, Bell, Clarissa, Eloise, Karim, Juliana, Lorena, Mayara, Ney, Regina, Rogério, Themba, Virgínia; e à Yuri, que me abriu espaço. À Átilla pelo companheirismo. A todos os meus outros amigos que me acompanham há anos, sintam-se abraçados por meu agradecimento mais carinhoso.

Ao Nick e ao Tonico, que tanto me ensinam sobre cuidado e amor.

Agradeço ainda às minhas queridas cheforis, Naiara e Riane, e aos amigos da Seplan. Aos amigos da Ascom da Fazenda, em especial Lígia, Rafael e Wesley. Aos amigos do MIR e especialmente às amigas da Ascom do MIR, junto com nossos pontos focais, principalmente à divina equipe de imprensa que segurou tantas pontas: Denise, Yara, Stefany, Sofia e Arthur, assim como à minha muito humana chefe Juliana e às minhas amigas Andressa e Helen.

Agradeço, ainda, ao corpo docente e funcional do PPGECSA, especialmente à professora Dra. Lilia Tավոlaro, que primeiro me orientou, e às queridas Cecília e Raquel, porto seguro dos discentes. Às amigas Ana, Andréia, Daiana, Maria Clara, Neblina e Pati, mulheres fortes e inspiradoras.

Aos resilientes chargistas desse país, que têm minha mais profunda admiração.

“Call the police for the police
Stop killing my people on these streets”
I can’t breathe, Black Pantera

“Eu sei, nossa simples existência já é uma afronta
Os demônios em você não aguentam ver outro preto que desponta
[...] Um grito vem da alma:
Fogo nos racistas
Eu disse, fogo nos racistas (deixa queimar!)”
Fogo nos racistas, Black Pantera

RESUMO

Esta dissertação propõe, por meio de uma moldura analítica derivada das intersecções entre comunicação, antropologia e sociologia, explicitar o meio pelo qual charges retratam a violência policial. Ela se ancora em estudos sobre racismo, representações do negro, senso comum, cultura e produção de sentido, trazendo as charges, cartuns, tirinhas e outras representações do humor gráfico crítico como manifestações culturais – pelo viés das ciências sociais – e gênero jornalístico opinativo – pelo viés da comunicação. Dessa forma, o trabalho contribui para os campos dos estudos sociais e comunicacionais delineando a demonstração das peças satíricas como um espaço de disputa de poder, reprodução de estereótipos e do fenômeno social global do racismo.

Palavras-chave: charges; violência policial; identidade racial.

ABSTRACT

This dissertation proposes, through an analytical framework derived from the intersections of communication, anthropology, and sociology, to examine the ways in which political cartoons portray police violence, particularly against Black people. It is grounded in studies on racism, representations of Black people, common sense, culture, and the production of meaning, treating political cartoons, caricatures, comic strips, and other forms of critical graphic humor as cultural manifestations – through the lens of the social sciences – and as an opinion-based journalistic genre – through the lens of communication studies. In this way, the work contributes to the fields of social and communication studies by framing the demonstration of satirical pieces as a space of power disputes, the reproduction of stereotypes, and the global social phenomenon of racism.

Keywords: political cartoons; police violence; racial identity.

LISTA DE ABREVIATURAS

BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais

DUDH -Declaração Universal dos Direitos Humanos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICE - Immigration and Customs Enforcement

PIB -Produto Interno Bruto

PM - Polícia Militar

PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal

ROTA - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

SEPPIR -Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF - Supremo Tribunal Federal

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Charge de Laerte	15
Figura 2- Charge de João Montanaro	15
Figura 3 - Charge de Phil Hands	17
Figura 4 - Tirinha de Zapiro	18
Figura 5 - Charge de Las May	18
Figura 6 - Gilles Lasserpe	19
Figura 7 - Charge de Latuff (sol nasce quadrado)	33
Figura 8 - Charge de Latuff (Roberto Jefferson)	34
Figura 9 - Charge de Zapiro (dano à reputação)	37
Figura 10 - Charge de Zapiro	38
Figura 11 - Charge de Lafa	39
Figura 12 - Charge de Gilmar	40
Figura 13 - Charge de Latuff	44
Figura 14 - Charge de Lafa	50
Figura 15 - Quadrinho de Galvão Bertazzi	51
Figura 16 - Charge de Quino	52
Figura 17 - Quadrinho de Helô D'Ângelo	53
Figura 18 - Charge de Pestana (Representação na TV)	58
Figura 19 - Charge de Pestana (Aparência x qualificação)	59
Figura 20 - Charge de Pestana (Negro no mercado de trabalho)	61
Figura 21- Charge de Pestana (Tenho empregados negros)	62
Figura 22 - Charge de Pestana (Todo negro é...)	67
Figura 23 - Charge de Pestana (Mulher negra é...)	71
Figura 24 - Charge de Junião	79
Figura 25 - Cartum/Charge de Galvão Bertazzi (Tá chovendo cadáver)	89
Figura 26 - Cartum de Galvão Bertazzi (Limpa os pés)	90

Figura 27 – Charge/Cartum de Galvão Bertazzi (Rio violento)	91
Figura 28 - Cartum de Angeli	92
Figura 29 - Charge de Gilmar	93
Figura 30 – Charge/Quadrinho de Lafa	94
Figura 31 - Charge de Latuff (Penha x Faria Lima)	95
Figura 32 - Charge de Latuff (Iceberg do tráfico)	96
Figura 33 - Charge de Monte Wolverton	97
Figura 34 - Charge de Mike Luckovich	98
Figura 35 - Cartum de Adão Iturrusgarai	99
Figura 36 - Cartum de Lafa (O alvo é o preto)	104
Figura 37 - Cartum de Lafa (Polícia para o preto)	105
Figura 38 - Cartum de Lafa (Chame a polícia para a polícia)	105
Figura 39 - Charge de Gilmar (Alphavella)	107
Figura 40- Charge de Gilmar (Tortura lúdica)	108
Figura 41 - Quadrinho de Galvão Bertazzi (Câmera ligada)	109
Figura 42- Charge de Galvão Bertazzi (Nem todo policial)	110
Figura 43 - Tirinha de André Dahmer (Nada acontecendo)	113
Figura 44 - Tirinha de André Dahmer (Tudo normal)	114
Figura 45 - Tirinha de André Dahmer (Tudo bem)	118

SUMÁRIO

1 Introdução	10
1.1 Contextualização do tema	13
1.2 Violência policial contra negros é um local por si só	16
1.3 Contexto histórico do negro no Brasil	20
1.4 Revisão da literatura pertinente e metodologia	24
2 A Charge e o Senso Comum	32
2.1 O senso comum e a percepção da pessoa negra como herança para o país	46
2.2 A charge, o senso comum e a leitura crítica da representação da pessoa negra	49
3 A sociologia da comunicação	55
3.1 Elucidando o processo de comunicação pelo viés sociológico	62
3.2 Legitimação das diferenças pela sociologia da comunicação	72
4 Disputa do campo de crítica social	78
4.1 A construção de sentido em uma operação policial ou chacina recente	84
4.2 A construção de sentido e a disputa na representação das operações policiais nas charges	100
4.3 Análise de charges dos três cartunistas por eles mesmos e seus colegas também entrevistados	103
5 Conclusão	112
Referências bibliográficas	119
APÊNDICE 1	125
APÊNDICE 2	133
APÊNDICE 3	145

1 INTRODUÇÃO

*“Olha doutor, podemos rever a situação
Pare a polícia, ela não é a solução, não”*

(EDSON GOMES, 1997)

Esta dissertação pretende analisar a percepção universal da violência policial, em especial contra pessoas negras, por meio da análise de charges de cartunistas, destacadamente os brasileiros. Há, a título de exemplificação, charges de outros países, como indicação de que a representação da manifestação do racismo das forças de segurança por meio do fenômeno da violência policial está presente em todo o mundo, o que evidencia a colonialidade do poder como padrão mundial racialmente informado¹. Com a conexão das charges de temáticas associadas ao cotidiano do negro² e, principalmente, de violência policial contra negros e situações que ensejaram tais ilustrações, este trabalho buscará demonstrar a construção social da banalidade racismo policial que permite a tolerância da sociedade quanto ao comportamento violento e racista da polícia, além da disputa do campo de crítica, também pelas forças policiais de negros no lugar de pessoa a ser abordada e tratada com violência. Para efeitos das discussões que serão feitas aqui, pessoas negras são aquelas pretas e pardas, de acordo com a classificação do IBGE. Há uma rica discussão³ no movimento negro brasileiro sobre a formação do nosso povo e, apesar de esse percurso ter nos trazido até aqui, partiremos de seus efeitos para que a abordagem possa se centrar nas charges, suas representações e o senso comum.

As charges são interessantes para o tipo de análise a que esse trabalho se propõe uma vez que desempenham, como parte da construção da narrativa racial trazida pela mídia, um importante papel nos discursos raciais, ajudando a moldar como essa comunidade de pessoas negras é percebida e como elas mesmas se percebem no tocante às relações raciais. Assim, essa dissertação está voltada para a compreensão do papel crítico das charges como um ponto central

¹ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. p. 117–142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

² Para facilitar a leitura, escolheu-se escrever na forma masculina ao longo da dissertação.

³ Sobre isso, consultar, entre tantos outros: AZEVEDO, Thales. **As elites de cor numa cidade brasileira**. Salvador: Edufba, 1996; BAIRROS, Luiza. **Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil**. Revista Afro- Ásia, n. 17, p. 173-186, 1996; DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100–122, 2007; GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Editora Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro. 1982; MAUÉS, Maria A. M. **Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras**. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987)**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2006.

na luta de classificações de senso comum sobre o racismo em nossa sociedade e a violência policial. Benedict Anderson, em ‘Comunidades Imaginadas’ explica que a mídia e as representações culturais têm papel crucial na criação de representações de grupos, categorizando-os como “o outro” (2008). Nesse mesmo sentido, Brackette Williams (2008) nos lembra que não há nada mais humano do que classificar e nada potencialmente mais destruidor dos seres humanos.

Dessa forma, ao longo do trabalho, pretendo utilizar as charges para mostrar a maneira como elas operam, funcionando a partir de um dispositivo de deslocamento do foco discriminatório das pessoas negras para colocá-lo sobre a violência policial sobre esse grupo, uma vez que, ainda que se identifique racismo nas forças policiais, o comportamento esperado de quem está na posição de ser garantidor da segurança da sociedade, não deveria ser violento contra quem quer que seja. A polícia não tem, no sentido estrito, permissão para agredir, julgar ou matar. No entanto, as pessoas negras são abordadas já com uma sentença de culpa a partir de uma chancela dada, no sentido amplo, pela sociedade que, ao perceber esse comportamento, reforça a ideia de que bandido bom é bandido morto, e bandidos são aqueles que a polícia, a partir de um olhar veladamente racista, diz que são bandidos. Este trabalho aborda, destacadamente, as formas de representação da violência policial racista do que o fenômeno do racismo institucional em si.

É curioso notarmos, a partir de Foucault (2005), o papel da crítica, pensada como a habilidade de dizer como não seremos governados, e como a charge exerce essa crítica, disputando-a no campo social. Essas peças gráficas servem bem à ideia desenvolvida ao longo do texto por se relacionarem às redes de poder não institucionais e não formalizáveis, se contrapondo a estrutura de poder formal estabelecida.

A Declaração⁴ Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948, diz, em seu preâmbulo, que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”, sem fazer ressalvas ou distinções entre os seres humanos. Ela também lembra, em seu preâmbulo, que “o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade” e afirma que povos das nações unidas manifestaram “sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher”, além de terem se comprometido a promover “o respeito

⁴ Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades”. O objetivo do documento é que, “cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades”. São noções fundamentais que buscam garantir a dignidade humana lembrando, já em seu artigo 1º, que “ todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” e em seu artigo 2º, inciso I, que “todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” e em seu artigo 3º, que “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

Ainda que todos esses princípios estejam amplamente incorporados em nosso arcabouço legal, a prática racista da sociedade e das forças policiais, faz com que seja pertinente pensar o que acontece na realidade em contraposição ao discurso sobre o que acontece na realidade. Duas ideias muito distintas, veremos.

Pesquisar esse tema também pode nos levar à compreensão mais ampla sobre como se enxerga o negro na sociedade brasileira e em outras sociedades, conectando essa percepção ao tangível, que é o trato dispensado pelas forças policiais a essa parcela da população, fenômeno que se reproduz globalmente.

Estudar a percepção da violência social por meio das charges, em especial as charges consumidas rapidamente no meio virtual – uma vez que as interações sociais se intensificam cada vez mais nesse ambiente – nos permite refletir sobre o não-dito e o silenciado nas nossas sociedades.

As charges, muitas vezes, trazem episódios que envergonham e escandalizam. Nos casos de violência e agressividade, elas explicitam a desigualdade estabelecida desde os tempos coloniais, jogando, na cara de quem as lê, uma expressão escrachada e exagerada de algo que se prefere tacitamente deixar escondido para que não se abalem as estruturas sociais de dominação vigentes. A categorização de grupos como “o outro”, já citada acima, também é uma forma de justificar a validade da exploração ou da discriminação (ANDERSON, 2008)⁵.

Como essas peças estão presentes cotidianamente na mídia e nos ambientes virtuais, elas se tornam uma forma de ver como a sociedade reage a elas por meio de interações,

⁵ Ao longo da dissertação, as referências serão parafraseadas, mas mantêm o sentido e estrutura originais.

comentários e repercussão. Ao estudá-las, também é possível criar um repositório sobre o tema, contribuindo para subsidiar uma reflexão antirracista a partir do ponto de vista da violência das forças policiais sobre pessoas negras. Dessa forma, busca-se compreender a dinâmica de representação e o tratamento dispensado a essa população, que não condiz com aquilo que se esperaria, em termos de missão, das forças policiais.

1.1 Contextualização do tema

A produção historiográfica mais recente tem incorporado de maneira bastante significativa a charge e demais modalidades do humor gráfico como importantes fontes históricas (SANTOS & MIANI, 2018). Elas estão presentes no cotidiano do brasileiro, seguramente, há mais de 150 anos. Reconhecido como primeiro chargista do país, Ângelo Agostini publicou, em 1869, *As Aventuras de Nhô-Quim*, personagem originário de costumes e manifestações culturais que rodavam o país na época. Em 1883, Agostini publica *As Aventuras do Zé Caipora*, peças satíricas também inspiradas pela noção de cultura vigente no país à época. A importância da confecção de peças que comuniquem predominantemente de maneira visual é ainda mais importante quando pensamos no alto índice de analfabetismo do país nos tempos coloniais. Cerca de 85% da população do país era analfabeta quando foi promulgada a Constituição Federal de 1891 (FREIRE *apud* BRAGA, 1989; MAZZEU, 2017, p. 35), o que evidencia o potencial impacto de uma peça satírica gráfica para se expressar uma opinião ou trazer atenção para um fato.

No Brasil, oficialmente tem-se a data de 22 de abril de 1500 como aquela em que os portugueses chegaram⁶ ao país. Foi somente com a vinda da família real portuguesa, em 1808, no entanto, que se legalizou a prática da imprensa. A Gazeta do Rio de Janeiro foi o primeiro periódico impresso a circular legalmente no país. Com essa chegada oficial da imprensa, cria-se espaço para a circulação massificada de ideias, que anteriormente eram distribuídas de forma artesanal e menos uniforme. Dentre essas ideias que agora tinham um espaço de destaque para circular, inserem-se as caricaturas, charges e cartuns, como as do supracitado Ângelo Agostini⁷.

A presença das histórias em quadrinhos inseridas em contexto temporalmente político e social, podem ser estudadas pelas Ciências Sociais pelo viés da manifestação cultural. Um exemplo clássico é o trabalho de Achille Mbembe em *The 'Thing' & its Double in Cameroonian Cartoons'* (1997). Esse tipo de peça satírica pode tanto ser visto como parte dos arquivos visuais

⁶ Não é objetivo deste projeto discutir os termos que se remetem ao "descobrimento" de um país, por isso a opção por aqueles com carga semântica "chegada". Sobre isso, conferir SILVA.

⁷ Sobre isso, conferir CARDOSO.

de uma sociedade como uma forma de arte e expressão cultural que serve como suporte para a reflexão sobre uma sociedade. Assim, por meio da representação perspectiva de um fato ou situação retratado pela ótica única de um autor, seria possível desafiar as narrativas dominantes, questionar as estruturas de poder e oferecer perspectivas alternativas.

É possível observar, atualmente, que a circulação de peças satíricas não se restringe somente aos tradicionais jornais impressos, tendo ganhado espaço na internet. Esse tipo de crítica gráfica, como será explicitado mais à frente, tem como característica a inserção em um contexto social, político e temporal que agrega sentido ao que é retratado. Cartunistas e chargistas representam temas em voga, que tenham tido repercussão, e provêm, por meio de suas peças, uma crítica social enraizada no contexto sociocultural em que se expressam.

Ao longo desta dissertação, ficará evidenciada a conexão entre casos de exacerbado excesso policial e a produção de charges. A partir da ligação entre senso comum, mídia, consumo de imagens, racismo na sociedade, racismo e expressão desse mesmo racismo nas forças policiais, processos de produção de sentido, diferenças culturais, construção da história do nosso país por meio da formulação de políticas higienistas e da falta de políticas públicas inclusivas na pós-abolição, será possível perceber aquilo que constitui o campo de crítica social, disputado pela polícia e quem a defende, e pelas vítimas dessa mesma polícia – que tem como missão guardar a lei e a ordem com o intuito de proteger as pessoas.

A título de exemplificação, as duas peças que se seguem, ilustram a ação policial que deixou nove mortos após um baile funk em Paraisópolis.

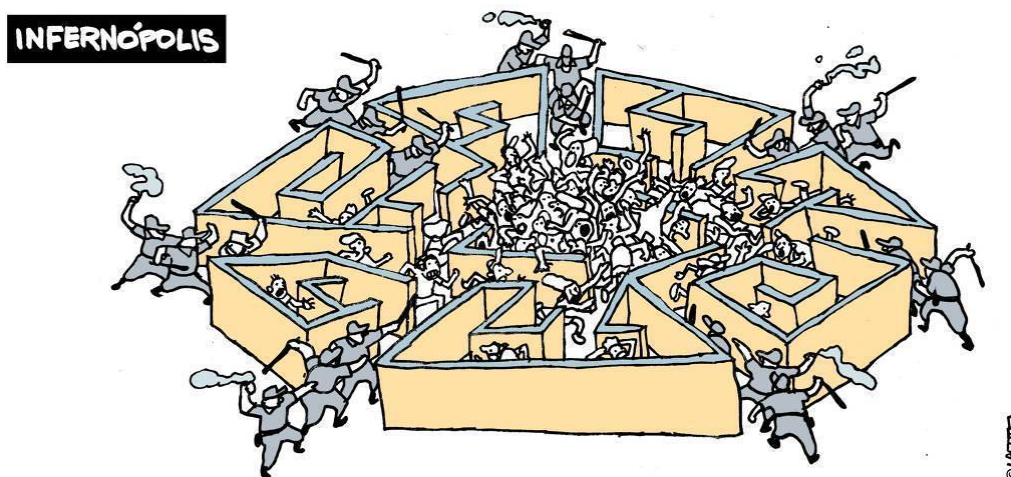


Figura 1



Figura 2

Ambas charges foram publicadas no jornal Folha de S. Paulo. Tendo a de Laerte sido publicada em 3 de dezembro de 2019 e a de João Montanaro em 9 de dezembro do mesmo ano.

As peças apresentadas são exemplo da violência policial contra pessoas negras, que tem sido frequentemente representada em veículos de mídia do mundo inteiro, não apenas no Brasil. Apesar de já terem sido amplamente estudadas antes⁸, as charges são uma rica forma de entendermos as expressões da sociedade nas quais foram produzidas. Lançar nosso olhar e atenção sobre elas, especialmente pela perspectiva que ora se apresenta no trabalho em tela, pode ajudar a compreender melhor o fenômeno social da violência de figuras policiais contra pessoas negras em um contexto sociocultural.

A reflexão dos efeitos desses cartuns na construção social da realidade pode ser um caminho para nos levar a essa compreensão. Uma “sociologia de conhecimento” terá de tratar

⁸ Na Universidade de Brasília, ver, por exemplo, TEIXEIRA, Cristhiano dos Santos. Nas entrelinhas da charge: impressões das experiências imaginárias na obra de Henfil (1964-1985). 2016. 206 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016; BATISTA, Eni Abadia. Identidades de docentes brasileiros e suas representações discursivas em charges. 2014. 208 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014. COSTA, Décio Bessa da. Charges eletrônicas das eleições 2006: uma análise de discurso crítica. 2007. 162 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007; ALMEIDA, Paulo Henrique Soares de. Traços de um país em transição: narrativas da Constituição Federal de 1988 em charges jornalísticas. 2020. 226 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021; MONTEIRO, Thaíse Oliveira Torres. Percepções sobre identidades étnicas e raciais em charges sobre Jacob Zuma na África do Sul. 2020. 98 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

não somente da multiplicidade empírica do “conhecimento” nas sociedades humanas, mas dos processos pelos quais qualquer corpo de “conhecimento” chega a ser socialmente estabelecido como “realidade”. (BERGER, LUCKMANN, 2014, p.14)

Esses corpos de conhecimento tornados realidade são estabelecidos também pela relação já anteriormente trazida por Anderson e Williams, com relação a representação da mídia de pessoas negras e da abordagem da polícia.

1.2 Violência policial contra negros é um local por si só

As charges acima reproduzidas são ambientadas e se referem a episódios de extrema violência em nosso país. Violência e brutalidade policial são, no entanto, um tema que percorre o mundo, especialmente se nos referirmos aos negros como alvo dessas ações.

Para demonstrar, argumento que poderia estar estudando os Estados Unidos⁹...

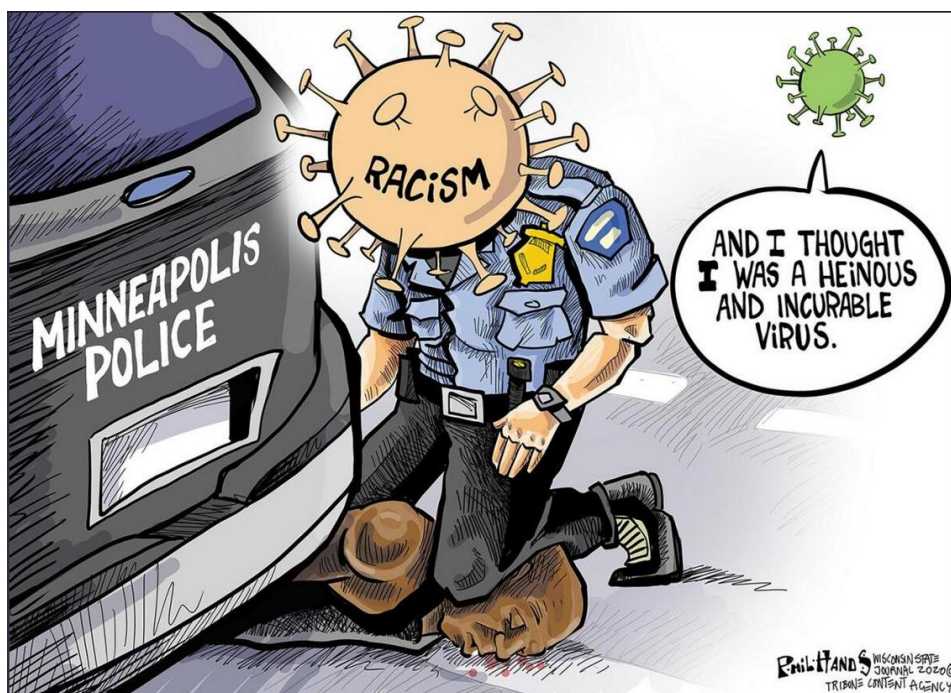
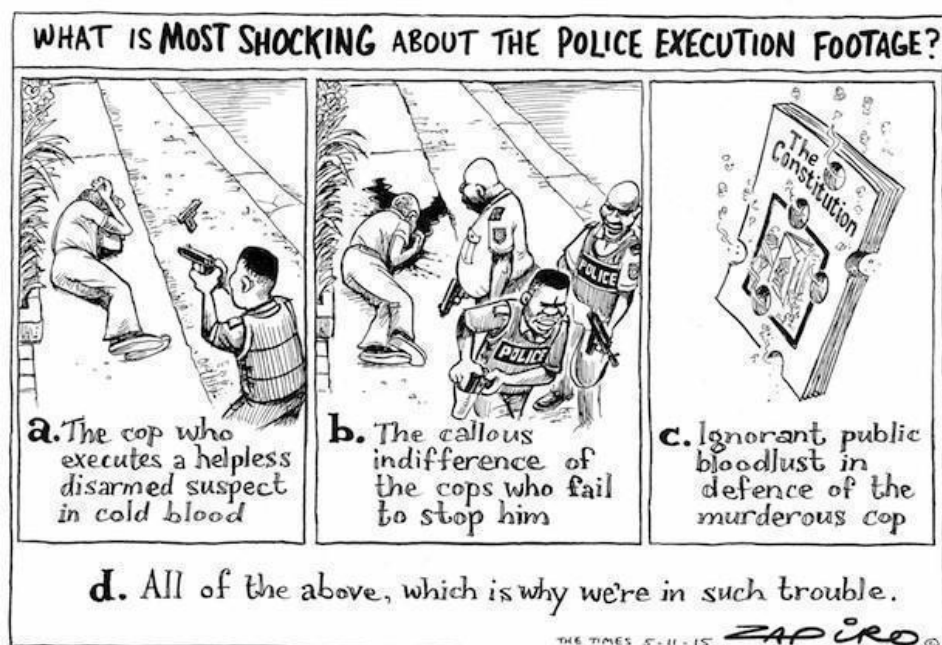


Figura 3

⁹ E eu pensei que era eu quem era um vírus completamente odiável e incurável - Tradução da autora a partir do original em inglês

... a África do Sul¹⁰...



Figura

4

... a Jamaica¹¹...

¹⁰ O que é mais chocante sobre a filmagem da execução por policiais?

- A. O policial que executa, à sangue-frio, um suspeito indefeso e desarmado
- B. A indiferença cruel do policial que falha em pará-lo
- C. A ignorância do público sedento por sangue defendendo o policial assassino
- D. Todas as alternativas acima, motivo pelo qual estamos no sal.

Tradução da autora a partir do original em inglês

¹¹ Bobby, por que você está andando com uma câmera de vídeo?

Para evitar Abusos

Traduzido do original em inglês jamaicano pela autora.



Figura

5

... ou ainda a França.¹²

¹² Formação dos policiais: as coisas irão mudar
Apenas então vocês podem começar o espancamento
Tradução da autora a partir do original em francês

FORMATION DES POLICIERS : LES CHOSES VONT CHANGER



Figura 6

Na Universidade de Brasília, por exemplo, a violência policial já foi objeto de estudo por diversas disciplinas, das mais variadas formas. Evandro Piza Duarte (2020) já questionou o porquê de “a dogmática processual penal ‘não ver’ o racismo institucional da gestão policial nas cidades brasileiras?”. Mayara Castro de Souza (2020) também reflete sobre a formação da Polícia Militar no Distrito Federal, direitos humanos e questão racial.

Ao longo deste trabalho, pretendo mostrar, subsidiariamente, apesar de estar usando o Brasil como exemplo e local de estudo, que o fenômeno se repete sem fronteiras: ele acontece em qualquer local, a qualquer momento e se repete a todo instante, mantendo sua essência, mas alterando os instrumentos utilizados ao longo das épocas.

Faz-se oportuno trazer, para melhor sabermos onde nos situamos, a origem do negro brasileiro. Patrícia Costa nos diz que, no Brasil a origem do negro é simbolicamente localizada na senzala. Dessa forma a identidade afro-brasileira se forma de maneira fluida, uma vez que é parte de um processo de negociação complexa, em constante andamento. (COSTA, 2007)

O uso das charges será um meio pelo qual esse fenômeno será demonstrado, uma vez que elas são um retrato crítico de um momento no tempo das sociedades, como nos mostram sua visão, pelo campo da Comunicação, como gênero opinativo, e pelo campo das Ciências Sociais como fenômeno cultural e social. Os termos charges, cartum, tirinha e quadrinho são todos utilizados como sinônimos ao longo dessa dissertação, uma vez que são parte do gênero opinativo jornalístico e entendidos pelo mesmo mecanismo de compartilhamento de um senso comum. As diferenças, fora deste trabalho são a forma de apresentação: quadrinhos e tirinhas são apresentados com a divisão em painéis, sendo a tirinha completamente horizontal; as charges costumam se referir a um episódio específico; os cartuns não necessariamente se referem a uma situação pontual, mas a uma percepção partilhada pelo todo. De qualquer forma, para a construção da análise que se fará adiante, nos interessa a conexão com o senso comum, a cultura e a forma de leitura dessas peças gráficas, motivo pelo qual são tratadas como sinônimo ao longo do texto.

1.3 Contexto histórico do negro no Brasil

*Você não precisa ser uma mulher pra lutar
Contra o machismo
Você não precisa ser gay pra se posicionar
Contra a homofobia
Você não precisa ser negro pra saber de cor
Que é errado o racismo
Direitos humanos não são só pra humanos direitos
São pra todos nós
(PUNKZILLA, s.d.)*

A colonização portuguesa do Brasil começou oficialmente em 1500. Com a presença dos portugueses, o estabelecimento de nosso país como colônia e o início de atividades do novo espaço além-mar atrelado à metrópole deu início ao tráfico de pessoas escravizadas de África para o Brasil, a partir da metade do século XVI, para trabalhar em plantações de cana de açúcar. Mais adiante na história do país, passou-se a utilizar essas pessoas escravizadas na criação de

gado, mineração e produção de café. Esse processo permitiu que o Brasil se tornasse a maior nação escravocrata do mundo, no período, e a última a abolir formalmente a escravidão, em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. (ZAKHAROV; TATE; LAW; BERNARDINO-COSTA, 2022).

Por volta do fim do período da escravidão, nos espaços de convivência e moradia de pessoas escravizadas que pagavam jornal – porcentagem dos ganhos devida ao senhor – e pessoas libertas, desenvolveram-se os cortiços e posteriormente as favelas. Os locais “teriam como principal característica a sujeira, a imundície, o opróbrio, o atraso, a velhice, a feiúra, o crime e o vício” e seriam habitados por indivíduos da mais baixa ralé da sociedade. (MARTINS, 2007). A situação de moradia associava a presença de pessoas negras a adjetivos que são percebidos como inferiorização e inadequação, colocando-os, no imaginário popular, abaixo da linha do que é considerado digno, honrado, limpo e decente. Esse desenvolvimento dá-se notadamente na cidade do Rio de Janeiro, em que as elites cariocas consideravam esses espaços o berço da pobreza assim como locais que criaram a oportunidade para que trabalhadores pobres se entrecruzassem com vadios e malandros, sendo percebidos como ameaças à ordem moral e social (MARTINS, 2007).

Depois do ato formal de abolição da escravatura, o Estado se comprometeu com a ênfase na diluição da diferença racial, não com políticas de inclusão e valorização da identidade negra. Os gestores governamentais buscaram, ainda, uma divisão por meio da política de miscigenação a partir da migração europeia que teria, como resultado esperado, o embranquecimento da população. Dessa forma, dos anos 30 do século passado em diante, a miscigenação com a população branca, preferencialmente oriunda da Europa, passou a ser colocada como um mecanismo-chave na construção da nação brasileira. Essa estratégia representava uma forma de superação da herança do negro em nosso país a partir da incorporação do que era visto como qualidades do homem branco, com o qual a prevalência afrodescendente contrastava de forma mais intensa e visível. Essa solução era colocada como o antídoto para o nosso subdesenvolvimento, que se acreditava ser consequência da predominância do trabalho negro no país. Na visão do fim do século XIX e início do século XX, essa introdução maciça de pessoas brancas no país fazia-se especialmente necessária em decorrência do pensamento de que pessoas negras eram incapazes de se adaptar às civilizações das raças superiores, os homens caucasianos sendo considerados, defendia-se, o modelo de civilização (RODRIGUES, 2010).

Apesar de compreendermos que essa miscigenação não poderia ser uma política factível, ela passou a ser um marcador da singularidade brasileira, colocando-nos como

exemplo de uma excepcionalidade não racista entre as nações. Essa percepção sobre a experiência de miscigenação no país permitiu que se construísse, como parte do imaginário nacional, um Brasil isento de preconceito e racismo, uma verdadeira democracia racial. Isso fez com que em determinados campos de debate político – internos às famílias, dentro das escolas, nas mesas de bar e em tantos outros locais de socialização – questões que tocam o racismo pudessem ser colocadas de lado, quase como se a mera discussão de sua existência fosse forçar o retorno de uma ideia já superada. (ZAKHAROV; TATE; LAW; BERNARDINO-COSTA, 2022).

Florestan Fernandes (2008) nos ensina que o mito da democracia racial brasileira não nasceu de um momento para o outro: ele germinou longamente. A própria ordem social que ordenava as relações do país no período da abolição da escravidão repele a ideia de uma democracia racial, uma vez que não é conceitualmente possível, pela própria natureza das dinâmicas de exploração, haver igualdade entre o senhor, o escravizado e o liberto. Dessa forma, para que se mantivesse a ordenação das relações raciais, era necessária uma manifestação aberta e reiterada do preconceito, o que servia também ao propósito de preservar as distâncias sociais. Após a abolição e a partir do estabelecimento da república, passou-se a uma reelaboração interpretativa de velhas racionalizações que, ao serem fundidas, viraram um sistema consistente de referências republicano.

Assim, o mito da democracia racial teve e segue tendo uma utilidade prática que se evidencia ainda mais ao permitir que um estado de espírito social hipócrita atribua dramas da população negra à sua própria incapacidade ou à irresponsabilidade. Ele permite que o branco se isente de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade moral, que possa sanar ou mitigar as consequências sociopáticas da espoliação abolicionista, ao mesmo tempo que aceita a continuidade da deterioração progressiva da situação socioeconômica da população negra, criando a conjuntura apropriada para que se estabeleça uma falsa consciência da realidade racial brasileira. A persistência das condições que tornaram possível a exploração do negro enraizou-se de forma a se constituir como o elo que demonstra a continuidade das práticas através de épocas distintas. Assim, ela acabou por permitir que se generalizasse essa consciência falsa do que seria a nossa realidade social, suscitando a ideia de que, pela própria constituição e índole do povo brasileiro, não se permite criar condições para as distinções raciais (FERNANDES, 2008).

Esse mito foi desafiado, no entanto, e enfraquecido, de certa forma, a partir de atos de reafirmação da identidade negra e por meio da luta histórica contra o racismo e a iniquidade racial. Um divisor de águas na luta contra o racismo na história brasileira aconteceu no fim dos

anos 70, quando se tornaram mais incômodos diversos movimentos políticos e culturais de afirmação da identidade negra, assim como protestos contra as desigualdades e o óbvio mecanismo de agressão pelas forças policiais. Esse processo andava lado a lado com a redemocratização do país, imerso em uma ditadura militar desde 1964. Como um resultado desses protestos e movimentos do fim dos anos 70, após as eleições de 1982, numerosos governos estaduais e municipais estabeleceram conselhos para a população negra. Os objetivos desses conselhos eram a promoção dos direitos e necessidades da população negra. Como resultado, as primeiras instituições do Estado brasileiro dedicadas à promoção de políticas públicas foram formadas. Passando pelo grupo de trabalho interministerial durante o governo Fernando Henrique Cardoso e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial nos governos Lula e Dilma. (ZAKHAROV; TATE; LAW; BERNARDINO-COSTA, 2022)

Após o golpe contra a presidenta Dilma e a ascensão da extrema direita no país, as políticas de promoção da igualdade racial passaram a ser atacadas. O governo passado (2019-2022), em especial, ameaçou conquistas que só foram alcançadas por meio da implementação de ações afirmativas e outras políticas de combate ao racismo e iniquidade racial.

Essa breve caminhada pela história de nosso país demonstra que sempre houve disputa pelo campo da crítica social. Além disso, uma observação rápida do contexto atual, incluindo os últimos anos pós-golpe e a corrente situação de disputas de narrativas sobre chacinas¹³, nos faz perceber que essa realidade não mudou.

1.4 Revisão da literatura pertinente e metodologia

Os fenômenos sociais são a porta para compreensão de diversas dinâmicas das sociedades. Podemos ilustrar essa afirmação com uma passagem da obra *A Interpretação das Culturas*, de Clifford Geertz, que traz a interpretação antropológica como construtora de uma leitura do que acontece. Para o autor, também é necessário pensar que o contexto é essencial para compreensão do que se observa. Destacar a realidade do que acontece – do que, nessa ocasião ou naquele lugar, pessoas específicas dizem, o que elas fazem, o que é feito a elas, a

¹³ Ver, como exemplo, associando os conceitos do ‘Glossário do Grossário, em especial “Chacina” e “Herói” ao Guia de Sobrevivência do Negro no Brasil: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/28/operacao-historico-da-cidade-do-rio.ghtml>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-10/governo-do-rio-contabiliza-119-mortes-moradores-retiram-corpos-da-mata>

partir de todo o vasto negócio do mundo –, é divorciá-la de suas aplicações e torná-la vazia. (GEERTZ, 1989)

Geertz também traz a ideia de que, sob certo ângulo, um dos objetivos da Antropologia é o alargamento do universo do discurso humano. Para esse objetivo, o conceito hermenêutico de cultura se adapta especialmente bem. A cultura não é um poder, mas um contexto dentro do qual os processos e instituições podem ser descritos de forma inteligível, com densidade a partir de teias de significados. (GEERTZ, 1989)

Nesse mesmo sentido, Mbembe (1997) defende que é bem conhecido que a relação entre um sinal gráfico e um sinal linguístico não é simplesmente um caso de taxonomia, ou classificação. Para ele, temos a linguagem em contraste. A linguagem aqui é tomada como um senso de significado amplo, onde desenhos, ilustrações, imagens e reproduções podem ser compreendidos como sinais que, apesar de alegarem não serem signos, são signos.

Para o ponto de vista deste trabalho, o especial em uma imagem é precisamente a sua habilidade de mimetizar, anexar aquilo que representa, uma vez que no simples ato de representar e mascarar o poder de sua própria arbitrariedade, reside seu potencial para opacidade, simulacro e distorção. (MBEMBE, 1997)

Achille Mbembe, em seu já citado trabalho '*The Thing and its double in Cameroonian cartoons*', nos lembra o papel e a importância da análise de cartuns como manifestação cultural de uma sociedade. Para ele, a imagem (e aqui ele se refere às expressões artística e política características de um cartum) nunca é exatamente uma cópia exata da realidade. Como uma figura de linguagem, a imagem é sempre um comentário, uma transcrição da realidade, uma palavra, uma visão ou uma ideia em um código visível que se torna, em uma virada, uma maneira de expressão do mundo que habita. (IDEM, 1997)

Para julgar a eficácia política de uma imagem, também é necessário, em princípio, especificar seu status antropológico dentro da cultura que a ela deu origem. (IDEM, 1997)

Como continuidade das reflexões sobre a representação, faz-se oportuno trazer também alguns apontamentos de Frantz Fanon. Ele nos lembra em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, que os sofrimentos psíquicos eram condicionados por fatores sociais. Passagens como "'Mamãe, olhe o preto, estou com medo!' Medo! Medo! E começavam a me temer. Quis gargalhar até sufocar, mas isso tornou-se impossível" (FANON, 2008, p.105); "Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas, – e então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros, e sobretudo com “y’a bon banania”. (Idem, p. 105-106); e ainda "De um homem exige-se uma

conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto" (Idem, p.107).

Essas questões são trazidas no contexto francófono de um homem vindo de Martinica, mas restam, ainda assim, importantes para entendermos a realidade dessas sociedades e como a construção pictórica do negro também tem suas raízes em elementos constantes do cotidiano social.

É interessante notar que o estudo das charges também pode contribuir para o registro da história silenciada e apagada, uma vez que a história é construída, manipulada e silenciada, particularmente no contexto do colonialismo e da escravidão, ao longo da história das Américas. Ela não é um registro fiel e objetivo do passado, mas uma narrativa construída social e culturalmente (TROUILLOT, 1995).

Além disso, a forma humorística pela qual as charges passam suas mensagens facilmente apreensíveis, conhecendo-se o contexto social, faz com que sejam uma boa forma de análise de fenômenos sociais como o que temos em tela. Nesse aspecto, é importante notar que o entendimento do humor é definido pelo público, não por quem o elabora (WILLIAMS, 1987). Diferentes localidades e contextos são associadas com diferentes espectros de condutas apropriadas ou inapropriadas com relação ao que podem ser considerados tipos específicos de contexto comunicacional. (IDEM). A ênfase em determinada palavra ou o tom de um gesto específico dão as dicas necessárias para a compreensão da ideia, que só se realiza na percepção do público diante de certa mensagem. (IDEM).

Somando-se às ideias da percepção do registro da história e da compreensão de mensagens de humor, aqui especificamente tratando-se de charges, é interessante notar o contexto colonial que engloba nosso país e caracterizam o Brasil como uma ex-colônia portuguesa. Partindo-se disso, Homi Bhabha pode nos ajudar a entender como a história colonial e suas dinâmicas de poder formatam a maneira como indivíduos e sociedades se percebem e percebem aos outros. A natureza das identidades culturais pós-coloniais é, ao mesmo tempo, contraditória e complexa. (1998).

Os estereótipos – como a representação do negro dentro e fora de charges a partir do momento em que elas passaram a circular – desempenham um papel crucial no discurso colonial. Servindo como ferramentas de poder e controle, uma vez que não são apenas representações, se estabelecem como mecanismos estratégicos utilizados pelo colonizador para consolidar a dominação e o senso de superioridade sobre o colonizado ou até, traçando-se um paralelo, o senso de poder do policial sobre o negro. (BHABHA, 1998)

As charges, como retratos de percepção da realidade inseridas em um contexto político e socioeconômico, nos mostram uma indicação da adequação ao fato social, que busca moldar os indivíduos, coercitivamente, em uma forma considerada natural pelo grupo. Elas se inserem no campo de pesquisa sociológica também pela perspectiva de Émile Durkheim. O autor defende que fato social – no caso em tela, a percepção do racismo que leva à reprodução constante da violência contra negros – é reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença deste poder é reconhecível, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a qualquer empreendimento individual que tenda a violentá-lo. (DURKHEIM, 1972)

W.E.B. Du Bois ao resgatar as experiências vividas por negros americanos, também pode auxiliar a relacionar a construção do interesse dos fatos ocorridos em sociedade e sua percepção. No século XIX, o autor desejava simplesmente "tornar possível para o indivíduo ser tanto negro quanto americano, sem ser amaldiçoado e cuspidor por seus companheiros, sem ter as portas da Oportunidade violentamente batidas à sua cara". (DU BOIS, 2021, p. 39)

Considerando o contexto latino-americano, quase dois séculos depois percebe-se em micro e macro agressões cotidianas a necessidade de seguir lutando para tal. Du Bois traz as cinco linhas principais de ação e comunicação, que podem servir para caracterizar a integração, o contato e a percepção dos relacionamentos entre os homens: primeiramente considera-se a proximidade física de lares e habitações; em seguida, as relações econômicas; lembra-se ainda das relações políticas; das formas de contato intelectual e comercial, considerando o intercâmbio de ideia. Acima de tudo o autor coloca a formação gradual de cada comunidade, chamada opinião pública. Por último, ele nos lembra ainda do treinamento moral e bom comportamento.

Mary Bucholtz and Kira Hall trazem uma boa justificativa para utilização de técnicas de linguística para melhor compreendermos a expressão identitária do pertencimento e sua percepção pela sociedade. A relação do campo com a produção linguística de cultural traz preocupação com a variedade de posições específicas do sujeito cultural que os falantes representam por meio da linguagem. Esses estudos clássicos e performances rituais de socialização e status, descrevem não apenas formas de falar, mas diferentes falantes, que produzem e reproduzem identidades particulares por meio do uso da linguagem (BUCHOLTZ; HALL, 2004). Elas complementam seu pensamento trazendo a ideia de que evidências linguísticas e mais recentemente discursos de mídia atestam o papel crucial e nem sempre reconhecido papel que a linguagem representa na formação cultural de subjetividades.

O objetivo desta dissertação é analisar a percepção universal da violência policial como manifestação de seu racismo, em especial contra pessoas negras, por meio da análise de charges de cartunistas brasileiros. Conectando-se essas charges a casos emblemáticos acontecidos nas sociedades, é possível demonstrar a representação de negros e do tratamento policial por meio do trabalho de chargistas, assim como a percepção do público que disputa o campo de crítica social acerca do tema. Dessa forma, será possível contribuir para o entendimento das charges, cartuns e tirinhas pela ótica da percepção social de pertencimento étnico racial e do tratamento de indivíduos negros pela polícia, a partir do ponto de vista do público. Dessa forma, espera-se que seja possível demonstrar a utilização das charges como uma forma de fazer a luta antirracista, a partir de seu papel crítico questionador da manifestação do racismo pela violência policial e do tratamento dispensado ao negro em nossa sociedade. Também se espera, com esse material, produzir insumos que possam subsidiar, em um segundo momento, a formação das forças policiais, a partir da disponibilização de exemplos tangíveis, cotidianos e emblemáticos de violência dirigida, colaborando para o registro de uma memória não silenciada pela sociedade opressora e suas instituições de poder, uma vez que charges podem ser um registro daquilo que gostaria de se tornar oculto. Outro objetivo é denunciar, de forma explícita, a expressão do racismo das corporações e instituições responsáveis pela segurança por meio da violência contra pessoas negras. Há, ainda, a expectativa de fortalecer o papel das charges como ferramentas da disputa da crítica social ao questionarem um sistema que acaba por se realimentar, em um círculo vicioso, a cada caso de violência extrema, que parece normalizar e naturalizar o acontecido.

Assim, para atingir as finalidades explicitadas, especialmente sobre as disputas de sentido sobre a violência policial contra pessoas negras por meio das charges, destacando-se o que se refere à luta de classificações, a partir das diferenças culturais, como veremos no segundo capítulo, a metodologia adotada por esta dissertação pretende estabelecer correlações levando-se em consideração o fenômeno social da violência policial, os alvos contra quem ela é perpetrada e a percepção social e cultural do fenômeno por meio de análise de charges. Também busca-se, a partir da leitura atenta dessas percepções, enxergar como a violência policial contra pessoas negras, apesar de não ter lastro explícito em documentos oficiais contemporâneos, é chancelada como válida pela opinião pública de um país construído pelo racismo.

Adicionalmente, em termos de metodologia, para efeitos deste trabalho, é necessário subsidiar o conhecimento com técnicas aplicadas que agreguem possibilidades às comparações a que se propõe. Nesse sentido, faz-se oportuno trazer brevemente a contribuição do campo da

semiótica para promover não apenas a análise do ponto de vista cultural, mas subsidiá-la com uma perspectiva alternativa instrumental e hermenêutica.

Joly (2002) nos traz que "abordar ou estudar certos fenômenos sob seu aspecto semiótico é considerar seu modo de produção de sentido, por outras palavras, a maneira como eles suscitam significados, ou seja, interpretações. Efetivamente, um signo é um signo apenas quando exprime ideias e suscita no espírito daquele ou daqueles que o recebem uma atitude interpretativa".

Ana Rosa Dolabella (2007) também traz como foco da discussão a leitura de imagens, em especial as que compõem a charge e o cartum, gêneros discursivos do humor gráfico em jornais impressos. Essas modalidades discursivas do humor gráfico conquistam espaços de importância em jornais, uma vez que são publicadas inclusive na primeira página, disputando espaço com manchetes do dia, representando importância hierárquica e assunção de um local de destaque nos periódicos. Um dos traços característicos da charge é a pretensão de influenciar a opinião dos leitores a respeito de algum ponto de vista, suscitando debates, a partir de um ponto de vista explícito. Isso também é verificado na medida em que a charge ocupa espaços destacados. No caso de jornais impressos, por exemplo, vemos isso quando ela retoma alguma notícia de primeira página ou editoriais.

O cartum e a charge – aqui incluídas também tirinhas – necessariamente precisam estar em um contexto de saberes partilhados pelos integrantes de um grupo social. São construídos a partir de um conhecimento prévio determinado, articulado a uma memória discursiva, em uma ampla rede de conexões para que, como falamos anteriormente, a mensagem produza o efeito desejado. (DOLABELLA, 2007)

Para levar a efeito a proposta de uma análise que permita aproximar e identificar pontos de convergência e divergência, faz-se oportuna, como parte da metodologia, a utilização de diferentes perspectivas de observação e interpretação.

A base empírica é o ponto de partida para a proposta que leva a essa empreitada, cujo objeto de interesse pelas Ciências Sociais reside na caracterização de um fenômeno observado empiricamente, mas ainda não caracterizado metodologicamente como se pretende fazer aqui.

Dessa forma, para a consecução do objetivo pretendido, propõe-se o método de técnicas de análise semiótica como subsídio para interpretação das peças, além da condução de entrevistas semiestruturadas sobre as charges e tirinhas. Além disso, após a exposição da teoria que subsidiará as análises que aqui serão feitas, será o utilizado o método do reforço gráfico das peças, que têm o condão de sintetizar uma ideia em formato visual – metodologia em consonância com a forma de comunicação instantânea predominante nos dias atuais.

Como metodologia de pesquisa, optou-se por proceder a partir do levantamento de casos emblemáticos de violência policial contra pessoas negras, bem como das charges, cartuns, quadrinhos e tirinhas produzidas no período que se remetem a eles. Uma vez identificadas essas charges, elas serão analisadas juntamente com o contexto político e social. Subsidiariamente à metodologia, com a função ilustrativa, serão trazidos alguns comentários publicados em resposta a uma das charges mais recentes. Por fim, dentro da metodologia proposta, também será possível encontrar, no último capítulo, entrevistas conduzidas com chargistas para conectar suas intenções, memórias e inspirações ao pensarem as charges com uma análise sociossemiótica e com os comentários feitos sobre os trabalhos.

Para justificar o uso desses casos emblemáticos, é oportuno trazer Veena Das, que define o que é um evento crítico e como ele se diferencia dos fatos do dia a dia. Das explica que esses eventos têm o poder de impactar no cenário social ou político. Ela acrescenta ainda que esses eventos críticos têm dimensões moral e política, podendo desafiar nossas molduras morais e levar a questionamentos sobre justiça e ética. Adicionalmente, esses eventos costumam ter consequências políticas, levando a mudanças nas dinâmicas de poder, influenciando na sociedade, afetando a consciência coletiva e dando nova forma à maneira como as pessoas pensam e agem. (DAS, 1995)

Após esses eventos críticos (aqui, casos emblemáticos), novas maneiras de agir afetaram e redefiniram categorias tradicionais da sociedade em questão. Igualmente, novas formas se manifestam em uma variedade de atores políticos. (IDEM, p.6) No caso da nossa análise, os desdobramentos se dão no campo da disputa política de crítica social, fenômeno que condena ao mesmo tempo que chancela a expressão violenta do racismo pelas forças policiais.

Opta-se então pelo uso de casos emblemáticos em lugar de todos os casos de determinado período, uma vez que o impacto do caso irá nos ajudar com mais profundidade no estudo em tela do que a quantidade de casos em um dado período.

As investigações comparativas têm como indissociável característica o exercício da comparação de sentido (IDEM, p. 220), tornando possível elucidar reciprocamente os casos em tela e sua relação com as das sociedades em que estão localizando, abrindo caminhos, ainda, para a compreensão dos sistemas simbólicos no locus da negritude, seus sistemas de racismo e de mestiçagem, por exemplo.

Oracy Nogueira, em *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem*, nos lembra que o tipo de situação racial no Brasil nos leva ao preconceito, que refere-se a atributos físicos observáveis. (NOGUEIRA, 2007, p.296)

Partindo dessa premissa, é possível pensar também como as relações pessoais se dão no país, observando a histórica dinâmica de relações pessoais entre os indivíduos do grupo discriminador e discriminado.

Os casos emblemáticos nos ajudarão a seguir do ponto de partida da comparação elucidativa, passando pelas perguntas “como” e “por que”, verificando a influência do nosso processo de urbanização na construção do imaginário coletivo associado aos negros.

Os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em um contexto da vida real. (YIN, 2015, p.19)

Ao analisar a percepção universal da violência policial, em especial contra pretos e pardos, por meio da análise de charges de cartunistas, as questões do tipo “como” e “por que” serão grandes aliadas para entender os casos emblemáticos pela ótica de cartunistas, policiais e sociedade. Isso se deve ao fato de que tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências. (IDEM, p.25)

As forças policiais que têm mais interação com as populações brasileiras são as polícias Militar e Civil. A primeira por ser destinada à manutenção da ordem pública e segurança pública, a segunda por acumular competências como a realização de investigações criminais, por meio de inquérito policial ou termo circunstanciado, bem como a lavratura de auto de prisão em flagrante e termo circunstanciado em situação flagrancial. Para se tornar parte de cada uma dessas forças policiais, é necessário passar por um curso de formação, parte essencial do concurso público que dá acesso às carreiras.

A ideia de ter como um dos objetivos específicos deste trabalho o subsídio para a educação das forças policiais, vai ao encontro desse momento inicial de formação, crucial para as decisões de quem abordar, como veremos mais adiante, no capítulo três. Esse estudo pode ser desdobrado futuramente em palestras, material didático ou ainda repositório on-line, que também atuaria como registro da memória não silenciada pela sociedade opressora e suas instituições de poder. Como as charges são vinculadas a episódios (eventos críticos ou ainda, casos emblemáticos), os desdobramentos das situações ilustradas são mais palpáveis. Esse repositório poderia ser disponibilizado para consulta dessas forças em seu estágio inicial de formação, lembrando casos que circularam amplamente pela sociedade quando esses candidatos ainda não faziam parte da carreira. Também é possível disponibilizar o registro em

curso de atualização¹⁴ promovidos pelos órgãos, pensando-se principalmente em áreas de maior incidência da violência policial, se possível.

Outro potencial uso esperado é na efetivação do ensino da Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. As charges são peças de apreendimento rápido e profundo, sendo aliadas na detecção da discrepância entre discurso e prática, podendo demonstrar os estereótipos associados às pessoas negras e ajudando a formar cidadãos conscientes e questionadores das demonstrações de subclassificação silentes, porém palpáveis em seus efeitos tanto quanto se anunciadas a gritos diariamente fossem.

Espera-se, ainda, que o fruto desse estudo possa ser utilizado para os colegas profissionais de mídia e imprensa, para que, na busca da objetividade, tenham à mão subsídios para entender que não são casos isolados, mas uma sistemática violência contra a população negra do país, ceifando vidas, tirando oportunidades e criando uma situação de desalento em jovens negros, destacadamente os periféricos, ao contemplar os obstáculos extras impostos à sua existência plena e digna.

¹⁴ <http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/institucionais/38810-pmdf-promove-a-abertura-da-1-semana-de-atualizacao-profissional-dos-programas-projetos-e-acoes-sociais-preventivos-de-seguranca-publica>

2 A CHARGE E O SENSO COMUM

*“Se você for preto como eu ó meu irmão,
Parado é suspeito, correndo ladrão”*
(RAPPIN’ HOOD, 2001)

Como trazido brevemente na introdução, a charge é uma modalidade de humor gráfico presente no cotidiano não apenas brasileiro, mas mundial. Parte do gênero opinativo do jornalismo, ela depende do compartilhamento de um contexto em comum para que o que está expresso em uma forma gráfica, verbal ou não-verbal, possa ser compreendido: a ideia é que, se o indivíduo está situado no tempo, sabendo minimamente o que se passa ao seu redor naquele período, ele tenha condições de, a partir do compartilhamento de um conjunto de símbolos, do contexto e do senso comum, apreender rapidamente o que está sendo dito. Para compreender o sentido impresso numa charge, é necessário estar imerso em um contexto e partilhar do senso comum que permeia uma dada sociedade, o que pode ser feito em maior ou menor grau.

Para uma melhor apreensão do que isso pode significar, peguemos como exemplo a imposição de tarifas por uma nação imperialista estrangeira ao Brasil e a outros países. Dependendo do que acontece no Brasil ou nos outros países, essa tarifa pode ser maior ou menor. Digamos, para efeitos didáticos, que ela comece em 10% para todos os parceiros com quem esse país mantém relações comerciais. No entanto, dependendo do contexto não-comercial, a nação imperialista pode majorar essa tarifa. Caso essa nação considere que, no Brasil, por exemplo, aconteça algo com o qual a nação imperialista estrangeira não concorde, ela pode aumentar, unilateralmente, essa tarifa para 50%. Um segundo exemplo, ainda para demonstrar essa apreensão rápida do que está sendo dito, digamos que alguém traga, sem mencionar nomes, a descrição de uma cena em que um chefe de Estado balança uma caixa de medicamento para uma avestruz.

Note-se que, em nenhum dos exemplos foi citado o nome da nação imperialista estrangeira ou do chefe de estado, mas tendo o mínimo de informação sobre o que se passa no Brasil e no mundo, não há dificuldade maior em se identificar a nação; o caso que aumenta as tarifas para 50%; o chefe de Estado; e o medicamento¹⁵.

¹⁵ É interessante ressaltar que, os exemplos estão sendo atualizados para algo que circunda o contexto da política brasileira em 2025 ou, ainda, representam situações emblemáticas que geraram muita repercussão.

Dessa mesma forma, podemos aplicar uma analogia desse mesmo mecanismo de compreensão das frases e informações acima ao que está contido numa charge, cuja ilustração produz sentido a partir da ideia do cartunista de que seu leitor compartilham do mesmo conjunto de símbolos e do senso comum a partir do qual ele busca expressar uma opinião por meio desse gênero jornalístico. As charges geralmente são feitas em formato de crítica ou comentário gráfico a alguma situação ou fato corrente, muitas vezes em formato de charge do dia em jornais de grande circulação ou em páginas de cartunistas, por exemplo.

Para ilustrar um pouco melhor, antes de expandir a conexão com o senso comum, é interessante vermos algumas charges exemplificativas.



Figura 7

Para se entender essa charge, é necessário saber, dentro do contexto do que acontece na sociedade, que Bolsonaro passou pela instauração de um processo e seu julgamento no STF. O

que a charge traz é o resultado desse julgamento, que deve levá-lo à prisão, onde ele verá o Sol nascer quadrado, expressão comum e corrente na nossa sociedade.



Figura

8

No caso dessa segunda charge, é necessário lembrar do caso do ex-deputado Roberto Jefferson, homem branco, que, ao ser abordado (em 2022) pela polícia, recebeu os agentes com tiros e granadas. Ele, apesar do comportamento beligerante abusivo, teve direito a toda cortesia possível, incluindo uma conversa com cafezinho, no momento¹⁶ da abordagem policial. Já a primeira parte do cartum lembra como foi a abordagem ao funkeiro MC Poze do Rodo, homem negro, também abordado (em 2025) em casa como Jefferson, mas algemado e exposto.¹⁷

¹⁶ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/24/video-mostra-policial-conversando-com-roberto-jefferson-especialistas-criticam-bate-papo.ghtml>

¹⁷ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/05/29/mc-poze-do-rodo.ghtml>

Os argumentos atribuídos à construção do senso comum não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade e é a existência no mundo que faz com que se possa navegar razoavelmente em sociedade (GEERTZ, 1989). O senso comum se constrói e se reconstrói na medida em que a vida acontece em lares, cidades, escolas, ambientes laborais e transmissões midiáticas, apenas para citar alguns exemplos. “O antônimo de uma pessoa que é capaz de captar as realidades básicas através da experiência é, como sugeri, um deficiente. O antônimo de uma pessoa que é capaz de chegar a conclusões sensatas a partir dessas mesmas realidades é um tolo.” (GEERTZ, 1989). Ou seja, o esperado de uma pessoa que vive em um contexto social é que seja capaz de chegar a conclusões sensatas – nesse caso, sensatas seriam aquelas similares às partilhadas por outros membros dessa mesma sociedade – a partir de uma realidade que se apresenta diante de seus olhos e que é essencial para que uma pessoa possa captar as realidades básicas por meio do acúmulo de experiência de vida.

A psicologia e sua relação com o desenvolvimento do indivíduo imerso em sua cultura também pode ser uma ferramenta útil para nos auxiliar a compreender o que é a certa forma de interação esperada a cada momento ou idade da vida de alguém. Segundo Neugarten (*apud* OLIVEIRA, 2004) para a psicologia, toda sociedade é organizada por uma perspectiva etária e tem um sistema de expectativas sociais com relação ao comportamento apropriado às idades. Os indivíduos passam por ciclos que são socialmente regulados por todas as suas fases de vida da mesma forma como passa pelo ciclo biológico a partir de uma sequência de status de idade que são definidos por uma sociedade, cada um atrelado a direitos, deveres e obrigações reconhecidos. Além disso, Oliveira nos lembra ainda que o desenvolvimento de cada pessoa se dá no interior de uma determinada situação histórico-cultural. É ela que irá fornecer aos sujeitos e com eles reforçar reiteradas vezes os conteúdos culturais, artefatos materiais e simbólicos, interpretações, significados, modos de agir, de pensar e de sentir. (2004).

A partir de mais esse reforço sobre o contexto em que o indivíduo cresce e de como ele é construído coletivamente, afetando-o enquanto ser social e enquanto indivíduo, é interessante lembrar novamente de Geertz, que nos traz comentários sobre a construção social da realidade a partir da percepção de que o senso comum partilha algo como uma síndrome dos objetos invisíveis, que estão tão obviamente diante dos nossos olhos, que é impossível encontrá-los. O senso comum parece ser aquilo que resta quando todos os tipos mais articulados de sistemas simbólicos esgotaram suas tarefas, ou aquilo que sobra da razão quando suas façanhas mais sofisticadas são postas de lado. (GEERTZ, 1989)

Ao nos voltarmos para o senso comum, estamos resgatando uma dimensão da cultura que não é normalmente considerada um de seus compartimentos organizados, como acontece com esses setores mais conhecidos da alma. Há um número de razões pelas quais tratar o senso comum como um corpo organizado de pensamento deliberado, em vez de considerá-lo como aquilo que qualquer pessoa que usa roupas e não está louco sabe, pode levar a algumas conclusões bastante úteis, entre essas, talvez a mais importante seja que uma das características inerentes ao pensamento que resulta do senso comum, é justamente de negar o que foi dito acima, afirmando que suas opiniões foram resgatadas diretamente da experiência e não um resultado de reflexões deliberadas sobre esta. (*Idem*)

Dessa forma, após fortalecer, a partir da contribuição de diversas perspectivas, as razões para que uma das características fundamentais de apreensão das charges se dê a partir da comunhão do invisível senso comum, é interessante dar um passo atrás e identificar também a forma dessa peça que tenta se relacionar com o senso comum. Ainda assim, é necessário sempre ter em mente que são o contexto e o tipo de conhecimento que carregamos enquanto coletivo que nos permitem apreender os significados contidos em uma charge.

Pensando-se a palavra charge etimologicamente, ela se remete ao francês *charger*, que pode significar carga, exagero ou ataque violento. Alternativamente, encarando-a como uma das materializações do gênero opinativo do jornalismo, ela faz parte do universo jornalístico por possuir limitantes de tempo e espaço, além de ter um compromisso com o real.

Sua condição de existência é a recorrência a temas que sejam conhecidos pelos seus leitores, pois, caso contrário, perde o seu sentido e razão de ser. Sua abordagem é sempre atual, cotidiana, seguindo critérios de notabilidade ancorados tanto na visibilidade de quem se fala quanto na importância e pertinência dos temas para a sociedade na qual ela está inserida. (TEIXEIRA, PIANARO ANGELO, 2010). Em outra definição, ela é uma representação humorística e satírica, persuasiva, de caráter político e de natureza eminentemente dissertativa e intertextual; ela se constitui, em certa medida, como “herdeira da caricatura” em sua conotação e expressão políticas (MIANI, 2018)

Classificar a charge como um gênero discursivo específico, implica dizer que ela é uma categoria criada na esfera jornalística, mas que terminou transpassando este âmbito, uma vez que encontrou suporte em outros meios de comunicação. Ela ainda serve de assunto em outras esferas sociais, como em uma conversa entre amigos, entre antagonistas da web ou na sala de aula (PARNAÍBA, GOBBI, 2013).

Segundo José Marques de Melo, o gênero opinativo, modalidade em que a charge está inserida, a define como uma crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. A

peça seria, assim, uma reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista. Tanto pode se apresentar somente por meio de imagens quanto combinando imagem e texto – título, diálogos (MELO, 2003, p. 167). Para construir sua mensagem crítica, as charges se utilizam de diversos artifícios, sendo algumas delas, o exagero no traço – característico da caricatura – representações metafóricas de lugares, pessoas e situações, utilizando muitas vezes o humor para diminuir o peso que certas situações retratadas trazem. Alguns exemplos de expressão artística metafórica ou exagero de traço são trazidas pelo cartunista Zapiro, na África do Sul, ao retratar ¹⁸o ex-presidente Zuma com um grande calombo (característico de sua anatomia) e um chuveirinho no topo da cabeça (referência a um comentário famoso)¹⁹.



Figura 9

¹⁸ <https://theworld.org/stories/2019/05/21/zapiro-zuma>

¹⁹ Em tradução livre:

Zuma: “Vou te processar por estragar minha reputação”

Zapiro: “Por um acaso essa seria a sua reputação como um demagogo chauvinista sem credibilidade que não consegue controlar seus impulsos sexuais e que acredita que uma chuveirada previne AIDS (sic)?”

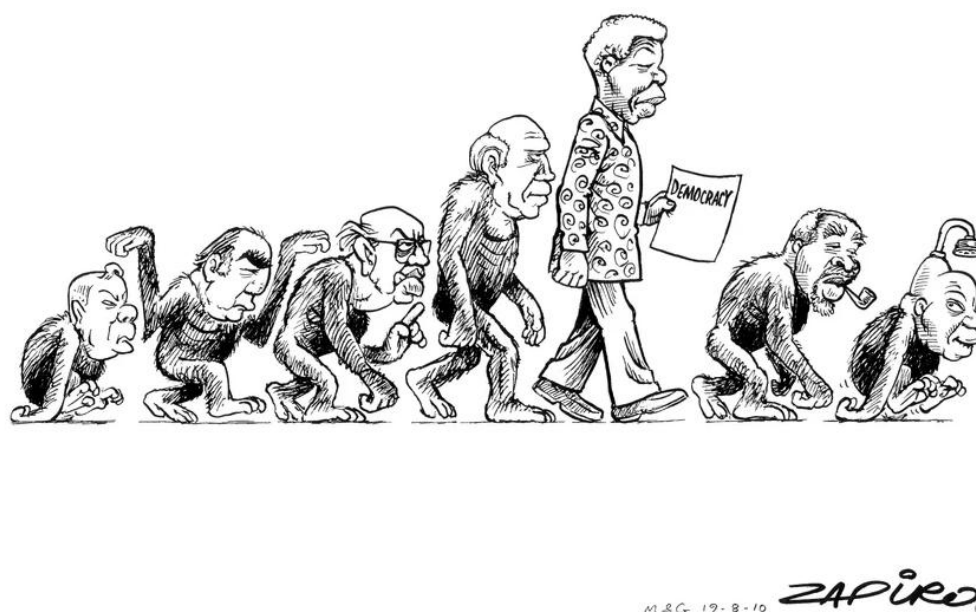


Figura 10

No Brasil, o presidente Lula é retratado pelo chargista Lafa com um nariz, bigode, barba e orelhas característicos; Trump pelo topete e bronzeamento; e Bolsonaro é identificável pelo contexto pós-encontro²⁰ de Lula e Trump na sede da Organização das Nações Unidas em setembro de 2025.

²⁰ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/09/23/trump-discursa-na-onu.ghhtml>



Figura 11

Já o Cartunista das Cavernas, Gilmar Machado, retrata o ex-presidente Jair Bolsonaro com nariz e cabelo característicos, sendo que sua caracterização pode se agravar de acordo com o tipo de “esgoto”²¹ que sai de sua boca.

²¹ Ver na transcrição da entrevista, ao fim deste trabalho, o processo de putrefação que ele incorpora aos desenhos na representação do ex-presidente à medida que a pandemia se agrava.



Figura

12

Dessa forma, a realidade estampada nas charges passa por uma representação metafórica de lugares, pessoas e situações. Neste gênero, que figura nas páginas editoriais de jornais do mundo todo, o humor dá a licença que o periódico e/ou o chargista precisa(m) para expor suas opiniões sobre os acontecimentos. No campo da disputa política, que é o que interessa a este trabalho, a charge é bastante utilizada para criticar medidas adotadas, satirizar candidatos, questionar partidos etc. (PARNAÍBA, 2013)

Agora que as charges foram um pouco mais delineadas, é interessante fazer uma intersecção com o campo da Sociologia, em que a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles de maneira a propiciar um mundo que faça sentido. A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. (BERGER e LUCKMANN, 2005). Isso é especialmente

interessante porque é nessa mesma vida cotidiana que reside o significado das charges. É o acúmulo das experiências e vivências de cada sociedade que irá tecer as situações que formarão o contexto de cada vizinhança, família, sociedade, localidade ou país a que um indivíduo pertença. Considerando-se o alcance de veiculação de uma charge em jornal ou meio digital como redes sociais, é preciso considerar temas (quase) universais de grande abrangência para que o significado possa ser imediatamente apreendido.

Dessa forma, se uma charge retrata uma situação insistentemente presente na realidade, digamos, casos de violência policial, o leitor da charge irá compreendê-la imediatamente como a retratação de um fato conhecido em sua vizinhança, cidade, país ou nos noticiários que acompanha. O exemplo da violência policial é uma questão adequada à análise porque está presente em muitas outras sociedades além da brasileira, como retratado pelas charges já apresentadas. São muitas e são antigas as notícias de violências, abusos de força e/ou poder das forças policiais contra manifestantes, pessoas periféricas, imigrantes, pessoas negras e tantos outros grupos. Apesar de o objeto instantâneo desse abuso depender da realidade de cada local, ele tem a violência contra as pessoas mais vulnerabilizadas como ponto de intersecção.

No Brasil temos uma variedade de livros, artigos e autores que trabalham o tema da violência policial. Dentre eles, considero interessante destacar a entrevista²² do jornalista Caco Barcellos à Folha de São Paulo sobre seu livro *Rota 66*, em 22 de abril de 2025. A escolha de trazer luz a esse material especificamente se dá porque ele junta o já citado papel da imprensa – de divulgar aquilo que passa a ser de conhecimento de uma sociedade por meio de notícias – com o minucioso trabalho de apuração jornalística de Barcellos que, ao notar um padrão nas mortes policiais de São Paulo, dedicou-se ao jornalismo investigativo para mostrar quem morria pelas mãos dessas forças de segurança. Ele conta que a polícia paulistana matava, por dia, quatro ou cinco pessoas e cita a forma com que a imprensa se referia às mortes:

“Era sempre assim: patrulha circulando se depara com meliantes que disparam contra as nossas forças, que atiram de volta em legítima defesa e, numa ação humanitária, levam os feridos para o hospital. Só que, no caminho, eles morrem. Quando o policial diz que foi agredido, ele vira vítima de um agressor que morreu no processo. O caso se torna um auto de resistência. Isso até seria justificável com ferimentos da cintura para baixo, para dominar a pessoa e não matá-la. Mas eu pude verificar, nos casos que eu identifiquei, que a maioria dos

²² O caso retratado no livro teve grande repercussão no país: três jovens paulistanos foram mortos em decorrência de uma ação da ROTA, no episódio que ficou conhecido como caso da Rota 66. Marco da violência policial paulistana, ele foi ponto de partida de uma investigação de sete anos de Caco Barcellos, que acabou dando origem ao livro “Rota 66: a história da polícia que mata”. Nele, o jornalista levanta quase 4.200 mortes provocadas por policiais paulistas entre 1970 e 1992, ano de lançamento do livro.

tiros era da cintura para cima e, sobretudo, concentrados em zonas vitais, como o coração, costas e nuca.”(BARCELLOS, 2025)

O uso dessa entrevista de Barcellos é proposital para que se reflita que, se a entrevista foi concedida em 2025 e o livro foi lançado em 1992, o fenômeno continua sendo relevante por ainda estar presente em nossa sociedade no aniversário de 50 anos das execuções que deram origem às investigações trazidas pelo jornalista em sua publicação.

A referência à morte de inocentes pela polícia está presente nas notícias diariamente. Em estudos como o Atlas da Violência, publicado anualmente pelo Ipea, que aglutina dados por diferentes variáveis, incluindo raça, é possível ver que a violência policial tem cor. Entre 1996, primeiro ano disponibilizado na tabela, estão registradas 335 mortes²³ de homens negros decorrentes de homicídios. Em 2022, são 32.993. O número registra uma queda após o pico de 46.217, em 2017 e dos impressionantes 35.661 homicídios em 2020, ano de isolamento social decorrente da pandemia. O acumulado da série histórica é de 792.799 homicídios de homens negros, os mais assassinados do período, atrás do acumulado de 59.727 mulheres negras e 342.090 homens não negros.

O Atlas não traz dados específicos sobre violência policial, mas o Painel de dados nacionais de segurança pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública traz que, entre 2015 e 2025²⁴, há uma variação de 124,14% nas mortes por intervenção policial, totalizando 53.721 mortes, com uma média de 14 por dia. Ainda que o painel não traga a variação por raça, considerando a proporção de homicídio de pessoas negras apresentada pelo Atlas da violência, em que as mortes negros e negras é 149.2% maior que a de não negros, é possível inferir, com alguma segurança, quem são as pessoas morrendo em decorrência da intervenção policial.

Por mais que essa dissertação traga dados, referências, entrevistas e estudos, para a vida cotidiana e o senso comum, não é necessário pesquisar em Atlas, Painéis ou outras fontes oficiais para entender quem mais morre pelas mãos da polícia nesse país. A cor de quem é morto pela polícia está estampada nas notícias. E nas charges. Ao estar estampada nas charges, a repetição gráfica desse senso comum cristaliza o sistema classificatório racializado que impera em nosso país. A recorrência de casos que ensejam a confecção dessas críticas fazem com que as sátiras tornem indisfarçáveis as situações que muitas vezes são retratadas como

²³ Para o período de 1979 a 1995 considera os códigos CIDs 9: E960-E978 (Homicídios e lesões provocadas intencionalmente outras pessoas) e E990-E999 (Intervenções legais). Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35 (intervenção legal). Observação: Considera os óbitos masculinos de indivíduos de cor/raça preta e parda, desconsiderando os de cor/raça ignorada.

²⁴ Dados de 2025 referentes ao período compreendido entre janeiro e março.

fatalidades ou casos isolados: as charges exacerbam e tensionam criticamente a legitimidade e o uso desse sistema classificatório.

Berger e Luckmann nos lembram que a expressividade humana é capaz de objetivações, manifestando-se em produtos da atividade humana que estão ao dispor tanto dos produtores quanto dos outros homens, uma vez que são elementos parte de um mundo comum. Segundo os autores, estas objetivações servem de índices mais ou menos duradouros dos processos subjetivos de seus produtores (2005, p 53). Em outras palavras: uma vez que são parte de uma mesma construção social da realidade, todo mundo sabe que é assim. Isso acontece a partir da observação do contexto; do consumo de notícias; da ideia de que aqui é seguro e ali não; dos motivos que nos levam, enquanto mulheres, a atravessar a rua quando estamos sozinha e vemos perfis masculinos caminhando em nossa direção. E é a essa mesma noção a que os autores se referem.

As charges, ao explicitar o senso comum, alimentam o sentido que produzem daquilo que emana desse mesmo senso comum. Como dito anteriormente, uma das principais características da charge é a rapidez com que ela pode ser apreendida por quem está naquele contexto, realidade, tempo e modo de viver. Uma pessoa, parte de uma comunidade, que viva minimamente em sociedade, acompanhando notícias de alguma forma (em modalidade impressa, sites de notícias, em redes sociais ou mesmo em conversas), tem condições de compreender rapidamente a crítica presente em uma charge, quer concorde, quer não. Essa apreensão instantânea acontece especialmente quando tratamos de casos emblemáticos, como George Floyd, que transpôs fronteiras – e cuja charge sobre o caso estampou o exemplo sobre os Estados Unidos na introdução – ou ainda de Genivaldo de Jesus Santos, morto asfixiado na traseira de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal, – lembrado na charge de Latuff abaixo em que se destaca a única cor de pele utilizada na arte – para ficarmos somente nos casos referentes à violência policial.



Figura

13

Dessa forma, o processo de compreensão da ideia, crítica ou caso presente na charge, passa pela participação que o indivíduo tem no acervo social do conhecimento, que permite identificar “localização” dos indivíduos na sociedade e o “manejo” deles de maneira apropriada. O simbolismo e a linguagem simbólica são componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão do senso comum deste contexto, uma vez que vivemos em um mundo de sinais e símbolos todos os dias (BERGER E LUCKMANN, 2005). Saindo do exemplo das charges, entender onde se está e como falar com alguém sobre um assunto específico pode ser determinante para o sucesso de um pleito. A linguagem corporal e a escolha das palavras fazem diferença, no momento de convidar uma pessoa para sair, entre uma investida educada e um assédio, por exemplo. Entender a diferença de abordagem ou maneira de se apresentar a uma pessoa desconhecida no clube noturno e no ambiente laboral, também passa por essa compreensão do acervo social do conhecimento.

Falamos do papel fundamental do senso comum para o processo de compreensão da ideia expressa na charge. O senso comum, no entanto, é comum não porque seja banal ou mero conhecimento exterior. Ele assim é chamado por se tratar de um aprendizado compartilhado entre sujeitos da relação social. O significado precede essa relação, já que ela é condição de seu estabelecimento e ocorrência (MARTINS, 2000). Sem significado compartilhado não há interação entre indivíduos, por meio de charge ou não. Uma boa forma de se remeter a esse conhecimento compartilhado é a diferença regional entre linguagem falada, por exemplo: experimente falar sobre pica no cu em Portugal e fazer o mesmo no interior do Brasil.

Provavelmente o que se depreende nos dois locais tem significado diferente: apesar de os dois serem falantes do mesmo idioma, o português, a pica no cu, em Portugal, se refere a uma injeção na bunda. Para uma ilustração mais próxima, que não precise contar com as diferenças idiomáticas do além mar, basta lembrar que pedir uma canjica na Bahia não produz o mesmo resultado que no Distrito Federal (a saber, na Bahia, o resultado do pedido é aquilo que chamamos de cural em Goiás e no DF) ou ainda que não adianta pedir um cacetinho em Minas Gerais como se pede em uma padaria no Rio Grande do Sul, que não se receberá um pão de sal. Assim, o senso comum a que se referem as charges levam em conta, como já dito acima, em outro contexto, o alcance da peça gráfica para que ela de fato possa produzir significado.

Se pudéssemos utilizar uma expressão cotidiana e simples para definir o senso comum, após a exposição de tantos pontos de vista, seria da seguinte forma “todo mundo sabe que é assim”, sem nenhuma explicação adicional.

Os significados que mediatizam os relacionamentos entre as pessoas estão sujeitos a um complexo mecanismo de deciframento. Os interacionistas simbólicos mostraram como a interação só é possível por meio de procedimentos interpretativos que fazem da relação social uma construção: uma imensa construção imaginária define a circunstância da relação social (MARTINS, 2000).

Assim, o discurso contido na charge dirige-se a sujeitos socialmente situados, uma vez que, somente quando estão inseridos em um contexto, eles passam a ser receptores capazes de decodificar as referências trazidas pelo chargista e exercer seu papel para terminar de construir o sentido desejado pelo autor.

A intervenção da charge no mundo cultural inicia-se pelo reconhecimento de significantes já existentes e, após, pelo estabelecimento de conexões, que atribuem um sentido determinado à mensagem (FLORES, 2002, p. 11).

Ou seja, para que o objetivo da comunicação seja atingido e a mensagem produza sentido para o receptor, é necessário que ele faça parte ativamente do processo comunicativo. Para isso ele deve contemplar algumas características, como ser capaz de reconhecer os símbolos utilizados pelo chargista na composição da charge e conhecer o assunto abordado na produção.

É necessário lembrar que o saber do senso comum é construído historicamente e, como tal, diz respeito à vida, ao empírico. Dessa forma, considerando a mecânica da construção do contexto que circunda um indivíduo, o bom senso não é aquilo que uma mente livre de

artificialismos aprende espontaneamente; é aquilo que uma mente repleta de pressuposições conclui. (GEERTZ, 1989)

O percurso histórico de construção do senso comum, passa pela percepção de processos e fenômenos em diferentes sociedades e contextos. As sucessões políticas, os eventos críticos, o surgimento de novas tecnologias mediadoras de relações humanas, os costumes e as transformações sociais, moldam formas disseminadas de percepção daquilo que acontece no nosso meio social. Uma forma de compreender essa afirmação é construir um fio lógico não extensivo, mas exemplificativo, de como percebemos o que está associado, atualmente, ao pertencimento e à identidade étnico-racial de uma pessoa negra, por exemplo.

2.1 O senso comum e a percepção da pessoa negra como herança para o país

“Tudo começou naquela esquina ali. Veio os homem e nos pararam

‘Qualé’, negão? [...] Quê que tá pegando?’

É É, é, é Sempre fui o primeiro negro

Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”

(O RAPPÀ, 1996)²⁵

Oracy Nogueira, como já citado na introdução, nos familiariza com o preconceito racial de marca, tipo de discriminação prevalente no nosso país, que faz com que pessoas negras sejam discriminadas por seu fenótipo. Iremos ver mais adiante esse tipo de preconceito com mais detalhes. Por hora, é interessante termos a ideia trazida por Nogueira para lembrarmos que a herança do nosso passado escravocrata, como já vimos na introdução, contribui para a perpetuação dos estereótipos raciais. Essa associação do negro com o que é negativo, não tem origem, no entanto, apenas na escravização das pessoas negras durante a colonização.

A história nos conta que há muito tempo, o negro é considerado, pelos brancos, um ser inferior. São ideias construídas com base em um cientificismo datado e que bem servia aos propósitos da época, justificando atos hediondos como a escravidão de pessoas. Nkolo Foé (2011) nos lembra, citando David Hume e Immanuel Kant, que no período do Iluminismo, o negro era visto como alguém que tinha uma inferioridade congênita. Citando Kant, ele nos ilustra a crença do período situado por volta do século XVIII, em que as bases científicas se somavam às já utilizadas bases religiosas que afirmavam a inferioridade racial das pessoas

²⁵ O RAPPÀ. Todo camburão tem um pouco de navio negreiro. In: Rappa Mundi. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1996. 1 faixa.

negras. Para os filósofos da época, a diferença entre brancos e negros era tão grande em termos de cores de pele quanto era de capacidade mental, não servindo os negros, na condição de escravizados ou libertos, a qualquer coisa grandiosa na arte ou na ciência.

Percebe-se, por essa passagem ilustrativa, que em decorrência dessas ideias, a crença na inferioridade do negro está enraizada em países onde se utilizou mão de obra de pessoas escravizadas, especialmente em processos colonizatórios, uma vez que os grandes processos escravizatórios pós-modernos se basearam na exploração de pessoas do continente africano. Pode-se citar a colonização francesa ou inglesa em África, bem como a colonização inglesa na porção setentrional da América ou ainda as colonizações espanholas e portuguesas na América Latina.

Considerando-se esse contexto que remonta a uma ideia disseminada mundialmente e os séculos de escravização ao longo da colonização portuguesa no Brasil, a forma como a pessoa negra é lida, em nosso país, deriva de uma construção social que se solidificou paulatinamente durante o processo do que era considerado o progresso científico à época, assim como no decorrer da colonização, da escravização e suas consequências. A leitura, no entanto, é velada e silenciosa.

São características como cor de pele, cabelo, volume dos lábios e nariz, indumentária, comportamento e até localização espacial em uma cidade, por exemplo, que, quando somadas, contribuem para a percepção da identidade étnico-racial de alguém. Em alguns locais, onde haja mais pessoas brancas, provavelmente será necessário acumular menos desses atributos do que em locais com mais pessoas negras. A partir da soma do conhecimento histórico do processo de escravização imposto pelo colonizador durante os períodos em que o Brasil começou a ser formado e do processo de eugenia pelo qual o país passou, de forma ainda mais expressiva, na década de 1920, por exemplo, conseguimos pensar em algo que pode nos ajudar a pensar qual é a percepção da pessoa vista, ainda que não declaradamente, como digna e honesta.

Os colonizadores do nosso país eram, em sua quase totalidade, brancos. A força laboral dos primeiros séculos de colonização do país, subjugada, escravizada, tratada como se não merecesse respeito, tinha cor e etnia específicas, inicialmente de nativos das terras nacionais e, em seguida, de pessoas negras trazidas do continente africano em porões de navios. A esses dois grupos de pessoas, associou-se o pertencimento a um nível inferior da sociedade. E àqueles que vieram em navios negreiros associou-se também à ideia de bagunça, falta de higiene e outras características consideradas negativas. Essa percepção, que se arrastou ao longo de centenas de anos, foi reforçada na década de 20 do último século, a partir do incentivo de

migrações de pessoas do continente europeu com o objetivo não apenas de trazer trabalhadores, mas de trazer os trabalhadores certos para que a população pudesse passar por um processo de embranquecimento. A quantidade de pessoas escravizadas tornou o país negro e os responsáveis pela gestão da política nacional sentiram a necessidade de “trazê-lo de volta à civilização”.

Assim, essa ideia de que, aquilo que representa o que é civilizado, limpo, bom, honesto e digno de tratamento respeitoso é o fenótipo branco, foi construída por meio do senso comum ao longo do passar dos anos no nosso país. Ela ainda foi reforçada em alguns momentos históricos mais críticos como os elencados no parágrafo anterior. As características negativas não são comumente citadas de maneira declarada, mas percebidas como um fenômeno social, de forma que nossas noções de senso comum partilhadas enquanto sociedade pairam sobre nossas concepções e muitas vezes guiam nossas ações. A partir dessa noção, que está pairando sobre aqueles mais desavisados e que não são afetados ou sentem necessidade de refletir sobre essas percepções, o que acontece quando um corpo institucional, que tem como missão proteger os cidadãos de bem, também partilha – inadvertidamente ou não – dessa percepção?

Os dados de violência e o noticiário nos permitem caracterizar as forças de segurança do Estado brasileiro como necropolíticas, uma vez que esse conceito define o poder de decretar quem deve morrer e quem pode viver (MBEMBE, 2018). Aqui, o objeto da necropolítica das polícias é o negro. Essa “guerra incondicional ao crime” está diariamente na mídia e mostra operações policiais em áreas onde vivem principalmente jovens negros. O corpo negro é associado ao do criminoso (ZAKHAROV et al. 2022, p.130).

Até a década de 1920, o Estado buscou purificar a população por meio da vinda de europeus. A intenção era clarear a tez dos nacionais, embranquecendo as características fenotípicas de nossa população. Ainda que isso tenha sido uma política de Estado, pouco se discutiu a questão na esfera pública, uma vez que, por meio da circulação de ideias como as de Gilberto Freyre – que trouxeram o mito da democracia racial, a partir de 1930 – passa-se a tratar a sociedade como se no país não existisse racialização, eliminando a temática da esfera do debate público e trazendo silenciosas, porém palpáveis, consequências nefastas para a população negra.

Como já explicado e exemplificado acima, a mídia tem um papel influenciador na construção do senso comum que nos circunda. É esse mesmo senso comum – construído sobre uma história racista de constituição do país – que faz com que as críticas contidas nas charges possam ser apreendidas de forma fácil e rápida.

2.2 A charge, o senso comum e a leitura crítica da representação da pessoa negra

*“Foda-se a lei do mais forte
Se for pra seguir vocês, prefiro a morte
Acha que viveu demais, é só um recorte.
Meritocracia para mim, é sorte.
Eu não ligo, eu não ligo pras suas leis,
Encarceram jovens negros por coisas que ele não fez.
Depende da sua cor se você é um traficante
Depende da sua cor se você é um estudante.”*

(PUSHER 174. s.d. - Transcrição livre da autora a partir da gravação original)

Foram demonstrados, anteriormente, os motivos e mecanismos pelos quais uma charge se constitui como uma peça de rápida apreensão. Vimos, ainda, que o senso comum – o contexto compartilhado entre indivíduos, uma perspectiva de manifestação cultural – é a trama que nos permite produzir sentido a partir da representação feita pelo autor de uma peça gráfica de humor como as charges, quadrinhos, tirinhas ou cartuns – todas aqui tratados como sinônimo – no mesmo gênero jornalístico de opinião a partir do momento em que constróem um crítica, promovem uma reflexão ou se referem a fatos notórios, situados no tempo e no espaço, normalmente se referindo a uma notícia ou fato amplamente conhecido. É necessário, então, avançar para a correlação entre esses elementos e sua consequente representação da pessoa negra. Esse primeiro contato com a produção de sentido prepara o terreno para que, adiante, seja possível aprofundá-lo a partir da explicitação e do reforço da teoria por meio da apresentação de charges.

Dessa forma, retomando a afirmação anterior de que uma charge necessita, obrigatoriamente, do senso comum para que seja compreendida, busca-se preparar terreno para entender melhor como a enxurrada de publicações dessas peças, após um episódio emblemático, explicita o acontecido de tal forma que não é possível negar a crítica tecida pelo chargista. A forma com que o artista apresenta a sátira, pode contribuir para deslegitimar, por exemplo, o sistema classificatório informal em voga que é utilizado no momento de perfilar um suspeito. Os comentários que falam contra a crítica feita acabam também por evidenciar de forma pungente o absurdo retratado, mas ainda será mais para frente o momento de vermos isso detidamente.

Assim, uma boa forma de introduzir este tópico é por meio da apresentação de charges que possam ilustrar o que já foi dito. Elas se inserem numa disputa do campo de crítica social e também serão retomadas por esse viés mais adiante, nos capítulos dois e três. As peças a seguir se relacionam intimamente com o senso comum que foi construído no tocante a representação da pessoa negra no imaginário social. Estão situadas no espaço brasileiro, mas facilmente poderiam ser ampliadas para outros contextos geográficos como o estadunidense.



Figura

14

A charge de Lafa faz uma crítica ácida sobre como é vista uma pessoa branca e uma pessoa negra com relação ao consumo de entorpecentes. A narrativa visual desenvolvida pelo chargista passa pelo que se associa ao fenótipo ao entrarmos na seara dos tóxicos, alcançando o tratamento dispensado aos dois pelo judiciário e, indiretamente, pela abordagem da polícia. Um usuário é aquele que é branco. Um drogado é aquele que é negro. Um usuário pode usufruir de seu entorpecente em liberdade. Um drogado é uma ameaça à sociedade das pessoas de bem e precisa estar atrás das grades. Uma pessoa branca não será abordada pela polícia por se tratar de usuário. Uma pessoa negra será levada para averiguação e punição de seu vício no consumo de drogas.

Ainda nessa mesma temática, reforçando a pertinência da leitura de todos esses fatores sumarizados em apenas dois painéis de ilustração, é possível observar a coerência dessa multiplicidade de visões sobre o mesmo fato objetivo – porte ou consumo de entorpecentes – em uma crítica ilustrada por Galvão Bertazzi.



Figura

15

É interessante lembrar que o vocábulo “porcos” se refere, no campo das gírias, às forças policiais, e é especialmente utilizado entre pessoas negras para se referir à Polícia Militar, no geral, podendo ser estendido a outras forças de segurança. Isso tendo sido dito, na tirinha acima percebe-se que o coelhinho é representado como rosa, enquanto o ursinho, é marrom, fazendo-se referência, assim, a uma pessoa branca e a uma pessoa negra, respectivamente. Os dois carregam, na mesma quantidade, “orégano fresquinho”, que representa a maconha e é considerada pelo STF como o limite²⁶ para que uma pessoa seja vista como usuário, não como traficante. Os dois aparentam estar tranquilos por se encontrarem dentro da legalidade, no entanto, o tratamento que será recebido por cada um será baseado nas diferenças evidenciadas no quadrinho, quais sejam: o local de nascimento – o coelhinho, ou pessoa branca, nasceu em berço esplêndido, ou seja, fora da periferia. O ursinho, ou pessoa negra, vem da periferia – e as

²⁶ <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-define-40-gramas-de-maconha-como-criterio-para-diferenciar-usuario-de-traficante/>

diferenças étnico-raciais: um sendo lido como pessoa branca e o outro como pessoa negra. Aquele indivíduo que é lido como pessoa branca seguirá não sendo alvo da abordagem policial – assim como nunca foi, pelo que é lido na legenda – e é uma crítica à nossa realidade. Já aquele que é lido como pessoa negra fará a alegria das forças policiais, como sempre fez, considerando que eles se sentem não apenas à vontade, mas no direito de abordá-lo e tratá-lo da forma como “merece”, consequência direta de um tratamento dispensado aos corpos escravizados desde o período colonial.

Ainda sobre essa mesma percepção, é oportuno apresentar, por olhos de outros autores, como essa percepção é disseminada, não sendo característica de um trabalho ou portfólio específico.



Figura

16

Nessa charge de Quinho, fica explícita qual a questão que fez com que a pessoa negra tenha sido abordada pelos policiais. A quantidade que pode ser portada e que define quem é um usuário, protege somente aquele que possui a pele branca (nesse caso, há a ausência de outros marcadores como ser de um bairro que não seja periférico, evidenciando ainda mais o quanto a fenotipia é decisiva e determinante). Já para o negro, essa mesma definição de quem é usuário deixa de ser aplicada uma vez que o fator “dose extra de melanina”, entrou em cena e é decisivo para a lógica policial.



Figura

17

Nesse mesmo sentido, a reflexão trazida por Helô D'Ângelo, ao colocar branco e negro lado a lado, nos mostra de forma inegável a diferença de tratamento dispensada pelo policial militar. O rapaz branco sai livre e o negro já aparece algemado no mesmo instante. O desfecho não poderia ser diferente do que se apresentou na primeira charge de Lafa: o negro preso e rotulado como traficante e o branco livre e visto como um usuário.

Muito provavelmente não se faz necessária uma leitura tão descritiva das peças acima apresentadas justamente porque a existência na sociedade brasileira e a leitura de signos – aquilo que representa algo e transmite uma ideia ou significado – por meio do significante – a imagem – e do significado – o conceito representado nessa imagem –, são suficientes para compreender qual é a ideia expressa pelo autor.

Os desdobramentos e o simbolismo dessa análise serão trazidos de maneira mais detida no terceiro capítulo, por meio da explanação sobre a disputa do campo de crítica social. O vocábulo disputa deve ser entendido aqui como uma forma de trazer aquilo que, apesar de todos

sabermos em um nível social, não se costuma trazer individualmente, nem se admite em voz alta.

3 A SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

*“Homem mulato aparentando entre vinte e cinco e trinta anos
É encontrado morto na estrada do M'Boi Mirim sem número
Tudo indica ter sido acerto de contas entre quadrilhas rivais
Segundo a polícia, a vítima tinha "vasta ficha criminal”*
(RACIONAIS MC'S, 1997)

Para entendermos os processos e percursos da construção de sentido, pode ser oportuno, além de resgatarmos os já citados estereótipos sobre o negro no Brasil, conectar a ideia com o preconceito racial de marca brevemente abordado na introdução e que, segundo Oracy Nogueira, é predominante no Brasil. O autor defende que há dois tipos de preconceito racial: o de marca e o de origem, sendo o primeiro predominante no Brasil. Ele expressa-se na discriminação velada, não declarada, baseada em critérios fenotípicos, negando ou subestimando o preconceito aqui existente, resultando em um ambiente propício à discussão racial e tendo, como consequência, repercussões no reforço dos estereótipos que associam as pessoas negras ao que há de negativo. Nogueira explica que seu trabalho não faz outra coisa senão apresentar de um modo sistemático e com uma terminologia específica, o que já se encontra difuso, tanto na literatura quanto no pensamento dos estudiosos e outros interessados. Este trabalho também faz o mesmo, sendo uma de suas principais dificuldades, o reconhecimento do momento em que já se falou demais do óbvio e o cansaço em constatar a necessidade da reafirmação constante do que já fala por si só, quando uma pessoa está situada no *ethos* negro do nosso país.

Uma das grandes inovações da percepção de Nogueira, ao trazer o preconceito de marca, é sair de uma concepção biológica da “inferioridade do negro”, como defendido por Nina Rodrigues – em especial a incapacidade de pessoas negras se adaptarem às “sociedades civilizadas” – para a percepção social – também de inferioridade – situando a assimilação do negro e seu entendimento enquanto ser presente²⁷ na sociedade e dinâmicas sociais. Isso pode ser conectado com a ideia do terceiro local onde se produz o sentido, que iremos ver mais adiante com Homi Bhabha, para que possamos aí sim entrar na discussão teórica da sociologia

²⁷É interessante registrar o desconforto em encontrar uma palavra que pudesse representar o que de fato a sociedade reserva ao negro. O vocábulo “presença” não seria justo uma vez que há, notadamente, a invisibilização das pessoas negras, para as quais são adequados os papéis invisíveis da nossa cultura. A carga semântica de “ser social” também não caberia, uma vez que aos negros não é dada a possibilidade de socialização plena desde a infância. A opção por presente foi escolhida enquanto afronta por não ser possível de negar algo que se apresenta e pela carga semântica do rito social associado à oferta de um presente.

da comunicação, ilustrando-a com charges para que o mecanismo de apreensão de sentido aqui mostrado possa tornar tangível aquilo que, apesar de impalpável, é concreto.

Antes de entrarmos na teoria sociológica propriamente dita, é interessante recorrer à Maurício Pestana, jornalista e cartunista que, ao longo das décadas de 80 e 90, publicou charges, cartuns e quadrinhos satirizando, em tom mordaz, a relação racista da sociedade brasileira com o negro. Seu trabalho traz a percepção, pelo negro – e negro aqui também deve ser entendido como uma coletividade, não apenas como a autodeclaração de pertencimento étnico-racial do autor –, da polícia, do mercado de trabalho e da política, notadamente. O objetivo de falar sobre seu trabalho é dar forma, de maneira explícita e insofismável, àquilo que a teoria pode nos dar de apoio.

Clóvis Moura, historiador e sociólogo, ao apresentar²⁸ o livro ‘Racista, eu!? De jeito nenhum...’, um apanhado de charges de Maurício Pestana, traz a importância e a atualidade da publicação que, segundo ele, mostra os mecanismos perversos que além de determinarem como funciona impunemente o racismo no Brasil, demonstram a convivência ambígua e sórdida da sociedade brasileira, que profere um discurso democrático, mas que se materializa a uma prática racista dissimulada, cínica e, por isto mesmo, impune. Apesar de o prefácio se referir a obra de 1998, o comentário é válido para toda o conjunto de produções de Pestana enquanto chargista e traz, em outras palavras, a mesma ideia já colocada por Oracy Nogueira, conectando a manifestação do preconceito racista de marca com o ambiente em que não se pode discutir o racismo que de fato atravessa a sociedade, gerando um ambiente teoricamente democrático e igualitário com todos, mas notadamente discriminador de pessoas negras.

Em ‘Manual de Sobrevivência do Negro no Brasil’, obra conjunta com Arnaldo Xavier, Pestana traz algumas regras a serem observadas pelo negro brasileiro ao existir como um ser social que trabalha, convive nos espaços públicos, assiste televisão – e, destacadamente para esse trabalho e para a própria obra –, se encontra com a polícia. Alguns dos ensinamentos ou instruções do manual se destacam:

- “Quando você observar um policial a curtíssima, curta, média e longa distância, não corra! Nem que seja para pegar o último ônibus disponível na madrugada ou se abrigar da chuva. Também não fique parado. E, se possível, não se mexa”(XAVIER, PESTANA, 2008)

²⁸ As ideias atribuídas a Clóvis Moura neste trabalho referem-se ao texto de apresentação (prefácio) por ele assinado na obra *Racista, eu!? De jeito nenhum...*, de Maurício Pestana (1998).

- “Quando você for abordado, – o que não é um evento raro – por um policial, não tente pôr a mão nos bolsos. Esqueça os documentos. Porque você pode ser assassinato sob alegação de legítima defesa” (Idem)
- “Embora a Constituição garanta que ninguém será preso exceto em flagrante delito ou mandato judicial, você é uma sempre morta exceção!” (Idem)

As sugestões apresentadas no manual encontram ancoragem na realidade. Sem a intenção de construir um debate situado à esquerda ou à direita – neste trabalho acadêmico –, mas de simples apresentação do que de fato ocorre, há sempre um caso recente na memória²⁹ que se refere a pelo menos uma das situações acima. É importante então, trazer obras como a de Pestana, que coloca de forma óbvia aquilo que não é discutido de forma ampla, aberta e irrestrita, e que muitas vezes se transforma no “argumento” de quem “não enxerga cor”. Ainda que haja quem não enxergue cor de pele, a cor³⁰ das estatísticas de violência policial é negra. Assim como são óbvias as manchetes³¹, quadrinhos³², fóruns,³³ protestos,³⁴ proposições,³⁵ essa cor não tem como ser negada, mesmo para os daltônicos³⁶ das ideias. Também é óbvia a existência daquilo que as relações sociais diárias não nos permite nomear livremente ou conversar sobre: quem vive em vulnerabilidade socioeconômica, que está mais sujeito a ser a pessoa que ocupa moradias sem saneamento básico, urbanismo ou infraestrutura; quem exerce as funções, os ofícios, as profissões associadas às pessoas que precisam da força e de

²⁹ https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/nota-oficial-guilherme-ferreira
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/07/08/quem-era-guilherme-dias-marceneiro-negro-assassinado-com-tiro-na-cabeca-por-pm-de-folga.ghtml>
<https://ponte.org/pm-agride-e-ameaca-adolescente-no-trabalho-em-piracicaba-sp-meu-filho-esta-com-medo-de-sair/>

³⁰ <https://ofator.com.br/opinio/a-cor-que-autoriza-o-tiro/>

³¹ <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2025/07/28/dois-anos-da-operacao-escudo-relatorio-revela-abuso-na-acao-policial-e-vinganca-contrajovens-negros-e-pobres.ghtml>

³² SANTOS, Leonardo. Jeremias - Pele: encarando o racismo na infância. In: 6as Jornadas de Educação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018. Trabalho apresentado no eixo “Quadrinhos, História e Sociedade”. p. 1-16. Disponível em: https://jornadas.eca.usp.br/anais/6asjornadas/q_educacao/leonardo_santos.pdf. Acesso em: 15 jan. 2026.

³³ https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/5a-conapir-encerra-como-grito-de-coletividade

³⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/movimento-negro-protesta-em-todo-o-pais-contraviolencia-policial>

³⁵ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/06/7178860-movimentos-negros-lancam-propostas-legislativas-antirracistas.html>

³⁶ Expressão utilizada sem diminuir ou se remeter a qualquer demérito às pessoas portadoras de daltonismo, mas como uma metáfora para quem ao dizer que não enxerga cor, reproduz, sistematicamente, a lógica peremptória da permanência e reforço das desigualdades, sem refletir sobre a necessidade de ações específicas para que determinadas populações não estejam sempre na posição de mais vulnerabilidade socioeconômica.

habilidades manuais em detrimento do pensamento intelectual e de tomada de decisões; e tantas outras coisas, que vão se acumulando para constituir o senso comum já abordado pela perspectiva histórica e aqui resgatado pela sua função comunicacional e representação por meios gráficos.

As representações na TV, por exemplo, reforçam essa ideia.



Figura

18

Outro alerta – facilmente conectável com a charge acima – que Pestana nos traz, diz respeito ao senso comum sobre a qualificação do negro para o trabalho: a associação é com atividades domésticas; de cuidado com famílias brancas; de trabalhos manuais pesados, como a construção civil; o recolhimento de lixo e a manutenção da limpeza urbana; dentre tantos outros exemplos. Pestana, mesmo que não intencionalmente, faz coro com a passagem citada de Oracy Nogueira, ao retratar uma senhora com fenótipos caucasóides, mas sujeita ao

preconceito de origem nos Estados Unidos – uma vez que era afrodescendente, mas não tinha isso expresso em seu fenótipo –, após trabalhar seis meses em uma empresa, revelou sua identidade racial ao chefe e foi demitida, apesar de ser considerada uma empregada eficiente. Ainda que o tipo de preconceito não seja o mesmo, essa passagem ilustra um fenômeno que também acontece no Brasil: como, além da qualificação, no caso dos negros o determinante para a permanência nos empregos é a “boa aparência” e ela não se sobrepõe à qualificação, fazendo com que o trabalho qualificado esteja acessível somente para determinado grupo do qual a pessoa negra não faz parte:



Figura 19

Dessa forma, o preconceito racial da nossa sociedade faz com que as posições reservadas para as pessoas negras sejam somente aquelas a que seriam “indignas” para uma pessoa branca, que é o estereótipo e a imagem aos quais a sociedade se remete ao pensar em

um indivíduo qualificado, profissional, competente e eficiente. Na charge abaixo, é possível ver que a resposta do contratante sai de forma natural. Apesar dessa naturalidade, ele está diante de um senhor negro de terno e gravata, uma roupa certamente inapropriada para o tipo de trabalho ao qual o homem branco associa com adequado às pessoas negras.



Figura 20

A melhor charge de Pestana para materializar o conceito de preconceito de marca – que leva ao não reconhecimento explícito do racismo – em comunhão com a ideia do lugar reservado pela nossa sociedade aos negros –, é uma arte cujo texto também carrega a mesma lógica das famosas frases “não sou racista. Tenho até amigos que são negros”. Ou “ela não é só uma empregada, é da família”.



Figura

21

É por essas e tantas outras ideias correntes na nossa sociedade que Pestana nos alerta:

- “Fique atento em coquetéis de vernissage ou lançamentos de livros. A qualquer momento você poderá ser acionado para remover copos e garrafas quebradas e outras sujeiras do chão. (XAVIER, PESTANA, 2008)

3.1 Elucidando o processo de comunicação pelo viés sociológico

Fudeu!

Tava de boa Só curtindo o rolê

[...]

Os cara chegaram

Boa noite, que nada Encosta aê, tamo enquadrando você

E aê, tá ficando griladinho? Que nada, senhor, tô curtindo meu fininho [...]

Cala, tu tá falando demais, saporra pra mim, nego, tanto faz

(BLACK PANTERA, 2024)

Após a elucidação da base de nossa teoria por meio de charges, faz mister desenvolvermos, seguindo a apreensão anterior, o processo de comunicação por meio do viés sociológico, uma sociologia da comunicação, *per se*.

Para começar, é interessante relembrar Oracy Nogueira quando nos explica que, ao tomar-se a literatura referente à “situação racial” brasileira produzida por estudiosos e observadores brasileiros e estadunidenses³⁷, os nossos nacionais, influenciados pela ideologia de relações raciais característica do país, têm a tendência de negar ou ainda subestimar o preconceito racial no Brasil. (NOGUEIRA, 2007)

Também pode contribuir Brackette Williams, ao falar da nossa atividade classificatória que, sendo uma necessidade cognitiva, faz com que a classificação seja sempre parte de uma atividade intelectual. Numa “sociedade classificatória”, são os esquemas formais e informações que nos trarão enquadramentos – enquadramentos estes que nos formam ao mesmo tempo em que nós os formamos, transformando seres humanos em uma relação antagônica de “nós” e “eles”. (WILLIAMS, 2008)

Não há nada mais humano do que classificar, e nada potencialmente mais destruidor do ser humano. Nas tarefas diárias, a forma como classificamos – o número de modos de classificação que estabelecemos e a tolerância diferenciada com que os tratamos – produz consequências positivas e negativas para a maneira como seres humanos dentro e entre populações navegam as percepções alheias sobre o “real”, o “bem” e o “mal”.

(Idem, p. 24)

Dessa forma, após compreendermos as bases de onde vêm o conjunto de valores partilhados pela sociedade sobre a população negra e a forma velada de expressão do racismo, gostaria de partir do já colocado anteriormente de que o senso comum é algo presente na sociedade e a partir desta informa o funcionamento das instituições. A partir daí, proponho correlacioná-lo com o enquadramento ou *framing* no jornalismo – em que é possível traçar, facilmente, um paralelo com a noção classificatória já introduzida –, mostrando o imenso

³⁷ Oracy Nogueira originalmente utiliza o termo “norte-americanos”.

potencial que um tem de alimentar o outro e tirar o estranhamento de uma frase como o verso de O Rappa, apresentada na seção anterior. Em seguida, é interessante relacioná-lo com o local onde se produz o entendimento – apartado tanto do emissor quanto do receptor da mensagem – a partir da cultura, antes de voltarmos ao tema da violência policial contra pessoas negras em si. O que pode parecer um desvio é tão somente o preparo das bases para mostrar de forma crescente e palpável de onde surge a naturalidade da violência policial, reiteradas vezes legitimada pela sociedade e de como isso é também resultado da disputa do campo de crítica social.

Segundo Gonçalves (2005, p. 159), as notícias são o próprio enquadramento porque são uma forma pela qual construímos grande parte da nossa percepção do mundo e da nossa relação com ele. Trocando em miúdos, a partir do acompanhamento das notícias – daquilo que é selecionado como notícia, da forma como ela é apresentada por um jornalista de um veículo qualquer – é possível verificar seus impactos na nossa percepção do mundo que nos cerca, bem como ela refletir sobre como ela influencia fortemente como iremos conduzir nossas relações no contexto em que estamos inseridos. Já adianto que a grande fragilidade da teoria do enquadramento é não conseguir medir ou quantificar até onde isso acontece. Isso porque ela também leva em conta a dificuldade em se determinar exatamente o mecanismo e a forma como se dá essa influência. A teoria é bem-sucedida, no entanto, em indicar que isso acontece (GONÇALVES, 2005).

A partir do que é pautado pelas notícias aos chargistas e para os leitores, é possível pensar o local onde se constrói o significado trazido pelas peças gráficas. A disputa ideológica – utilizada nesse momento como referindo-se a ideias, sem atingir, por enquanto, o campo semântico do posicionamento político-ideológico cotidiano – se dá em um entrelugar delineado pela diferença cultural, processo de significação por meio do qual afirmações da cultura – ou sobre a cultura – diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. (BHABHA, 1998)

O entrelugar, como definido por Bhabha, ou o terceiro espaço, é um local em que não estão expressos nem puramente as crenças do emissor/autor da mensagem, nem exclusivamente a do receptor/leitor, mas um novo espaço onde as diferenças culturais entre esses dois criam uma nova ideia, resultante da percepção do conteúdo que está expresso na charge, na mensagem, na notícia ou mesmo na peça de opinião. Ele leva em consideração, além do contexto, aquilo que cada um traz consigo (BHABHA, 1998). Esse conteúdo trazido por cada parte pode considerar o que é tido como senso comum, a história da comunidade na qual

o indivíduo está inserido, o percurso do sentido, a cultura e muitos outros elementos com peso subjetivo.

Observa-se, nesse momento, o caminho histórico que percorreram os elementos do enunciado, examinando-se o contexto e o tempo em que estão sendo retratados e considerando-se que há não apenas o enunciante, o enunciado e o receptor, mas o entrelugar permeado por pré-concepções culturais que a ideia retratada atravessa, transformando-se em um terceiro espaço, como dito anteriormente.

Dessa forma, o pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o eu e o você designados no enunciado. A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um terceiro espaço, que representa tanto as condições gerais da linguagem quanto a implicação específica do enunciado em uma estratégia performativa e institucional da qual ela não pode, em si, ter consciência. O que essa relação inconsciente introduz é uma ambivalência no ato da interpretação. (IDEM)

Assim, quando se considera o local onde acontece a produção de sentido e o percurso feito por cada sujeito que está nas pontas do processo comunicacional, se introduz uma forma que é alimentada por aquilo que os lados podem trazer para contribuir no entendimento, criando-se uma relação entre os indivíduos que irá resultar em um sentido subjetivo, que não corresponde necessariamente a nenhuma das pré-concepções, mas que permite uma polissemia não aleatória, baseada em uma interação dialética entre suas diferenças culturais. A ponderação correspondente a cada ponta virá da diferença do que circunda a potencial resposta do que acontece quando um policial vê um homem negro correndo para não perder o ônibus ou vê um homem branco fazendo o mesmo. Ou ainda na diferença cultural de percepção que leva um policial a identificar como ameaça um homem negro segurando um guarda-chuva em um dia chuvoso. Muito provavelmente não vai passar pela cabeça do homem branco ponderar se uma determinada forma de segurar um guarda chuva poderia ser uma potencial ameaça à sua vida ou integridade física.

Não é possível identificar posições políticas fora dos termos e das circunstâncias situacionais de sua interpelação discursiva. Em outras palavras: sem se dar o caso sobre o qual se opina, não é possível dar nomes prévios à posição de cada um, uma vez que elas são relativas ao caso em tela. Dessa forma, o momento histórico de ação política deve ser pensado como parte da história e da forma de sua escrita (IDEM).

Grande parte de nossas reações e sentimentos sobre pessoas e situações do mundo não derivam de nossa experiência direta, mas de nossas imagens mentais, já pré-fabricadas por nossos sistema social – incluem-se aqui todos os estereótipos que se referem a pessoas que

conhecemos, e os prejuízos contra as minorias, os diferentes, bem como contra os estrangeiros que não conhecemos (FLÓREZ³⁸, 2023). São as imagens mentais já pré-fabricadas que irão transitar pelo terceiro espaço trazido por Bhabha, o da diferença cultural onde se produz o sentido. Considerando a reprodução de estereótipos já trazidos anteriormente – a mulher negra empregada ou o homem negro correndo e que, por correr, deve ser um bandido – fica mais fácil aprendermos o que são essas imagens mentais pré-fabricadas. De toda forma, uma charge pode ilustrar e ajudar a dar ainda mais materialidade a essa colocação.

³⁸ Essa ideia é apresentada na introdução do livro de Baitello Junior e, apesar de trazer uma ideia derivada da conclusão do trabalho do autor, foi colocada de forma sintética pela autora, que escreveu a introdução da obra. Sua interpretação é particularmente interessante por trazer um ângulo de leitura do texto e sua perspectiva inovadora.



59

Figura

22

A comunicação é mais do que uma ferramenta ou instrumento da humanidade, assim como a cultura não é um entorno de cenografia ou um pano de fundo decorativo. Tanto os processos comunicativos quanto os culturais são desenvolvidos em complexos ambientes sociais que carregam consigo história e não devem ser abordados por visões reducionistas ou simplificadoras. (BAITELLO JUNIOR, 2023)

Para uma pessoa que “não vê cor de pele”, será um tanto mais difícil mostrar que a última charge trazida retrata, de forma escancarada e irônica, aquilo que é pensamento corrente na nossa sociedade, quer admitamos, quer não. O desconforto trazido por uma situação que é explicitamente injusta e errada, é muitas vezes justificada como sendo ideologia política, campo de polêmica entre esquerda e direita, de disputa entre “direitos humanos e humanos direitos”, como se não tivesse ancoragem na realidade. Já vimos, no entanto, que a charge necessita de elementos para ser compreendida, contexto para ser criada e é uma expressão do gênero opinativo do jornalismo – opiniões sobre algo externo ao indivíduo e localizado no social, não sobre uma possibilidade ou ideia que apenas tenha vida na cabeça do chargista, cartunista ou ilustrador. Outra das funções que podemos inferir da charge, especialmente tomando-se em conta esses pré-requisitos e o resgate da ideia de preconceito racial de marca, é que a charge nos obriga a encarar algo que, enquanto sociedade, não queremos que esteja explícito: sabemos que existe, mas é melhor fingir que não é verdade, nos níveis da consciência individual ou geral. A existência acentuada das desigualdades socioeconômicas – onde há predominância de pessoas negras com salários inferiores e sem opção do que pode prover para sua família, ficando limitada às escolhas dadas pelo estado, especialmente em termos de educação e saúde –, da atribuição de um papel subumano às pessoas negras, da cor que é vítima da violência policial, e tantas outras, pode ser observada, se não nas charges e nas matérias, no tempo presente, resultado de anos de escravização, resultado de uma abolição sem políticas de inclusão e consequência de uma política de estado higienista. Foi há pouco tempo que nós, enquanto sociedade, começamos a nos preocupar com políticas que pudessem mudar tanto a realidade quanto o imaginário social, e elas não têm efeito imediato. Por isso, hoje ainda é plenamente válido percebermos, com um simples teste do pescoço, que os corpos negros estão localizados em territórios específicos dos centros urbanos, concentrados dentro dos veículos que fazem o transporte público, preenchendo as filas de espera do serviço de saúde oferecido pelo aparato governamental e sentados nas carteiras das instituições que oferecem ensino gratuito. A experiência de vida prevalecente nas comunidades das pessoas negras é marcadamente diferente daquela que as pessoas brancas tipicamente vivem.

Assim, ao pensarmos uma sociologia da comunicação, é preciso compreender que comunicação e cultura são indissociáveis, uma vez que não é possível pensar a produção de sentido em um processo comunicacional sem a intervenção da cultura. A partilha do senso comum, dos costumes, do contexto, de tudo o que está envolvido na constituição do emissor e do receptor do processo comunicacional é indivisível. E ao observarmos todos esses fatores na produção de sentido a partir de uma charge, temos o tensionamento das percepções que não

podem negar os fatos geradores do processo que cristaliza as ideias que pairam sobre a sociedade mas não são explicitamente discutidas, como a conexão entre racismo, violência policial e o crime contra a humanidade em que os policiais incorrem quando tratam pessoas negras sem a mesma dignidade que tratam os não negros.

O tratamento cultural das coisas da comunicação requer englobar os fatos geradores (não apenas teóricos, mas culturais: a imaginação, as memórias profundas, os mitos, as crenças, as experiências semióticas e as memórias profundas das vivências, corporais ou espirituais), mas também os cenários que esses mesmos fatos podem gerar ou já estão gerando. (IDEM, p.12)

Baitello Júnior, em sua obra, ‘A Era da Iconofagia’, defende que comunicação e cultura constituem-se em esferas indissociáveis, sendo impossível pensar a comunicação humana sem a vertente histórica dada pela cultura. Ele defende que é igualmente impraticável compreender os fatos da cultura humana – por ele entendida como esfera e registro dos anseios e aspirações, das leituras e dos relatos do espírito humano – sem considerar a maneira como eles se transmitem e se conservam no tempo e no espaço da vida. (IDEM)

Percebe-se, assim, que uma não antecede a outra, mas acontecem simultaneamente e no mesmo espaço, reforçando uma a outra. Para os fins deste trabalho e análise das charges, que tem como ponto central a representação de raça e seus desdobramentos, o processo da comunicação também é visto como uma prática pela qual a racialização dos sujeitos é retratada, racialização essa que é cultural e acontece primeiro no espaço social para, a partir disso, ser reforçada de maneira individual e inadvertida. Dessa forma, a apreensão do representado por meio do humor gráfico é uma forma de comunicação que articula os significantes racializados para criar um significado dentro de um contexto de disputa cultural e política por lados antagônicos em que se alinham o discurso estatal e os defensores dos direitos humanos para os humanos direitos e as pessoas que de fato são objetificadas e transformadas em “o outro” por esses grupos.

Retomando o entrelugar introduzido por Bhabha, a representação visual opera, dessa forma, em um espaço cultural intensamente negociado, em que as diferenças se reorganizam para criar e atualizar o entendimento do que é apresentado visualmente. O significado pretendido pelo autor é rearticulado a todo instante de conexão da obra com o leitor, materializando o terceiro espaço trazido por Bhabha e, nos casos aqui apresentados, tão bem ilustrados por Pestana ao tecer críticas ácidas e escrachadas sobre qual é a real situação do negro no país. As charges sobre violência policial são, assim como as outras, uma demonstração prática, empírica e concreta da teoria da produção de sentido no local da cultura

trazida por Bhabha; da cultura e comunicação como sendo indissociáveis, como defendido por Baitello Júnior; do preconceito racial de Marca, como trazido por Oracy Nogueira; além de serem, ainda, uma herança das políticas higienistas deterministas subsidiadas pela ciência, como feito por Nina Rodrigues, notadamente. Reforçando o local de encontro em que conseguimos observar o papel de cada uma dessas teorias, é possível ver uma peça que, juntando as contribuições de cada uma, materializa o preconceito racial de marca – que necessariamente passa por um racismo velado, jamais admitindo que a questão é o negro, sua fenotipia e aspectos negróides como cor de pele, tipo de cabelo, formato de nariz e lábios, dentre outras características –, trazendo a “impossibilidade de adaptação do negro à civilização”, como visto em Nina Rodrigues; produzindo um sentido com base no conhecimento proporcionado pelas diferenças culturais, indissociável do percurso de um processo comunicacional, e que resgata, ainda, todo o histórico da construção racista do nosso país que foi trazido na introdução por Bernardino, Zakharov et al (2022).



Figura 23

Ainda sobre o assunto específico retratado na charge acima, Lélia Gonzalez, ao se referir ao senso comum que predomina na sociedade brasileira, explica o real motivo pelo qual a mulher negra não ser contratada:

“[...]Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzalez, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta.”

(GONZALEZ, 1983)

É interessante notar que, de posse e domínio de toda a teoria apresentada, é possível perceber que a charge passa a explicitamente materializar não apenas o entendimento da crítica social, mas se torna sua aplicação concreta, nos permitindo compreender aquilo que foi colocado de maneira não ilustrada pela teoria. De posse dessa compreensão, passaremos a entender como isso cria a base que reforça a maneira como o negro é tratado e percebido na nossa sociedade, “justificando” ainda a legitimidade do abuso da força policial, que é colocado, no entanto, de forma audível, como forma “justa e impessoal” de tratamento.

3.2 Legitimação das diferenças pela sociologia da comunicação

*“Se você vir um PM caído, pisa na cabeça dele, pisa na cabeça dele
Pisa na cabeça dele até o sangue jorrar”
(JUVENTUDE MALDITA, 2002)*

Retomando o ponto anterior sobre o mecanismo pelo qual se dá a comunicação pelo viés da Sociologia, é interessante lembrar que o processo comunicacional acontece no contexto de um ambiente de socialização, sendo intrínseca à cultura e permitindo que ideias se disseminem entre grupos, pessoas, instituições, empresas e todas as estruturas das nossas sociedades.

É oportuno, para corroborar essa afirmação antes de retomarmos os teóricos do item anterior, trazer a socialização como um fato social total, como defendido por Maria da Graça Setton (2009) que, a partir da ideia de fato social total introduzida por Marcel Mauss, explica como os valores de um indivíduo são apreendidos diante relação dialética entre aspectos cotidianos das sociedades complexas. A autora traz que o fato social total é

um fenômeno que envolve todos e que, para se realizar, manifesta-se nas dimensões econômica (origem social), política (posição ideológica), religiosa (crença) e estética (gosto) na vida de todos. (SETTON 2009, p. 298)

Dessa forma, a socialização é compreendida como um processo que busca a construção de um ser social. Com caráter contratual e revestida de forte conteúdo moral e ético, ela implica a orientação de acordo com padrões de comportamento definidos e legitimados *a priori*. Será a partir dessa reflexão que se tornará possível passarmos à apreensão da ambiguidade do processo e o caráter ideológico da formação das identidades sociais. (SETTON, 2009).

Considerando-se então que o processo de socialização é contratual em uma sociedade e que ele a permeia, abarcando a relação entre diversos aspectos da vida em sociedade e que

ele acontece articulando ideias e comunicação correntes, é oportuno lembrar Nina Rodrigues não apenas por seu aspecto do determinismo biológico, mas para elucidar que esse determinismo foi circulado em um ambiente de socialização, sendo disseminado por meio de processos comunicacionais. Suas ideias circularam de forma a naturalizar o antagonismo, tendo sido reforçadas pelo nosso natural gosto por classificarmos já abordado por meio de Brackette Williams, e, ao serem espalhadas, prepararam terreno para o que temos como representação do negro: ideia já reforçada social e imagetivamente a partir da escravização e dos locais onde as pessoas escravizadas eram alojadas ou puderam se alojar em tempos posteriores à abolição da escravatura. O determinismo salvaguardou a perpetuação desses estereótipos por meio do discurso. São essas ideias “socializadoras” que permitiram legitimar a justificativa de “eliminação do mal em prol da sociedade” que é a bússola da ação das forças policiais e, uma vez que as pessoas negras estão associadas a algo subumano, não há problema em tratá-las com selvageria – ao contrário, é adequado – em busca de um bem maior que é a limpeza da sociedade: bandido bom é bandido morto. Ainda que a legitimação social tácita traga a ideia de que é correto “tratar bandidos como bandidos”, faz-se necessário lembrar que qualquer pessoa abordada pela polícia deveria ser tratada com dignidade, uma vez que não há sentença sobre ela – já que não é papel das forças policiais julgar. Ainda que ela tivesse sido de alguma forma sentenciada, o objetivo das medidas corretivas para as pessoas que são consideradas culpadas por crimes é a ressocialização, não havendo previsão de tortura ou assassinato como punição. Dessa forma, não há nada que declaradamente coloque maus tratos ou quaisquer outras formas de violência como uma procedimento policial correto ou legítimo.

A disputa crítica também passa a acontecer no campo da socialização a partir da resistência e da mudança de foco da percepção determinista, sem outra alternativa, para a social: saímos da “essência de uma raça” para a percepção daquela etnia. Desde o momento em que as ideias de Rodrigues e Nogueira circulavam com um tom de novidade já se passaram muitas décadas. Ainda que os meios que dão suporte à comunicação em massa tenham mudado para além do imaginável naquela época, um mecanismo segue válido, tendo sido apenas atualizado o suporte em que circula: o regime semiótico é útil para qualquer pessoa, que saiba ler ou não, e a ideia do corpo negro retratada por esse regime, vem acompanhada não apenas da classificação que reforça o antagonismo (e provoca a resistência por meio da assunção da identidade), mas de leituras para que se execute a comunicação entre as partes.

Dessa forma, as classificações do corpo negro irão se perpetuar por meio da presença maciça e constante nos meios de comunicação, uma vez que, como trazido por Baitello Júnior, as imagens são repetidas de maneira incansável, sendo consumidas e metabolizadas de forma

onipresente. Isso é útil para pensarmos que as charges são ingeridas ou absorvidas pelo mesmo mecanismo de apreensão mais utilizado nos dias de hoje, em um mundo focado em imagens, especialmente do condicionamento dos nossos olhos e cérebro a partir da proliferação de vídeos curtos e de meios tão rápidos e efêmeros quanto os do Tik Tok, Instagram, status de Whatsapp ou mesmo memes, para citar alguns. Essa mecânica de apreensão instantânea faz com que, uma vez que estamos familiarizados com o processo de apreensão praticamente instantâneo, já seja familiar para nosso cérebro ler imagens dessa maneira. As repetidas representações e apresentações de corpos negros em charges, vídeos, fotos, notícias e tantos outros suportes fazem com que eles deixem de existir somente com o propósito comunicacional para ocupar seu local em uma memória social, no espaço de socialização e em seu mecanismo, nos permitindo incorporá-la, mesmo que sem intenção, como aquilo que nos circunda enquanto cultura, costume, memória coletiva e história.

Voltando então à mudança de paradigma na forma de percepção do determinado, do estático, do discurso construído e legitimado pela ciência biológica – que prega que não há o que fazer, a limitação do povo negro está na genética e não pode ser superada – e saindo de Rodrigues para Nogueira, é possível perceber que estamos diante de uma situação discursiva. Dessa forma, é necessário encarar que a propagação das ideias deterministas vão além da intenção de demonstrar a imutabilidade do que é ou não possível. Elas têm a intenção coletiva de construir uma hegemonia racial que segue perpetuando desigualdades e amparando injustiças. A revelação dessas intenções faz com que possamos passar a perceber que, a partir das ideias anteriores, a sociedade incorporou dinâmicas sociais que, justificadas pelo “científico”, limitaram e seguem limitado a ocupação de melhores espaços na sociedade para as pessoas negras. Essas dinâmicas são constantemente realimentadas pela repetição do discurso que passa a ser de fácil deglutição por meio da iconofagia do iconográfico/imagético.

A partir disso, é oportuno lembrar que Bhabha reforça a comunicação como um local de disputa, em que as representações raciais nas modalidades visuais e discursivas produzem significados além dos pretendidos, já que a comunicação humana – sendo impossível ser pouco o reforço de que ela é indissociável da cultura – acontece em um espaço de disputa em, como foi dito anteriormente, cada um contribui com aquilo que traz consigo para que se gere um terceiro entendimento. Do ponto de vista deste texto, a repetição (iconofagia), as sátiras e o humor, ainda que façam parte do mecanismo de reforço das ideias correntes, ajudam a explorar essas intersecções do local da cultura. Esses espaços residem na apresentação das diferenças culturais e é onde as imagens hegemônicas são ressignificadas e disputadas como entendimento ou mesmo como a crítica social predominante.

Se seguimos reforçando e reconstruindo a imagem do negro a partir de uma narrativa do determinismo biológico que foi implantada socialmente de maneira bem-sucedida e segue presente como parte integrante do fato social total da socialização, a percepção do negro pela nossa sociedade e na nossa sociedade, acaba por legitimar como o corpo que foi classificado deve ser suspeito, punido ou mesmo eliminado, encontrando apoio na percepção dos “cidadãos direitos”. Para reforçarmos esse mecanismo, faz-se oportuno copiar um trecho de Lélia Gonzalez que reproduz o que é o pensamento naturalizado que permeia a sociedade, mas que não se ousa dizer em voz alta:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro, é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. [...] Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZALEZ, 1983, p. 225-26)

Isso nos permite afirmar que, como todos nós – inclusive os policiais – passamos necessariamente pelo processo de socialização, o encontro da polícia com um corpo negro não começa com a abordagem, mas muito antes disso, a partir de uma formação conceitual do que é o negro para um membro da sociedade. Ele se inicia quando aquela pessoa negra – e tantas outras como ela – são perfiladas com base em percepções subjetivas de quem é perigoso, de quem oferece ameaça, de quem é suspeito. E essas percepções são alimentadas pela permanência da naturalização de que a pessoa negra é limitada; de que é favelada; de que é bandida; de que deve e merece viver em condições subumanas, já que é malandra e não gosta de trabalhar; de que deve ser abordada pela polícia, pois coisa boa não está fazendo. Além disso, é interessante relembrar que essas percepções alarmantes, que perduram há séculos, são incessantemente alimentadas por meio de imagens todos os dias.

Quando temos repetidas imagens, em matérias televisivas, por exemplo, de notícias que mostram pessoas negras algemadas, sendo conduzidas pela polícia, temos também uma narrativa que reafirma quem é bandido, quem é perigoso e quem pode salvar a sociedade desse perigo. Logo no início da nossa argumentação vimos um excelente exemplo visual, reproduzido em jornais impressos, portais de notícias da web e telejornais em forma de matéria, assim como em formato crítico por meio de charges, do tratamento dispensado pela polícia a um negro e a um branco em situações que levaram a intervenção da força policial. Como o

branco não oferece perigo (!), é possível ouvir suas explicações acompanhadas de um cafezinho. Já o negro, como animal que é (!), precisa ser algemado e contido a todo custo. Temos, nessa narrativa midiática em forma de notícias, que quem nos protege são as forças policiais. Estamos saturados de imagens de corpos negros utilizados para ilustrar a violência e a criminalidade, até em casos de assassinato cometidos por pessoas brancas³⁹, por exemplo. A ambivalência do entendimento, do entrelugar, nos permite tanto negar essa narrativa quanto normalizá-la, também permitindo que a polícia seja a operadora dessa lógica já pré-estabelecida.

Dessa forma – considerando-se também a construção de sentido social no contexto cultural da socialização, as representações comunicacionais das pessoas negras desde a disseminação do determinismo biológico de Rodrigues, a necessidade de classificação trazida por Brackette Williams, a explicitação do nosso preconceito enquanto sociedade trazido por Nogueira e a produção de sentido explicitada por Bhabha –, vemos que não há possibilidade do efeito produzido pela exposição repetida ficar somente na esfera do simbolismo. Símbolos são sínteses sociais, resultantes da elaboração de grandes complexos de imagens e vivências de todos os tipos. Por isso as imagens evocam os símbolos e, ao evocá-los, os ritualizam e os atualizam. (BAITELLO, 2023)

Essas representações subsidiam as corporações, as instituições, os legisladores e os governos – feitos de pessoas para pessoas – e legitimam seu modo de agir. As ações policiais, por exemplo, tanto as do patrulhamento diário quanto as mais letais, como as operações especiais, são também representações culturais do que é construído diariamente enquanto discurso e repetido enfaticamente em diversas plataformas e meios que usamos a todo instante. A violência perpetrada pela polícia passa a ser presente, mas não declarada assim como o nosso preconceito racial de marca: ela é uma forma de intervenção autorizada por uma narrativa histórica que passa também pelo estabelecimento da lei e da ordem em cortiços e favelas, por exemplo, e legitimada pela repetição constante de imagens que naturalizam essas ações.

No próximo capítulo, passaremos a ver como, após o estabelecimento do senso comum e sua constante alimentação na nossa sociedade, existe uma disputa ativa do campo de crítica social sobre a excessiva violência policial contra pessoas negras a cada charge publicada. Ela

³⁹ Uma das notícias mais emblemáticas sobre o assunto foi veiculada pelo Estadão que, ao ilustrar a matéria “Por que ataques em escolas têm se repetido no Brasil? Armas, saúde mental e internet podem explicar”, utilizou a imagem de mão negra segurando uma arma. O texto diz respeito ao ataque que foi cometido por um adolescente branco em duas escolas de Aracruz (ES). Quatro pessoas morreram. A imagem foi atualizada depois, mas permanece registrada em notícia: <https://www.poder360.com.br/midia/criticado-estadao-troca-foto-de-mao-negra-segurando-arma/>

é legitimada por tudo o que caracterizamos com mecanismos de produção de sentido até agora e nos permite observar a consequência, em casos concretos, do entrelugar trazido por Bhabha, especialmente na chacina que aconteceu em outubro de 2025 nos complexos da Penha e do Alemão, na capital fluminense. Ao passarmos para essa nova etapa das considerações sobre a violência policial, é crucial termos em mente a DUDH trazida na introdução, que leciona sobre dignidade, justiça e não discriminação. Também faz-se oportuno levarmos em consideração que, as missões das forças policiais circulam no campo semântico da defesa de quem dela necessite, do combate à criminalidade, bem como da garantia da ordem e da segurança. Isso coloca os policiais e profissionais de segurança pública em um patamar quase heróico, por definição, então seria esperado que suas condutas fossem respeitosas e íntegras, dentro do humanamente possível e acima da média da população.

4 DISPUTA DO CAMPO DE CRÍTICA SOCIAL

*“Senhor fardado, deve ser um grande fardo
Carregar toda a chacina dessa instituição
Um gole seco que não desce a garganta
Como é que não te espanta?”
(MUKEKA DI RATO, 2022)*

Para entender melhor como funciona a disputa do campo de crítica social que serve como pano de fundo para o senso comum que é estampado nas charges – ao mesmo tempo que o alimenta –, faz-se oportuno relembrar como se constituiu a população do nosso país no que se refere à composição étnico Racial. Como já apresentado na introdução, Bernardino-Costa traz, em Zakharaov *et al*, em um resgate histórico da trajetória da população negra no país, a escravidão de pessoas, suas consequências para o fenômeno do racismo e a disputa de negação e afirmação de identidades e pertencimentos.

Ele nos explica que o discurso político sobre raça e racismo no Brasil tem se focado historicamente no apagamento da presença das populações negras por meio da “mistura racial”, mas desde os anos 70, tem sido interrompida por uma crescente reafirmação política das identidades negras. (BERNARDINO-COSTA *in*: ZAKHAROV *et al*, 2022).

A partir desse resgate histórico, é interessante agregarmos à nossa reflexão – lembrando também da sociologia da comunicação do capítulo anterior e tendo-se em mente o papel da percepção do determinismo de Rodrigues, do preconceito racial de marca de Nogueira e da socialização, como trazido por Setton – os ensinamentos de Geová Barros, que usa a forma velada de preconceito existente em nosso país para falar sobre a cor na seleção dos suspeitos para abordagem pela polícia. Citando Hasenbalg (1996, p.244), Barros explica que apesar de o mito da democracia racial trazer a ideia de que não há conflitos nas relações raciais no Brasil, todos “sabem que existe preconceito e discriminação racial”. Assim, o não conversar sobre o racismo é, na verdade, um ato implícito para a manutenção das boas regras de convivência social estabelecidas. O conflito, no entanto, segue existindo de forma velada, presente sem se anunciar em voz alta. (BARROS, 2008)



Figura

24

Essa charge ⁴⁰de Junião de 2021, que foi publicada na Ponte Jornalismo em 2024, no ajudará a introduzir melhor o trabalho de Barros que nos explica como os dados de sua pesquisa indicam a incontestabilidade da discriminação racial pelos policiais e que eles tendem a relacionar a cor negra, pobreza e criminalidade (BARROS, 2008). O autor parte de pesquisas com os profissionais de segurança atuantes e nos cursos de formação de oficiais e de soldados em Recife, juntamente com a análise de boletins de ocorrência.

“Normalmente, os policiais apresentam dificuldades em discutir sobre preconceito ou discriminação racial, por ser ainda um tabu, um lugar proibido. Apesar disso, durante as entrevistas, a maioria dos policiais relatou que há uma seleção de prioridade nas abordagens em virtude da cor.”

(BARROS, 2008, p. 145)

Um dado interessante que Barros nos traz é o resultado de questionários aplicados a policiais sobre quem é mais ou menos suspeito. Eles deveriam indicar a prioridade para parar um veículo entre as opções “carro de luxo dirigido por branco; carro de luxo dirigido por preto; carro de luxo dirigido por pardo; carro popular dirigido por branco; carro popular dirigido por preto; carro popular dirigido por pardo; e independe” (IDEM, 2008). Ao descartar-se a opção “independe” do questionário aplicado, um carro de luxo dirigido por preto assumiria a prioridade na seleção para ser parado; em contrapartida, um carro de luxo dirigido por branco

⁴⁰ Disponível em <https://ponte.org/ultraje-a-rigor-charges-censura-outros-artistas/>

é a situação considerada menos suspeita.

Além disso, outro dado interessante são os relatos de policiais que dizem não praticarem abordagens justificadas por uma percepção de cor ou raça, apenas por caso fortuito, imprevisto, automatismo ou ação mecânica, tentando se distanciar da prática da discriminação apesar de perceberem que é um padrão mais praticado na corporação a que pertencem.

*“[...] a questão do preconceito dentro da polícia não existe de fato, de forma forte, o que existe é uma **ação mecânica** [...] às vezes até a minha própria ação de abordagem é uma ação mecânica [...] de uns anos para cá, eu tenho tentado [...] talvez não reverter, mas talvez dar uma eliminada nessa questão de, toda vez, tem um grupo lá, um ou dois de cor e o restante branco, **eu vou logo no de cor, estou tentando reverter isso.**”*

(BARROS, 2008, p. 145)

Para além da preferência policial, mas ainda no campo das associações, Jaime Amparo-Alves nos traz que a preferência da morte está em alguns corpos e territórios racializados, com a “topografia da crueldade” e algumas populações figurando como aqueles indivíduos marcados incondicionalmente como passíveis de serem mortos (AMPARO-ALVES, 2022). Ele cita Foucault, em sua obra, “Em defesa da sociedade” ao perguntar “Como então, é possível a um poder político matar, incitar a morte, demandar mortes, dar ordem para matar e expor não apenas seus inimigos, mas também seus próprios cidadãos ao risco de morte?” (p.93). A resposta reside no uso do racismo, por natureza, como instrumento ideológico que justifica a eliminação e o controle de certas populações, fazendo com que o conceito de racismo torne-se também uma tecnologia biopolítica: “em uma sociedade normativa, raça ou racismo, é a precondição que torna possível a aceitabilidade da matança. [...] é a condição indispensável para o exercício do poder de matar”. Ao aplicarmos essa ideia à sociedade brasileira, que há séculos se ocupa de reforçar a ideia de condição subumana do negro, temos um caminho “propício” para justificar assassinatos de “bandidos”, “suspeitos”, “malandros”, “trombadinhas”, “pivetes” e tantos outros. Isso alimenta, inclusive, a eloquência da parcela da população que defende “direitos humanos para humanos direitos” e que acredita que as comunidades, favelas, morros e periferias são covis, não os lares de trabalhadores do seu dia a dia, incluindo a babá, o motorista e o jardineiro da charge de Pestana que vimos anteriormente.

No mesmo sentido, Evandro Piza Duarte e Felipe da Silva Freitas (2019) citam um estudo de caso de Duarte, desenvolvido na Universidade de Brasília e publicado em 2013, em que foi possível identificar, a partir de entrevistas abertas e grupos focais com policiais, a crença plena na democracia racial, além da negação da existência do racismo no país e a ação de policiamento dos militares. O autor destaca, no entanto, que ainda que neguem a existência

do racismo e a presença de uma democracia racial, a maior abordagem de pessoas negras é justificada sob o argumento de que elas são mais pobres e, portanto, mais criminosas. É nítido que, apesar da antítese do discurso proferido de forma aberta, persistem as percepções racializadas sobre os cidadãos [...], incentivando processos de violência intrarracial. (2019)

É interessante notar também, a partir da diferença entre discurso e prática, como aquilo que opera na nossa sociedade também acontece na polícia, obedecendo a mesma lógica: um racismo que mesmo com uma existência não admitida em voz alta, produz resultados visíveis. Nesse sentido, Geová Barros (2008) traz a manifestação de Howard Winant ao explicar a perpetuação do racismo mesmo sem haver intencionalidade. Ele explica que para conseguirmos ter uma compreensão genuína do racismo e suas manifestações, faz-se necessário entender que, o que conta, são as práticas em si. Para ele, é preciso entender o racismo a partir de suas consequências, não como uma questão de intenção ou mesmo de crenças. Esse pensamento é particularmente interessante para percebermos, de outra forma, como se manifesta o preconceito racial de marca, que apesar de pressupor um sistema não amparado pelo arcabouço legislativo para regulamentar as relações raciais, nos revela as consequências do racismo não discutido de forma aberta. Também é adicionalmente útil para que consigamos perceber a discrepância entre o que os policiais do estudo de Barros falam e aquilo que fazem, ainda que eles mesmos não se dêem conta da distância entre seu discurso e sua prática.

O racismo está presente nas associações descritas acima entre pessoas negras e pobreza, da mesma forma que estará na hipersexualização dos corpos negros; na conexão entre empregos que se adequam mais às pessoas negras; na relação midiática e imagetivamente estabelecida entre corpos negros e armas, violências, periferias e outros estereótipos negativos.

Em um trabalho conjunto com Amparo-Alves, Duarte ainda relembra que, em nosso país, a obsessão com o corpo negro tem historicamente alimentado desejos e medos irracionais. O imaginário das elites sempre foi povoado por uma paranoia em relação ao corpo negro. Para eles, foi justamente essa paranoia que sustentou o terror racial do Brasil-colônia, as teorias eugenistas do século XIX, a configuração territorial das nossas cidades, o surgimento do aparato policial e as narrativas contemporâneas da violência urbana, ainda hoje, profundamente “racializadas”. A paranoia branca com o corpo negro dedica-se, instintivamente, a retroalimentar toda a gama de significados não apenas do corpo negro por ele mesmo, mas dos territórios em que há predominantemente população negra. No imaginário racista, a favela é o lugar onde habitam os maus, um espaço reservado aos criminosos. (AMPARO-ALVES, 2010; DUARTE; QUEIROZ; COSTA, *apud* DUARTE; FREITAS, 2019).

Retomando o universo imaginário sobre o que constitui favelas, por exemplo, percebe-se que a “abolição” e seus anos subsequentes produziram uma situação em que, no caso da comunidade negra, o que se constata, muitas vezes, são famílias amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde estão tão longe daquilo que pode ser considerado digno, que podemos caracterizá-las como precárias. Nesses locais, apesar de se ter a presença da força policial, o intuito de sua atividade certamente difere do policiamento protetor das áreas nobres. Favelas, comunidades, periferias e outros territórios marcadamente racializados contam com o aparato policial para reprimir, violentar e amedrontar. De certa forma, também é por aí que se entende a larga aceitação da disseminada ideia de que outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão, que parte de um reconhecido caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão. (GONZALEZ, 1979c, apud GONZALEZ, 1983)

Somando-se ao argumento de Lélia Gonzalez, temos ainda que a presença das manchetes de jornais e a consequente racialização do medo no noticiário de imprensa, baseia-se nos estereótipos e senso comum da sociedade brasileira em relação à negritude: a família negra como ente patológico; o homem negro como criminoso; a mulher negra como promíscua e degradante. Com tal roteiro em nossa tela mental, temos um caminho aberto e bem desenhado para contextualizar a morte prematura de jovens negros no Brasil urbano. (AMPARO-ALVES, 2010; DUARTE; QUEIROZ; COSTA, *apud* DUARTE; FREITAS, 2016).

Em consonância com Amparo-Alves, Piza e Freitas, lembram, citando Cardoso (2015) do amplo processo de desconstituição de pessoas negras, movimento que acaba por amparar e justificar uma prática discriminatória e violenta que culmina em prisões flagrantemente ilegais, tortura e extermínio de pessoas negras. A sequência de situações, que acontecem ao longo de toda a nossa constituição enquanto país, nos permite perceber a profundidade do racismo na formação da identidade nacional. Ainda que os fatos estruturantes nos remetam, em diversas ocasiões, à crueldade da escravidão e suas reverberações, as práticas discriminatórias que se enraizam em nossa sociedade são reforçadas e se alimentam a cada instante. Abdias do Nascimento (1978) nos ensina que, em várias oportunidades, a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis nas quais se proibia qualquer entrada no Brasil “de indivíduos humanos das raças de cor preta. (1921-1923)”, reforçando a circulação de ideias, àquela época, de aversão a um fenótipo específico. Ele também nos traz que, quase no fim do seu governo ditatorial, Getúlio Vargas assinou, em 18 de setembro de 1945, o Decreto-Lei nº 7.967, regulando a entrada de imigrantes de acordo com “...a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência

européia”. O dispositivo, que trata da imigração e colonização, em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, já traz, em seu artigo segundo, a expressão transcrita acima.

Florestan Fernandes, ao apresentar a obra “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, de Abdias do Nascimento, explica que a abolição, por si mesma, não pôs fim ao genocídio da população negra, mas o agravou. Fernandes defende, ainda, que a abolição intensificou o genocídio nas áreas de viabilidade econômica, posteriormente condenando o negro à periferia da sociedade de classificação como se não pertencesse à ordem legal. Para ele, esses são fatores que expuseram à população negra ao processo de extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas. Esse pensamento é mais um que reforça e converge com a ideia paulatinamente colocada até agora, de produção perene de consequências estruturantes para a construção de um senso comum que associa o negro a condições desfavoráveis e perpetua a discriminação que, ainda que não seja declarada, produz efeitos muito concretos.

A palavra genocídio, introduzida por meio de definições dicionarizadas do termo por Abdias do Nascimento, nos leva a perceber que, apesar da carga semântica forte, possui o condão de explicitar o que se tem feito com a população negra em nosso país ao longo dos séculos. Ao utilizar medidas deliberadas e sistemáticas – como a escravização; a edição de dispositivos legais que promovam a prevenção de nascimentos; o incentivo de políticas higienistas e a disseminação dessas ideias – para erradicar um grupo específico, exterminando sua cultura e suas instituições sociais, dentre outros, está caracterizado o genocídio. E é a perpetuação dessas ideias que traz a silenciosa legitimação para as abordagens policiais às pessoas negras, permitindo abusos que são muito palpáveis para as vítimas, seus familiares e amigos, mas que pouco impactam de forma consciente ou próxima o restante da sociedade.

Para que se possa demonstrar de forma mais efetiva toda a elucubração feita por meio da teoria e da explicitação nosso percurso histórico enquanto sociedade brasileira em conjunto com a percepção a partir da apreensão de imagens e a articulação da construção de sentido nas diferenças culturais, passaremos a utilizar, enquanto ferramenta pedagógica, casos concretos recentes que possam nos auxiliar na compreensão de tudo o que foi dito até agora.

4.1 A construção de sentido em uma operação policial ou chacina recente

“ ...Aqui nós todos aprendemos a viver demonstrando valor

Pois o nosso ideal

É algo que nem todos podem entender

Na luta contra o mal[...]

*Em cada exemplo deixado
 Mais um gesto inscrito em nossas tradições[...]
 Em cada instante da vida
 Nossa Polícia Militar
 Será sempre enaltecida
 Em sua glória secular
 Em cada recanto do estado
 Deste amado Rio de Janeiro
 Faremos ouvir nosso brado
 O grito eterno de um bravo guerreiro”*

(POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [s.d.])

Nas primeiras horas do dia 28 de outubro de 2025, as polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro fizeram ouvir seu brado em cada recanto dos complexos do Alemão e da Penha. Uma operação, que tinha como alvo o Comando Vermelho, deixou cerca de 120 mortos⁴¹, sendo, desse total, dois policiais civis e dois militares, além de um adolescente de 14 anos que, segundo o pai, estava em um baile, mas acabou sendo vítima da polícia. “Ele tinha 14 anos, mas vinha com os amigos para frequentar esses bailes. [...] Eu falei com ele às 8h40, e ele disse que ia vir. Eu estava cobrando, mas, depois disso [da operação], o telefone dele se calou”,⁴² lembrou o pai, Samuel Peçanha, trabalhador de serviços gerais. Batizada de Operação Contenção, a incursão policial reacendeu debates sobre as ações das forças de segurança, inclusive por ter atingido a marca de operação mais letal do Rio de Janeiro.

As manchetes das matérias e o material chargístico produzido, são ferramentas importantes para mostrar o alcance do que aconteceu naquele dia. A Agência Brasil, uma empresa pública federal de comunicação, fez uma extensa cobertura dos desdobramentos da operação. Ela deu espaço e voz, inclusive, para que moradores das comunidades pudessem compartilhar⁴³ o que viram. Erivelton Corrêa, presidente da Associação Comunitária do Parque Proletário da Penha, disse que, ao longo de seus 11 anos na associação da Penha, jamais havia se deparado com um cenário tão violento. “Foi uma arbitrariedade muito grande. A gente sabe que o Estado tem que trabalhar, mas trabalhar direito, o que aconteceu aqui foi um genocídio,

⁴¹ Número estimado a partir das divulgações em fontes oficiais e não oficiais.

⁴² Trecho da matéria “Lista de mortos em operação no RJ evidencia letalidade de jovens”, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-11/lista-de-mortos-em-operacao-no-rj-evidencia-letalidade-de-jovens>

⁴³ Trecho da matéria “Testemunhas denunciam execuções e torturas no Rio: “carnificina””, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-10/testemunhas-denunciam-execucoes-e-torturas-no-rio-carnificina>

uma carnificina [...] não estou aqui para falar das escolhas de vida de cada um. Não estou aqui para falar nem mal, nem bem, da polícia ou do tráfico. Agora, todos os corpos que nós pegamos ali, antes, eles estavam vivos nas mãos deles [da polícia]. Eles podiam prender, mas não, mataram e largaram no mato", colocou.

Nos dias seguintes, uma sucessão de falas das autoridades fluminenses à imprensa deixou evidente que o governo estadual considerou o resultado positivo: "Temos muita tranquilidade de defender o que foi feito ontem. Queria me solidarizar com as famílias dos quatro guerreiros que deram a vida para libertar a população. Eles foram as verdadeiras quatro vítimas. De vítima ontem, só tivemos os policiais", disse o governador do Rio à imprensa no Palácio da Guanabara, no dia seguinte à deflagração da contenda policial. Além disso, o secretário de polícia Civil do estado, afirmou, em um pronunciamento⁴⁴ dirigido aos policiais civis que participaram da operação que "o que vocês fizeram entrou para a história [...] essa vitória é fruto de coragem, bravura, vocação e só uma irmandade, só quem esteve ou estava lá entende. Tivemos mártires, combatentes, que deram a própria vida pela sociedade. Eles sempre serão lembrados como heróis da nossa instituição". Já o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, afirmou à imprensa que "tivemos um dano colateral muito pequeno. Quatro pessoas inocentes foram baleadas, feridas, mas sem gravidade [...] parte desses criminosos resolveram enfrentar o estado e atacaram deliberadamente e de forma cruel e violenta, os nossos policiais. Quatro policiais morreram e uma dezena de policiais feridos por conta desse confronto. Então as vítimas dessa operação de ontem são os quatro inocentes que foram feridos sem gravidade e os nossos quatro policiais que faleceram, infelizmente faleceram."

O discurso governamental sobre a operação é coerente com as ações das esferas dos Poderes Executivo e Legislativo do estado do Rio de Janeiro. Como grande centro metropolitano – em que a periferia está, muitas vezes, em locais com vista privilegiada, lado a lado com alguns dos maiores PIBs per capita do país – as falas sobre a segurança pública são feitas de forma deliberadamente intensa, utilizando o medo como fator de controle da população. As operações policiais são o meio pelo qual as pessoas [de bairros nobres] poderão viver em paz e em segurança, uma vez que eliminam a raiz do crime [que mora nas favelas, comunidades e periferias] que ameaça a família [na concepção ocidental heteronormativa de classe social privilegiada e pravalência de fenótipos europeus] e os cidadãos de bem [o que pode ser, por exemplo, aqueles que não praticam crimes contra o patrimônio, mas contra o

⁴⁴ Publicado no canal da Polícia Civil do Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 2025, com a hashtag “#EmDefesaDeQuemPrecisar” e a legenda “Nenhum policial ficará sozinho. É promessa. É compromisso. A Polícia do Estado do Rio de Janeiro segue firme. O Estado não recua.”

sistema financeiro]. Dessa forma, ao se colocar a eliminação de alguns para o bem comum, tem-se o apoio da população que se sente ameaçada por um imaginário coletivo colocado de forma contundente como “negro favelado”.

É dessa forma que dispositivos que legitimam a violência são trazidos para o ordenamento jurídico sem causar grande repulsa ou manifestação intensa da sociedade. Reforçando a ideia trazida no fim da seção anterior – que se ocupou de falar sobre a percepção do negro pela polícia a partir da teoria –, em 22 de outubro de 2025 – apenas seis dias antes da Operação Contenção – foi promulgada uma Lei Estadual que, ao dispor sobre a reestruturação do cargo permanente da Secretaria de Estado de Polícia Civil, estabeleceu, em seu artigo 21⁴⁵, “a garantia de premiação em pecúnia [...] em caso de neutralização de criminosos”. O dispositivo não traz uma menção expressa à população negra. No entanto, é necessário refletirmos que, quando combinado com o senso comum operante no país, cujo fundamento está no percurso que levou ao enraizamento do racismo na nossa formação, cria-se mais uma condição para o estabelecimento de um genocídio legitimado pelo arcabouço legal. Um dos prováveis motivos pelos quais ele não traz essa menção expressa, diga-se de passagem, é não apenas a existência dos Direitos Humanos, mas uma consequência do nosso preconceito racial de marca, tão parte daquilo que se constitui como a sociedade brasileira. Ainda que no Brasil não haja previsão de pena de morte⁴⁶ para o crime comum, o artigo que traz a premiação em decorrência da neutralização de um ser humano, sem especificar o que seria essa neutralização, tem, como uma de suas possíveis consequências, o incentivo à morte de pessoas em troca de premiação. É uma possibilidade colocada para o “bandido” – qualquer que seja a concepção de bandido que o agente da lei tenha – e que não enfrenta resistência do coletivo porque a concepção sobre quem é o bandido não passa, no imaginário social de distanciamento do *status*

⁴⁵ O trecho chegou a ser vetado pelo Poder Executivo **sob a justificativa de ausência de previsão orçamentária para os pagamentos**. Apesar disso, durante a sessão que derrubou o veto, o próprio líder do governo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, deputado Rodrigo Amorim (União Brasil), defendeu a derrubada do veto. A Defensoria Pública da União denunciou a ilegalidade do projeto de lei ainda em setembro, uma vez que o trecho estimula confrontos letais, viola a Constituição Federal e contraria decisões do Supremo Tribunal Federal e Corte Interamericana de Direitos. “Pessoas não são ‘neutralizadas’, mas sim são mortas ou feridas, havendo exclusão, ou não (constatada após investigação policial e eventualmente de processos judiciais), da ilicitude em razão da necessidade de preservação da vida ou da segurança de pessoas inocentes”, segundo o documento apresentado pela Defensoria, disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/dpu-denuncia-ilegalidade-de-projeto-de-lei-que-estimula-confrontos-letais-no-rio-de-janeiro/#:~:text=Esta%20gratifica%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20prevista%20no%20Projeto%20de,e%20viola%20a%20dignidade%20da%20pessoa%20humana.>

⁴⁶ Como essa é a segunda vez que falamos das penas não previstas na nossa legislação, é preciso fazer a ressalva de que a única punição com morte prevista pelo arcabouço jurídico que rege nosso país é a exceção é trazida no artigo 5º, inciso XLVII da Constituição de 1988, que especifica como única possibilidade para sentença de morte, os crimes militares graves, como traição ou covardia, em caso de guerra declarada.

quo branco, pelo seu colega de trabalho, vizinho, amigo, filho, cônjuge ou outra pessoa pertencente ao seu espaço, mas apenas daquele que se esconde na favela – o negro, muito provavelmente, ainda que não seja dito em voz alta. É oportuno lembrar, no entanto, que a polícia, não apenas não julga, como não tem poder legal para executar sentenças, menos ainda de morte que, acabamos de ver, não tem previsão legal no nosso ordenamento jurídico fora dos tempos de guerra.

Ao analisarmos criticamente os parágrafos anteriores, a partir da teoria já anteriormente apresentada, fica evidente a disputa do campo crítico que será colocada de forma condensada e ilustrativa a seguir, para uma apreensão ainda mais rápida do que a leitura de uma matéria inteira: os termos e nomenclaturas utilizados em matérias também dão conta de demonstrar, de forma explícita, o mecanismo utilizado por cada polo. Ao lermos “megaoperação das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro contra a facção Comando Vermelho nos complexos do Alemão e da Penha⁴⁷” – termo notadamente mais utilizado pelo governo estadual e veículos de direita – e “chacina mais letal da história do Brasil”⁴⁸/“massacre nas favelas da Penha e do Alemão”⁴⁹ – campo semântico prevalecente em veículos de esquerda e ligados aos direitos humanos –, fica ainda mais evidenciada, em termos práticos, a disputa pelo campo de crítica social.

Esse preâmbulo é necessário para que antes de entrarmos em outras considerações sobre as situações gerais de abuso policial pela ótica das charges – que podem explicitar a crítica de forma mais instantânea do que os textos e as manchetes – tenhamos um espaço para contextualizar, com um exemplo concreto, recente e identificável, aquilo que se fala sobre violência policial. É importante colocar que essa contextualização não se trata, de forma alguma, de militância ou de politização de acontecimentos – que deveriam sim ser abertamente discutidos e politizados juntos às esferas competentes para preservar a vida da população negra –, mas de demonstrar aquilo que, apesar de insistimos em esconder enquanto sociedade, passa a ser inegável a partir das evidências.

Durante a chacina e logo após ela, seguiu-se uma expressiva produção de charges, evidenciando-se as características de contexto e condensação de ideias críticas dessas peças gráficas. Essa é uma das importantes características das charges, que se alimentam das crises

⁴⁷ Usado na chamada da matéria: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clyg64e15j0o>

⁴⁸ Usado na chamada da matéria: <https://vozdacomunidades.com.br/favelas/a-chacina-mais-letal-da-historia-do-brasil-complexo-da-penha-e-alemao-sao-alvo-de-megaoperacao-que-deixou-mais-de-120-mortos/>

⁴⁹ Usado na chamada da matéria: <https://www.brasildefato.com.br/2025/11/01/iml-do-rio-libera-ultimos-corpos-de-mortos-em-massacre-nas-favelas-da-penha-e-do-alemao/>

para produzir críticas, característica essencial para uma charge. Elas nos contam a história da repercussão do caso e indicam o tipo de discussões que foram levantados, além de criticar as declarações que foram dadas por políticos⁵⁰ – “Cadê os pais desses caras? Cadê o pai do traficante que foi morto? Ou ele abandonou a família, ou está preso, ou está morto, ou você nem sabe quem é o cara [...] então, quem sacrificou o teu filho, [...] foram vocês, mães, que não souberam escolher seus parceiros e não souberam criar seus filhos.” – e comentários⁵¹ de internautas – “Era para ser errado? Não entendi”; “Graças a Deus são bandidos MORTOS mesmo. Deus, além de amor é JUSTIÇA. Pau no cu de bandido e se quem defende bandido”; “Esse massacre foi um absurdo! Totalmente desnecessário! Era para deixar essas pobres almas nas ruas, livres, onde podiam oprimir a população, torturar quem fosse contra, matar os inimigos, extorquir as pessoas e praticar suas perversidades...”; “Que nunca falte munição para o BOPE, amém”; “Pras vítimas dos bandidos não tem tirinha né Galvão”; “O sangue de bandido é a gasolina da direita”; “Que venha um dilúvio com sangue de bandido”; “Que todos os bandidos virem cadáveres”; “antes de bandido do que de inocente né então meio que fodase”.

⁵⁰ Fala de Arthur do Val, ex-deputado estadual e ativista do Movimento Brasil Livre, durante transmissão de live no canal MBLiveTV

⁵¹ Reprodução *ipsis litteris* de alguns comentários feitos na postagem da charge de Galvão Bertazzi “Deus é do tamanho da vazia da sua vida”, publicada em 4 de novembro de 2025, em seu perfil no X/Twitter e disponível em <https://x.com/i/status/1985836722958045471>

DEUS É DO TAMANHO DO VAZIO DA SUA VIDA



Figura 25



Figura 26

Charge de Galvão Bertazzi publicada pela Revista Piauí em sua conta de Twitter/X em 29 de outubro de 2025.⁵²

52

Disponível em
<https://x.com/revistapiaui/status/1983590574000369714?t=G7Sh9dmVlokPK5kYBTPD5g&s=19>



Figura

27

Charge de Galvão Bertazzi publicada em 30 de outubro de 2025, em sua conta pessoal do Twitter/X



Figura

28

Charge⁵³ de Angeli para a Folha publicada no perfil pessoal do cartunista no Twitter/X em 2 de novembro de 2025.

⁵³ Original de 2004, ela permanece atual.



Figura

29

Charge de Gilmar Machado, publicada em sua conta pessoal no Twitter/X, em 28 de outubro de 2025.

ELES SÃO ASSIM, MESMO.
QUANDO NÃO ESTÃO
APOIANDO UM GENOCÍDIO
POR LÁ, ESTÃO APLAUDINDO
UMA CHACINA POR AQUI.



Figura 30

Cartum de Daniel Lafayette, publicado em 29 de outubro de 2025 em sua conta pessoal do Twitter/X.



Figura 31

Charge de Latuff para o Brasil de Fato, publicada em sua conta pessoal no Twitter/X, em 29 de outubro de 2025⁵⁴.

⁵⁴Disponível

<https://x.com/LatuffCartoons/status/1983630948446171305?t=yzOQrKPuweqr9VDvd9FfjQ&s=19>



Figura

32

Charge de Carlos Latuff, publicada em seu perfil pessoal do Twitter/X em 31 de outubro de 2025.

A sequência de charges acima nos remete, com poucas ou nenhuma palavra, à chacina do dia 28 de outubro, além de fazer, de forma contundente, críticas à letalidade e à recorrência dessa letalidade na operação policial; às pessoas que defendem a morte de “bandidos” – aqui sendo enxergados pelas pessoas como qualquer morador de periferia ou pessoa com “cara de bandido” mortos pela polícia; à equivalência na abordagem no que tange à segurança pública; à aprovação das operações que matam pessoas na busca da ordem – referência explícita ao assassinato de palestinos e às pessoas que morreram na operação policial; e à inocuidade da ação que mira na morte de quem é operador do tráfico, mas não nos chefes, que são quem controlam e fazem do tráfico, um negócio rentável e permanente.

Assim, de uma forma ainda mais instrumental, e seguindo na anteriormente declarada intenção de trazer exemplos recentes, retomando a ideia expressa na introdução de que a violência policial é um fenômeno global, especialmente contra pessoas negras, é interessante trazer também a recente produção de charges sobre a polícia migratória estadunidense, a ICE.

O papel dessa polícia é fazer cumprir as leis de migração dentro do país. Desde o início do segundo mandato do atual presidente dos Estados Unidos, estima-se que a ICE tenha deportado mais de 540 mil pessoas. Em 7 de janeiro de 2026, um agente matou uma cidadã estadunidense que estava dentro de seu veículo, na cidade de Minneapolis. Em 24 de janeiro, um outro cidadão foi morto durante uma operação da ICE na mesma cidade que, diga-se de passagem, foi onde George Floyd, trazido no início deste trabalho, foi sufocado até a morte. A repercussão do modo de agir dessa polícia é global e teve visível aumento após esses dois assassinatos, trazendo à tona outras ações de violência como prisões arbitrárias, os critérios utilizados para as prisões e o tratamento dispensado aos abordados.



Figura 33

Publicada na conta pessoal do chargista no Twitter/X em 27 de janeiro de 2026.

⁵⁵ Título: Vamos todos usar máscaras como os agentes federais de migração

Placa: Esconda sua identidade/faça o que quiser sem nenhum tipo de responsabilização/esconda manchinhas feias e mutações horrorosas

Rodapé: Seja corajoso! Use uma máscara hoje.

Tradução da autora a partir do original em inglês.



Figura 34

Publicada originalmente pelo autor em seu perfil no X/Twitter em 6 de novembro de 2025 e republicada no dia 13 de janeiro por Kyle Kulinsky, host de talk show de comentário político com mais de um bilhão de visualizações em seu canal do YouTube.



Figura

35

Charge de Adão Iturrusgarai atualizada em decorrência das operações policiais da ICE. Publicada em 25 de janeiro de 2026 no Twitter do artista juntamente com a versão original.

As charges trazidas sobre a recente atuação da ICE, nos mostram tanto a truculência e brutalidade das ações policiais quanto fazem uma crítica contundente à sua forma de agir e aos alvos de suas operações. Ao vê-las é possível compreender o caso específico a que a segunda imagem se refere e perceber a crítica feita à sua atuação nas outras duas, tendo as reverberações da atuação arbitrária, sem limites e sem fiscalização, sido o gancho para as outras duas. Elas são particularmente interessantes para, em um momento posterior de conclusão pensarmos a

correlação entre a chancela da população e o limite de atuação dessas forças para além do previsto e determinado pela lei.

4.2 A construção de sentido e a disputa na representação das operações policiais nas charges

*“As pessoas se trancam em suas casas
Pois não há segurança nas vias públicas
E nem mesmo a polícia pode impedir
Às vezes a polícia entra no jogo.”*
(GOMES, 1991)

Como vimos anteriormente, a representação crítica de uma situação é um dos principais atributos de uma charge. Para executar bem esse trabalho, é necessário ter intenção ao se formular uma arte visual, colocando as nuances que ao acionar os percursos de sentido que passam pela cultura, pelo senso comum, pela diferença de identidade e pelo processo comunicacional, produzirão sentido no terceiro espaço colocado por Bhabha (1998).

Dessa forma, a partir da entrevista de três chargistas com produção contemporânea atualizada, constante e consistente, é possível ter-se uma primeira ideia sobre esse processo de produção e de como alguém que está do outro lado, o da autoria, percebe as ideias contidas nessas peças gráficas. As entrevistas semi-estruturadas com Gilmar Machado (@CartDasCavernas), Daniel Lafayette (@UltraLafa) e Galvão Bertazzi (@galvaobertazzi) foram todas conduzidas virtualmente, por meio do software Teams, com apoio do aplicativo WhatsApp, em dezembro de 2024 e contaram com um primeiro momento de perguntas pré-definidas – que serviram de guia para a conversa e possibilitaram respostas orgânicas – e um segundo momento em que os autores fizeram a avaliação de charges próprias e dos outros colegas que também seriam entrevistados. Ainda que as leituras críticas feitas por cada um sejam apresentadas de forma anonimizada, elas constituem um rico material para entendermos melhor a percepção que eles têm do trabalho do outro a partir de sua própria condição de autor da mesma área. Também são apresentadas, de forma anonimizada, duas opiniões dos chargistas sobre a Polícia Militar. No trecho em que são apresentadas as opiniões anonimizadas, os chargistas serão identificados pelos pseudônimos APM, APF e APC, não escolhidos em nenhuma ordem específica e utilizados sem fazer nenhuma referência à identidade deles. Nos momentos em que se considerou que o uso do pseudônimo poderia ajudar a identificá-los, optou-se por suprimi-lo.

Em um primeiro momento, os artistas tiveram a chance de falar um pouco sobre sua trajetória profissional e o motivo de sentirem a necessidade de falar sobre a violência policial, em especial com retratando a abordagem étnico-racial, que consideram uma preferência explícita desses agentes.

Gilmar conta que percebeu que seu trabalho tem a oportunidade de transformar suas páginas em uma grande mesa de debates. O autor, que defende ser necessário fazer humor chargístico com uma abordagem crítica, explica que “no momento em que eu lançava uma ideia crítica abordando a violência policial, a questão racista, automaticamente, em questão de segundos, aquilo se transforma em um grande debate. Essa é uma função muito interessante nessa questão da charge”. Para ele, com o passar do tempo, criam-se espaços [virtuais] em que apenas quem é contra o racismo e a violência policial fica. “Sempre se manteve, no entanto, um número menor de pessoas contra o que eu estou fazendo, por exemplo, na questão policial, sempre defendendo o policial, a ação da polícia: ‘Ah, por que você não aborda quantos policiais morreram em enfrentamento para defender a sociedade, etc. e tal?’”, compartilhar. Um dos pontos trazidos por Gilmar, em sua entrevista, é o fato de que ele não faz escolhas que o levam a elaborar ou inventar vítimas. “Não faço escolha, ela é explícita. ‘Ah, eu vou botar lá que um cidadão preto de periferia foi vítima’. Não. Está lá.”, afirma. “É colocar aquilo que está explícito ali”, complementa. Para ele, está “muito na pauta” o que sofrem as pessoas das comunidades, das grandes periferias brasileiras: “os caras vão lá, atiram primeiro e depois perguntam. Isso é óbvio, é claro. Então não tem nenhuma escolha ‘vou fazer isso e tal’. Tá ali. É abordar a real”, afirma. “A questão racial está diretamente ligada à violência policial ali, né? Letal, inclusive”, acrescenta.

Já Daniel acredita que o racismo é “a base de todos os nossos maiores problemas. Acho que é o início de todos os maiores problemas que a gente tem” e, para ele, com a ascensão da extrema direita e a internet, tudo ficou mais visível e menos possível de se ignorar. “Há cerca de dez anos fui percebendo não só a realidade do racismo, mas como as pessoas tentam esconder, né? [...] Há um movimento reacionário, das pessoas que vão se sentindo no direito de cometer esse tipo de agressão. E ao mesmo tempo tem as pessoas que não são reacionárias, que pretendem entender e construir uma realidade melhor para todo mundo. A gente começa a ter uma preocupação maior com esse tipo de coisa, enxergar com maior facilidade”, pontua. O artista busca, conscientemente, dar voz aos que estão do seu lado e criar consciência em quem não pensa. “Quer dizer, quem sou eu? É uma arma política, não deixa de ser uma. Pode ser um estilingue, mas ainda é uma arma política, uma forma de atingir o alvo”, afirma. Outra preocupação de Lafa é mostrar que há diferentes abordagens da polícia para diferentes pessoas:

“acho que se a crítica fosse só pela violência policial, seria meio vaga. Tem que ser bem assertivo nesse sentido, deixar bem claro sobre o que eu estou falando. E as pessoas entendem, porque a gente vive nessa sociedade, todo mundo sabe. Isso não é uma coisa que está acontecendo do dia para a noite”. “É impossível falar de violência policial sem falar de violência policial, sem esse recorte social, né? Tem sempre que lembrar que a polícia age de forma diferente, em lugares diferentes, com pessoas diferentes de estratos sociais diferentes [...] A violência policial não acontece com o morador do Leblon, dos Jardins... Não é nos bairros nobres que a gente verifica a violência policial no seu mais alto grau”, enfatiza.

Galvão revela que o tema da violência policial o acompanha desde a adolescência, quando era um jovem skatista em Goiás. “Desde muito tempo eu faço quadrinhos e tiras criticando a ação da polícia. [...] Goiânia é conhecida por uma brutalidade policial muito forte. Cresci numa família de classe média, média mesmo, e fiz parte de um grupo de amigos que abrangia todo mundo [...] e não era surpresa a gente ser abordado desde os 15, 16 anos levando um tapa na cara de polícia por nada, né? E a polícia de Goiânia, naquela época – e eu acredito que não tenha melhorado – era assim que abordava. E era muito claro como os meus amigos pretos mesmo da época eram os que mais sofriam. Se eu sofri cinco baculejos durante a vida, alguns amigos meus do skate eram cinco por semana”, lembra. O cartunista acredita que a Polícia Militar, em especial, “é diretamente ligada a todo o esquema político e a maneira que a política é montada no Brasil”. “Essa política de repressão, essa política de controle, essa política de segregação de classe e raça, que polariza as discussões. A polícia está num extremo muito grande dessa política”, pondera.

Dos três cartunistas, dois defenderam o fim da Polícia Militar –um deles fazendo a ressalva de que deveria acabar pelo menos a forma de existir da PM – e que o papel dela precisa ser revisto com urgência: “você vê todo dia violência e brutalidade da polícia e essa é uma discussão que precisa ser levada a sério, tem que ser pauta para que nosso país possa desenvolver, crescer e virar uma coisa melhor do que essa coisa que a gente está vivendo” (APF); “ela não é violenta com todo mundo, ela tem uma escolha, né? É com certas pessoas. Ela sabe com quem tem que ser violenta e com quem deve ou não deve ser violenta”(APF); “Você sabe que a polícia está envolvida na grande maioria dos crimes, do Brasil, em especial”(APM); “a brutalidade que é o negócio e a banalidade com que se mata, com que se espanca e que se humilha, né? é uma coisa absurda” (APM); “você não pode criticar, a corporação sempre se esquivava. Você vê quando teve esses últimos casos lá em São Paulo, como o que foi jogado da ponte e o policial disse que era ‘erro emocional’. Pô cara, erro emocional é dar um tapa na mesa porque o computador travou. Agora, jogar alguém da ponte não é

emocional, né? Não é um caso isolado”(APM); “a violência é estatal e a polícia não está lá para defender a pessoa, ela tá lá para defender os privilégios. Justamente esse homem branco, rico, o patrimônio... Algumas pessoas, não o povo. São agentes que deveriam ajudar a população, né? Essa é a ideia que eles passam, mas fazem justamente o contrário, não é?” (APF)

Outra afirmação muito contundente de um deles foi o vício que perdura desde a criação da PM. “Acho que a Polícia Militar tem que acabar, pelo menos essa forma de existir da Polícia Militar. Colocar outra coisa no lugar, porque a instituição é criada para isso desde o seu berço e os agentes são criados para serem violentos dessa forma, com alguns apenas e com outros não. E quem trabalha dentro dessa configuração acaba subindo, né? Ganhando cargos mais importantes, medalhas. Tinha que acabar esse pensamento retrógrado.” (APF)

4.3 Análise de charges dos três cartunistas por eles mesmos e seus colegas também entrevistados

*“Aí sua vadia, se vomitar cê vai lamber
E se sujar a minha farda vai limpar com a língua ou vai morrer
Tiro, porrada e bomba e o gás a se alastrar
Tiro, porrada e bomba eu não vou me calar
Pode ferir meu corpo eu vou continuar
Gritando pelo fim da polícia militar”
CHARLOTTE MATOU UM CARA, s.d.*

No segundo momento da entrevista, os três cartunistas foram apresentados a charges publicadas por eles mesmos e pelos outros dois colegas entrevistados. É interessante notar que, ainda que nenhum deles tenha expressado participar ativamente, naquele momento, de grupos de cartunistas ou chargistas, todos estavam familiarizados com as peças apresentadas e reconheceram o autor assim que viram as peças. Não houve uma sequência específica de apresentação das charges, que foram previamente selecionadas e disponibilizadas sempre como grupos de cada autor, no entanto, deu-se preferência para a apresentação da charge de autoria própria depois das dos colegas. Foi pedido, no momento da apresentação das charges, que os cartunistas descrevessem o que estavam vendo e compartilhassem suas impressões.

Uma reação interessante de se destacar foi que, apesar de todos terem recortes étnico-raciais em seus trabalhos, muitas vezes ressaltando a diferença da cor da pele nas artes, nem todos apontaram essa característica no trabalho do colega, mesmo que ela estivesse presente.

Todos eles, no entanto, correlacionaram a perpetração da violência policial com pessoas negras e/ou periféricas, mesmo sem evidenciar o uso de cores e tons diferentes na representação da pele. Outro aspecto a se evidenciar foi que, uma das formas de comentários mais presente foi a relação da tira do colega com um trabalho próprio: “isso me lembra uma charge que eu fiz”; “fiz um desenho, só que ele é muito antigo, eu abordo muito essa questão”.



Figura

36

Ao verem essa peça de Daniel Lafayette, os chargistas fizeram comentários como “É uma crítica a isso que a gente tá falando: a violência policial. Ela é muito mais frequente, muito mais grave e muito mais violenta, quando a pessoa é periférica do que um homem branco [...] Por exemplo, no caso daquele parlamentar que deu tiro na polícia, os caras foram oferecer cafezinho depois, né? Agora, você imagina isso na favela? É impossível. São coisas tão óbvias que que é até ridículo que a gente esteja ainda discutindo esse tipo de coisa” (APF); “é a polícia fazendo vista grossa por um alvo branco e atirando sempre certo no alvo preto”(APM); “para

a gente conseguir atingir um público que tenha, que faça reflexão, ele tem que ter uma percepção cultural, um mínimo de percepção cultural para entender o que o desenho fala. E sem texto, sem ser literal, apesar de ser literal e tão explícito, né? [...] Uma grande parcela da sociedade, do Brasil, por exemplo, não entende o que está acontecendo nesse desenho, assim. É duro isso” (APC). Além dos comentários, dois cartunistas utilizaram a expressão “um clássico” e um utilizou “genial”.



Figuras 37 e 38

As peças acima, de Daniel Lafayette, foram apresentadas simultaneamente. O autor conta que revisitou a peça, que tinha sido confeccionada originalmente em referência ao caso

em que um homem negro estava sendo perseguido por um homem branco que havia tentado esfaqueá-lo. Ao pedir ajuda para a polícia, acabou sendo preso e posteriormente indiciado⁵⁶.

Dentre os comentários, destacam-se: “para quem a pessoa pobre vai pedir ajuda, né? Tá sendo espancada pela própria polícia. Não tem ninguém a quem ela possa recorrer nessa situação”(APF); “Você sabe que é muito interessante da paleta de cores, né? A tira sutilmente sugere que o cara é um pouco mais claro que o outro ali, né? Mas não fica tão claro, não fica tão explícito se o cara realmente é um cara branco, nessa coisa da cor, ou se o cara tá na mesma de um cara negro aqui” (APC); “são tiras muito doídas, né cara? Ao mesmo tempo que você olha esse desenho e ele parece engraçadinho assim, na hora em que você vê o teor dela, já para qualquer sorriso, né? Aqui é aquela coisa, o preto está sempre sendo vítima da polícia, mesmo sendo vítima de qualquer situação. Ele é sempre culpado, sempre vai ser visto com desconfiança e provavelmente vai sempre pagar a conta desse ódio policial, desse ódio social.” (APM)

⁵⁶ <https://revistaforum.com.br/brasil/homem-negro-sofre-tentativa-de-homicidio-mas-ao-denunciar-e-presno-lugar-do-agressor-branco/>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-02/motoboy-negro-agredido-com-faca-e-indiciado-por-agressao>



Figura 39



Figura

40

As duas charges anteriores, de Gilmar, também foram apresentadas simultaneamente. Nessas, foram feitos comentários mais expressivos sobre o papel da polícia com relação às pessoas brancas e a localização/classe social do que sobre a violência física ou voltada para as pessoas negras.

“A violência policial bailando em cima de um proletário, e no caso aqui, de pele escura mesmo.[...] Aquela coisa da polícia sendo muito obediente a uma classe privilegiada [...]. O cachorrinho dos ricos descontando ou obedecendo ordens em cima de um trabalhador, de um pobre, de um preto. É o que eu tava te falando sobre a dinâmica de classes e de ordem social”(APM); “É uma agressão um pouco mais lúdica, um pouco mais surreal. De toda a violência que estava no vídeo, essa cena aí foi bem isso, mas a charge provoca reflexão a partir da dança de balé de um policial, que não é característico, em cima da cabeça de uma mulher. Até que ponto você pode entender isso? Essa é a ideia passada nesse desenho aí, causar aquele impacto de maneira reflexiva. É por essas e outras que, não havendo punição severa, não

havendo um debate profundo, com inclusive, todas as regras policiais, toda a corrupção que rola nesses segmentos aí, vai continuar por muito tempo ainda” (APC); “São dois desenhos, o primeiro é bem representativo do fascismo que sempre existiu nas corporações, particularmente na Polícia Militar, né? Mostra a situação, o cara tendo prazer na violência com a população mais vulnerável, uma charge que denuncia a violência policial e faz isso muito bem” (APF), colocam os cartunistas.



Figura 41



Figura 42

Nas duas últimas charges, de Galvão, é interessante notar que houve chargista que ligasse a ilustração ao caso concreto, não apenas o fenômeno da violência policial ao que estava sendo representado e todos trouxeram a banalidade dessa violência para a polícia, que não liga se há ou não testemunhas daquilo que faz, já que sabe que a questão não será repreendida porque acredita ter legitimidade para tal.

“Tem a ver com aquela escola de samba⁵⁷ de São Paulo, que fez uma representação dos policiais militares como demônio, teve uma grande polêmica na época e tal. E a câmera é uma crítica de que não influencia. A câmera tá ligada ou nada e a gente não está preocupado”(APF); “essa coisa das câmeras policiais desligadas teve seu preço porque as pessoas começaram a

⁵⁷<https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2024/02/na-mira-de-bolsonaristas-escola-de-samba-que-retratou-policiais-como-demonios-nega-intencao-de-ataque-ou-provocacao.ghtml>
<https://defendapm.org.br/LeiaMais.aspx?NoticiaID=1253&DeptoID=1>

filmar a polícia, então se a própria instituição preza em velar essas ações absurdas, bizarras que eles fazem e com um certo tempo a própria população começou a revidar” (APM); “É a coisa irônica, hipócrita, né? Do policial que está aí usando a própria violência para reivindicar que ele acha injusto ser tratado como um demônio, né? Na charge da câmera está muito explícita essa coisa da cor, tem até um rosadinho na bochecha. O próprio traço é uma coisa sensacional, ele põe essa coisa do humor ao mesmo tempo que é tão violento, parece até uma coisa aceitável, digamos assim.⁵⁸” (APC)

É possível perceber, ao longo das declarações dos chargistas, que a apreensão do conteúdo das charges vem sempre carregado de uma intenção crítica, em especial no tocante ao papel da polícia (notadamente a Militar), ao tratamento dispensado às pessoas negras e periféricas e à percepção de que a polícia existe para proteger apenas alguns. Como disse um dos chargistas sobre a charge do alvo preto, de Lafa, é preciso ter “um mínimo de percepção cultural para entender o que o desenho fala” (APC), o que reforça todo o contexto trazido ao longo desse texto e colocado de forma reiterada a partir dos mecanismos de produção de sentido ou de conhecimento social comum.

Curiosamente, a definição e a exemplificação, pelos chargistas, em palavras próprias daquilo que é o senso comum da nossa sociedade tanto no que se refere ao modo de agir das forças policiais quanto no tratamento às pessoas negras e periféricas, reforça todo o percurso ideativo desta dissertação. Além disso, a disputa do campo crítico fica evidenciada a partir da retratação explícita das situações, que geram comentários direcionados aos chargistas como: “você vai chamar quem quando baterem no seu filho ou roubarem sua filha, estuprarem sua mãe?” (APM)

Uma última fala que vale a pena destacar das entrevistas, foi dita por Gilmar sobre a necessidade e a utilidade de estudo das charges. “Agradeço por abordar essa pauta das charges. Isso é importante para inspirar outras pessoas a fazerem estudos sobre isso, para valorizar nosso trabalho como instrumento de reflexão, de proposta crítica e de debate, para dar mais ferramentas ao nosso trabalho. Sem valorização, parece um desenhinho de humor sem importância nenhuma e a gente perde o valor. E acho que isso tem grande valor, sabe? É uma ferramenta importante. Quer um grande exemplo? O que aconteceu no Charlie Hebdo⁵⁹, isso reflete o poder que um desenho de humor tem, o poder que uma arte reflexiva e jornalística

⁵⁸ É necessário pontuar o tom em que essas últimas declarações foram feitas, para que não haja uma interpretação errônea que leve a um entendimento de que o chargista acha engraçada a violência policial. Nesse momento ele se referia ao estilo dos traços da charge que, por serem naturalmente traços de humor, tornam palatáveis a menção a uma violência explícita, aproximando o leitor da apreciação da charge.

⁵⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz7q4p5j1jlo>

como essa tem. Tem propostas e debates inseridos ali. [...] Olha só que coisa mais potente para poder debater esse assunto do racismo e da violência policial.”

5 CONCLUSÃO

*“Mentira na televisão
O governo conivente, não!
Não são casos isolados!
[...]
A polícia é propina
O empregado humilhado
O mendigo suicida
[...]
Não são casos isolados!”
(D.F.C., 2014)*

A violência policial perpetrada contra as pessoas negras é comunicada e consumida a todo instante. É importante que a população continue percebendo as medidas extremas como ocasionais e necessárias, uma vez que, quando se acabam as chancelas tácitas popular e estatal, passa-se a estabelecer um limite. Dessa forma, é importante que as pessoas continuem ao lado do genocídio da população negra: a polícia age além dos limites de seu mandato dado pela lei porque encontra assentimento e aprovação de suas ações excessivas contra pessoas negras na sociedade, que alimenta a ideia de que o policial faz o bem pela sociedade e que o bandido é a pessoa negra e periférica, invariavelmente.

A violência policial contra as pessoas negras é produzida, reproduzida e continuada a partir da nossa constituição histórica, que permite a formação e a existência perpétua de uma estrutura racista reforçadora de estereótipos e do senso comum. Vimos que esse fenômeno é mantido também de forma discursiva, por meio, por exemplo, de manchetes ou chamadas jornalísticas e do reforço do discurso pelo Estado. Além disso, a forma usual de consumo instantâneo permitida pela internet, faz com que, a partir de imagens, se reforce o estereótipo, sem agregar o questionamento crítico que as charges têm. Dessa forma, a disputa do campo crítico social no espaço público de discussão ao mesmo tempo serve, por um lado para criticar e por outro, legitimar a violência.



Figura 43

As tirinhas de André Dahmer (@malvados) trazidas na conclusão, não entram neste trabalho com um contexto analítico, mas como mais um reforço de como aquilo que se explicita em palavras, pode ser apreendido em uma fração de segundo por meio das charges.

Há uma ambivalência de valores em nossa sociedade que permite que a prática da violência policial contra pessoas negras seja repelida no campo do discurso e da normalidade das relações, ao mesmo tempo em que é reproduzida na forma de ações. O pensamento hegemônico perpetua a narrativa, repetidas vezes, de que se tratam de casos isolados. A alta quantidade de casos isolados, no entanto, a pré-noção de quem será a vítima – antes mesmo da leitura da notícia, por exemplo – e onde ela está situada no território, não deixa dúvida que há recorrência nas situações, explicitando, assim, que não são casos isolados, mas uma prática sistemática de eliminação de pessoas negras em nome do bem comum e da manutenção da ordem. E é justamente essa contradição que dá a permissão necessária para que a violência continue, uma vez que, ao entrarem em ação as diferenças culturais, temos o resultado dessa chancela da sociedade no terceiro espaço. Como já trouxe Florestan Fernandes, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, o Estado mantém um discurso necessário para a estabelecer a normalidade das coisas enquanto age e permite que seus agentes ajam de forma contrária ao estabelecido formalmente para que a situação anômala se perpetue.

A repetição da violência por meio de imagens sem viés críticos e escolhidas a partir do senso comum vigente, faz com que o discurso acabe não apenas sendo normalizado, mas termine por alimentar, novamente, a percepção de quem é o bandido, de que a polícia agiu como precisava agir e dentro de limites legais: imagens integram a tecnologia discursiva que, por meio da repetição, permite a uma sociedade internalizar uma narrativa. Imagens que não possuem o viés crítico, que não trazem elementos que possam promover reflexão, como as charges fazem, alimentam o sistema em vez de levá-lo a se perguntar “mas são tantos casos isolados assim e sempre com as mesmas pessoas?”

As charges quebram esse padrão repetitivo por meio da forma única de expressão de cada autor. Os pontos de vista são necessariamente questionadores e o olhar treinado desses artistas permite que eles desconstruam e desafiem o normalizado – criando condições para reflexão – que tenta justificar a “normalidade” ou questioná-la. As situações retratadas pelos chargistas já chamam a atenção para o trabalho autoral a partir das escolhas de traços, da paleta de cores e pela própria forma explícita e absurda de retratar situações – como o apontado na leitura das charges feitas por eles mesmos.



Figura 44

Lembrando os termos trazidos pelas manchetes, por exemplo, é possível ter a nítida percepção de qual lado está sendo criticado e a partir de que posição. Manchetes, no entanto, ao trazerem eufemismos como “operação policial”, “missão” e outros atenuadores, ajudam a criar uma condição de aceitação para algo que deveria sim ser questionado, como fazem os chargistas. Uma distinção importante é que chargistas abertamente publicam seus trabalhos dentro de um espaço que configura o estilo jornalístico de opinião. Matérias jornalísticas, no entanto, enquanto textos informativos que são, não devem assumir pontos de vista, buscando sempre a imparcialidade e a objetividade. Ao fazer a crítica dentro de um ambiente em que é esperada uma crítica, o chargista suscita debate, enquanto a opinião velada em algo que deveria apenas ser informativo, passa a ser digerida sem maiores inspeções.

É interessante notar os trechos de canções que permeiam o texto. Ainda que eles não sejam objeto de análise ou de estudo deste trabalho, a opção de trazê-los cumpriu o propósito de reforçar que o problema da violência policial contra pessoas negras é presente na nossa sociedade e é objeto de reflexão detida. As canções evidenciam ainda mais a existência persistente do tema em nossa cultura, além de trazer a reflexão crítica que também é feita pelas charges. Elas demonstram, por fim a percepção universal da violência policial, dos desvios de conduta das forças policiais e da inegável opressão do negro.

O trabalho dos chargistas que abordam o tema da violência policial termina por desestabilizar o sistema classificatório racializado, trazendo a ênfase do problema para os crimes cometidos por policiais que são racistas, fazem parte de corporações racistas, e terminam por reproduzir esse comportamento. É interessante lembrar que isso não os exime de culpa, uma vez que, como vimos anteriormente, o factível é a consecução desse racismo que faz com que aquilo que é considerado “trágico, porém necessário” se configure como regra, não exceção.

A desestabilização causada pelas charges reside em sua potencial força para a crítica social: onde uma dessas peças gráficas chegar, há uma leitura provocadora que tensiona as percepções a seu redor. Elas são uma ferramenta que materializa o papel da crítica que nos permite questionar a forma como seremos governados, sendo forma de contraposição à estrutura formal de poder estabelecido. Charges, cartuns, tirinhas e quadrinhos, ao serem imbuídos de opiniões, compartilharem percepções e explicitarem situações que nossa sociedade se sente desconfortável em discutir, são um ponto central na luta antirracista, na denúncia da violência policial contra pessoas negras e, ainda mais: o registro histórico, imagético e factual da expressão do racismo das forças policiais e de segurança por meio da violência contra as pessoas negras. A atitude crítica das charges favorece uma dinâmica social de discussão, cobrança de autoridades governamentais e provocação de mudança.

Profundamente ancoradas no senso comum, no contexto histórico, temporal e cultural, as charges abrem espaço para a percepção das pessoas negras e da conduta da polícia: é comum sim, e até esperado, em nossa sociedade e em tantas outras, que pessoas negras sejam abordadas de forma violenta pela polícia, que se exime de responsabilidade por meio de justificativas como “um caso isolado”, “uma tragédia consequência da situação”, “atitude suspeita”, “legítima defesa”. Isso está longe de ser correto, no entanto. Observamos, por meio do denunciado nas charges que, ainda que não haja uma previsão explícita do direito de prejulgar, de fazer distinção, ou mesmo de matar, existe uma autorização social tácita que se torna evidente ao percebermos a disputa do campo de crítica social. Nessa contenda, narrativas que chancelam o comportamento das forças policiais, que justificam as ações apesar da flagrante violência, brutalidade e, muitas vezes, arbitrariedade, são colocadas em campo oposto a dos que percebem uma ação sistemática, perfilada, reforçada a todo instante pela estrutura racista que formou nossa sociedade e nela segue presente.

Assim, ao analisarmos a produção de charges e os contextos em que elas são formuladas, lembrando dos casos recentes apresentados aqui e de tantos outros emblemáticos, como a denúncia trazida pelo jornalista Caco Barcellos, ou recorrentes, como os trazidos por

Maurício Pestana, percebe-se uma classificação nítida da violência policial, de onde ela está – ou deve estar situada – na sociedade e de como existem de fato as representações de grupos, sendo os negros os mais atingidos pela expressão do racismo das corporações. Como trouxe Brackette Williams (2008), não há nada potencialmente mais destruidor do ser humano do que a classificação, cujo delineamento e suas consequências conseguimos apreender a partir das charges. A construção social de que os negros são pessoas a serem abordadas e tratadas com violência ficam muito evidentes.

Destarte, a partir também do apoio das representações da mídia e da comunicação por imagens, foi possível mostrar o papel fundamental desempenhado pelas representações sociais que, a partir do momento em que são estabelecidas, categorizam o grupo atingido como o outro, que está colocado em contraposição à sociedade do “homem de bem”. Isso estabelece o território propício para que a disputa do campo crítico social passe a falar sobre dois assuntos, essencialmente: a) enquanto sociedade e dentro das forças policiais, assumir que pessoas negras e periféricas são bandidas; b) cancelar o comportamento flagrantemente desumano e ilegal das forças policiais no tocante à abordagem e trato das pessoas negras. A partir desse debate, é possível afirmar que, uma vez compreendidos os mecanismos históricos que levam ao senso comum presente em nossa sociedade que termina por ligar pessoas negras a aspectos negativos e a justificar que sejam abordadas de forma violenta, é preciso deslocar nosso olhar para o fenômeno da expressão do racismo por meio do comportamento das forças policiais em nosso país.

Como dito na introdução, questionado ao longo do trabalho e colocado pelos chargistas, o comportamento das forças policiais não deveria ser o que trouxemos aqui e é visto todos os dias. Quem tem a missão de proteger a sociedade, não deveria poder agir acima da lei, por meio de normas silenciosas. Não deveria também escolher o alvo de sua violência a partir de características fenotípicas associadas com aspectos que considera positivos ou negativos. É necessário que haja uma formação qualificada e dotada de reflexão entre os profissionais de segurança pública, para que aqueles que são colocados em uma posição de serem os guardiões da população possam de fato estar no lugar de apoio, suporte e proteção que deles é esperado, sem distinção étnico-racial. Uma formação ampla, que permita salvaguardar também as vidas negras, que já têm muitas oportunidades negadas, incluindo, por definição da nossa sociedade e seu pacto silencioso, a oportunidade de permanecer viva, de não ser abordado com tapa na cara, de não ser culpado até que se prove o contrário.

Ainda que haja racismo nas corporações policiais – uma vez que ela é formada por indivíduos que existem na sociedade, nela foram socializados e não podem separar de si o senso

comum, sem uma constante reflexão – o resultado desse racismo nesse ambiente é infinitamente mais perigoso, pois, como visto se manifesta de forma violenta na abordagem do carro daquele mais suspeito, ou de quem tem mais melanina. A polícia não apenas aborda os negros, mas os desumaniza e despessoaliza de uma forma tal que não se vê como matando alguém, apenas cumprindo o serviço ou o papel que lhe é atribuído, quando se fala do negro. Isso é danoso não só porque elas têm força letal, mas porque são um exemplo para crianças e jovens, o que pode potencialmente levar à reprodução de um comportamento normalizado: a sociedade chancela a atitude do policial que, ao agir assim, normaliza o acontecido, fazendo com que seja amplamente aceito e, portanto, chancelando sua atitude uma vez mais. Essa é a materialização do terceiro espaço, o entrelugar de Homi Bhabha. E isso só irá parar quando a própria sociedade perceber que isso não é correto e “caçar” esse mandato das forças policiais, obrigando-os a rever os próprios procedimentos, comportamentos e formações.

É preciso cobrar das autoridades uma mudança de comportamento daqueles que seria esperado que tivessem um nível de comportamento mais alto do que a média da população pela posição de guardiões que ocupam. A polícia não deveria bater. A polícia não deveria torturar. A polícia não deveria ser sádica. A polícia não deveria matar como prática, somente como exceção. E isso inclui as pessoas negras, não custa reforçar o óbvio. O sentimento de que é necessário colocar essa explicação adicional não deveria aparecer, no entanto, se faz presente. Exceção, por definição é o desvio de uma regra, mas quando essa “exceção” acontece com a frequência que podemos observar, ela se configura como regra, não como caso isolado.

São obras como as charges ou mesmo essa dissertação, que nos dão a oportunidade de cobrar a mudança necessária das forças policiais, uma vez que explicitam a distância entre discurso e prática de uma forma inegável. A charge desestabiliza nosso sistema classificatório racializado ao colocar ênfase no crime que policiais estão cometendo, consequência direta de seu racismo que também existe dentro das corporações. É preciso pensar sobre e perceber o potencial de letalidade genocida que essa forma de expressão do racismo tem. Ela tem a grande vantagem de estar alinhada com a forma com que se consome comunicação hoje, como evidenciado pelo processo de iconofagia de Baitello Júnior, e por vir carregada de reflexão prévia de um autor com trajetória crítica diante de injustiças, falta de moralidade e hipocrisia de comportamentos normalizados, mas que não são normais, nem deveriam ser pensados como algo prosaico. Também é essencial pensarmos que o processo de compreensão e da feitura crítica passam pelo senso comum. E o que vimos ao longo dessas páginas evidencia o senso comum.

É bom se perguntar se está tudo normal, se está tudo bem e não viver no automático, sem reflexão.

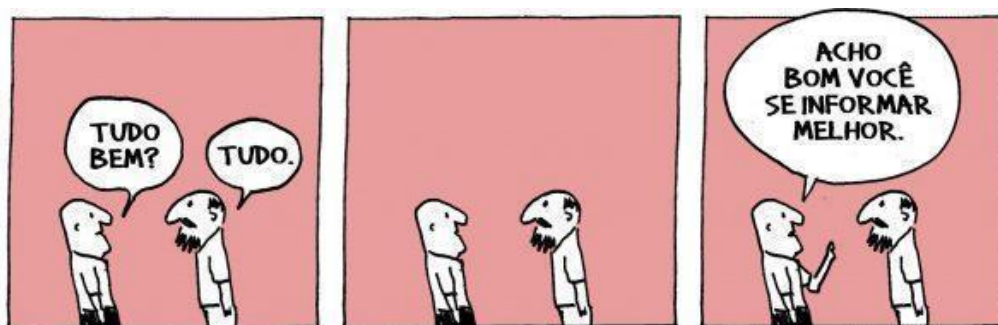


Figura 45

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL (EBC). **Lista de mortos em operação no RJ evidencia letalidade de jovens**. Direitos Humanos, Brasília, 07 nov. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-11/lista-de-mortos-em-operacao-no-rj-evidencia-letalidade-de-jovens> . Acesso em: 26 jan. 2026.
- AGÊNCIA BRASIL (EBC). **Testemunhas denunciam execuções e torturas no Rio: “carnificina”**. Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 29 out. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-10/testemunhas-denunciam-execucoes-e-torturas-no-rio-carnificina> . Acesso em: 26 jan. 2026.
- ALVES, Jaime Amparo. **Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Revan, 2018.
- ANDERSON, Benedict. 1983. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. **A era da iconofagia: reflexões sobre imagem, comunicação, mídia e cultura**. Reimpressão. São Paulo: Paulus, 2023.
- BALANÇO GERAL. **‘Vítimas da operação são os quatro policiais mortos’, diz secretário de Segurança do Rio**. YouTube, 29 de outubro de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7JcGpgCDWog> . Acesso em: 26 jan. 2026.
- BARCELLOS, Caco. **50 anos depois de 'Rota 66', Brasília está cheia de matadores, diz Caco Barcellos**. Entrevista concedida a Fernanda Mena. Folha de S.Paulo, São Paulo, 22 abr. 2025. Acesso em 22 de abril de 2025. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/04/50-anos-depois-de-rota-66-brasilia-esta-cheia-de-matadores-diz-caco-barcellos.shtml>
- BARROS, Geová da Silva. **Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito**. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 134–155, 2012. DOI: 10.31060/rbsp.2008.v2.n1.31.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana L. de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 394 p.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. **O analfabetismo no Brasil: lições da história**. RPGE – Revista On line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v.

21, n. 1, p. 24–46, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n.1.2017.998635> .
BRASIL – ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 11.003, de 22 de outubro de 2025. Dispõe sobre a reestruturação do quadro permanente da Secretaria de Estado de Polícia Civil e revoga a Lei Estadual nº 3.586, de 21 de junho de 2001. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 23 out. 2025. Disponível em: https://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2M4YWEwOTAwMDI1ZmVlZjYwMzI1NjRIYzAwNjBkZmZmL2E2Mjc3OWE4MmY2YTVmZmIwMzI1OGQyYzAwNDlhMzdkP09wZW5Eb2N1bWVudA== . Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945. Dispõe sobre a imigração e colonização, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Rio de Janeiro, 06 out. 1945. Revogado pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Painel de dados nacionais de segurança pública – estatísticas por UF**. Brasília: MJSP, 2025. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTlmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFlMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BUCHOLTZ, Mary, and Kira Hall. **Language and Identity**. In Alessandro Duranti (ed.), **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Basil Blackwell, 2004.

CARDOSO, Athos E. **As Aventuras de Nhô-Quim e Zé Caipora: os primeiros quadrinhos brasileiros**. 2 Ed. Edições do Senado Federal. Brasília, 2005.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CHARLOTTE MATOU UM CARA. **Tiro, porrada e bomba**. São Paulo: independente, [s.d.]. Canção.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Os elementos constitutivos da mestiçagem brasileira e da pluralidade caribenha: a questão do ‘negro’**. Série Ceppac, 2007, 12p.

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. Oxford University Press, 1995.

D.F.C. **Não São Casos Isolados**. In: Sequência animalesca de bicudas e giratórias. [S.l.]: Läjã

- Records, 2014. Canção.
- DUARTE, Evandro Piza; FREITAS, Felipe da Silva. **Corpos negros sob a perseguição do Estado: política de drogas, racismo e direitos humanos no Brasil**. Direito Público, [S. l.], v. 16, n. 89, p. 156–179, set./out. 2019. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3608> . Acesso em: 16 jan. 2026.
- DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- DU BOIS, William.E.B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Ed. Veneta, 2021
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.
- FLORES, Onici Claro. **A leitura da charge**. Canoas: Editora da ULBRA, 2002.
- FOÉ, Nkolo. **A Questão Negra No Mundo Moderno**. Sankofa (São Paulo), São Paulo, Brasil, v. 4, n. 8, p. 60–82, 2011. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88812. Disponível em: <https://revistas.usp.br/sankofa/article/view/88812>. Acesso em: 15 out. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** Tradução de Gabriela Lafetá Borges; revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Brasília: Espaço Michel Foucault, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. Ed, Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- GOMES, Edson. **Camelô**. In: GOMES, Edson. **Apocalipse**. São Paulo: EMI, 1997. 1 faixa sonora.
- GOMES, Edson. **Criminalidade**. In: **Campo de batalha**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].
- GONÇALVES, Telmo. **A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo**. Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura, Lisboa, n. 5/6, p. 157-167, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2268>>. Acesso em: 9 de setembro de 2025.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. (org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223–244.
- HANDS, Phil. **And I thought I was a heinous and incurable virus**. Tribune Content Agency, 2020. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/cartoons/2020/06/01/protests-george-floyd-and-twitter-the-week-in-cartoons-for-june-1-5>
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas. Ed. Papirus, 2002.

- JUVENTUDE MALDITA. Pisa na cabeça dele. In: *Total Punk*. Rebel Music, 2002. [Canção].
- LASSERPE, A. “security” law that goes awry. 2020. Disponível em: <https://www.cartooningforpeace.org/en/editos/france-a-security-law-that-goes-awry/>
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MAY, LAS. *Camera to avoid abuses*. Disponível em <<http://jamaica-gleaner.com/cartoon/tuesday-march-23-2021>>. Acesso em 29 de março de 2021.
- MBEMBE, Achille. **The ‘Thing’ and Its Double in Cameroonian Cartoons**. In: Barber, K (ed.) *Readings in African Popular Culture*. Oxford, UK: James Currey, pp.151–163. 1997
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Tradução de Renata Santini.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão, SP: Mantiqueira, 2003. 238 p. ISBN 85-85681-29-2.
- MIANI, Rozinaldo Antonio (org.). **Dossiê Humor Gráfico, Política e História**. In: **Fronteiras: Revista de História**, v. 20, n. 35, 2018. Universidade Federal da Grande Dourados.
- MUKEKA DI RATO. Milico. In: *Boiada Suicida*. Deck / Rebel Music, 2022. [Canção]
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287–308, 2007.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto**. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 211-229, maio-ago. 2004. DOI: 10.1590/S1517-97022004000200002.
- O RAPPA. **Todo camburão tem um pouco de navio negreiro**. In: *Rappa Mundi*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1996. 1 faixa.
- PARNAIBA, Cristiane dos Santos; GOBBI, Maria Cristina. **Charge jornalística: o desafio de um estudo sobre a representação da mulher na política**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2013, MANAUS. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0559-1.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2025.
- Polícia Civil do Distrito Federal (2020). **Concurso Público para o Provimento de Vagas e a Formação de Cadastro Reserva no Cargo de Agente de Polícia da Carreira de Polícia**

Civil do Distrito Federal. Site do Cebraspe, 1º de julho de 2020. Disponível em: https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/pc_df_20_agente/arquivos/ED_1_2020_PCDF_AGE_NTE_20_ABERTURA.PDF>

POLÍCIA CIVIL RJ. Confira pronunciamento do secretário de Polícia Civil RJ, após Megaoperação Contenção. YouTube, 4 nov. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DmxCL9WY6XI> . Acesso em: 26 jan. 2026.

Polícia Militar do Distrito Federal. (2023). **Edital Normativo do Concurso Público de Admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP)**. Diário Oficial do Distrito Federal, 24 de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2023|01_Janeiro|DODF%20010%2024-01-2023%20EDICAO%20EXTRA%20A|&arquivo=DODF%20010%2024-01-2023%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf>

PUNKZILLA. **Lutar pela paz**. In: Lutar pela paz. [S.l.]: [s.n.], [2025]. Canção. PUSHER 174. **Foda-se a lei**. São Paulo, [2024]. [Canção]. RACIONAIS MC'S. **Homem na estrada**. In: RACIONAIS MC'S. Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Zimbabwe, 1997. 1 faixa sonora. RAPPIN' HOOD. **Caso de polícia**. In: RAPPIN' HOOD. **Sujeito homem**. São Paulo: Trama, 2001. 1 faixa sonora. RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. eISBN 978-85-7982-010-6. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788579820106>.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 296–307, maio/ago. 2009. DOI: 10.1590/S1413-24782009000200008.

SILVA, Kelly Cristiane da. A NAÇÃO CORDIAL Uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. Revista Brasileira De Ciências Sociais - VOL. 18 N°. 51,. 2003

SOUZA, Mayara Castro de. **Da necessidade da presença à ausência: formação da Polícia Militar no Distrito Federal, direitos humanos e questão racial**. 2020. 125 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. TEIXEIRA, Maria Cláudia; PIANARO ANGELO, Cristiane Malinoski. O gênero jornalístico charge no letramento escolar. *Lingua & Literatura*, Frederico Westphalen, v. 12, n. 19, p. 89–107, dez. 2010.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Beacon Press, 1995.

VIDIGAL DOLABELLA, Ana Rosa. **Leitura de Imagens no Jornal – Humor Gráfico, Mídia e Educação**. Revista de Estudos da Comunicação, [S. l.], v. 8, n. 17, 2007. DOI: 10.7213/rec.v8i17.14588. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/estudosdecomunicacao/article/view/14588>. Acesso em: 15 out. 2024.

WILLIAMS, Brackette. **Humor, linguistic ambiguity and disputing in a Guyanese community**. International Journal of the Sociology of Language, 1987. DOI: 10.1515/ijsl-1987-6508.

WILLIAMS, Brackette F. **“Dominando” os bárbaros: Barbados, ativismo abolicionista e classificação da pena de morte**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 23, n. 68, p. 23–39, out. 2008. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300003>

XAVIER, Arnaldo; PESTANA, Maurício. **Manual de sobrevivência do negro no Brasil: subsídios para discussão de racismo na revisão constitucional** [Edição comemorativa 15 anos; 1994/2008]. São Paulo: Nova Sampa Diretriz, 2008. 84 p.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**, 2ª edição. Editora Bookman, 2015. Porto Alegre.

ZAKHAROV, Nikolay; TATE, Shirley Anne; LAW, Ian; BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Futures of Anti-Racism: Paradoxes of Deracialization in Brazil, South Africa, Sweden, and the UK**. Cham: Palgrave Macmillan / Springer Nature, 1. ed., 2022. 300 p. ISBN 978-3-031-14405-9.

ZAPIRO. *What is the most shocking about the police execution footage?*. 2015. Disponível em: <https://www.zapiro.com/151105tt>

APÊNDICE 1

Entrevista Com Daniel Lafayette

Realizada por meio do Aplicativo Teams em 20 de dezembro de 2024

[THAÍSE] Vou aproveitar para me apresentar de novo. Como eu coloquei naquela mensagem, meu nome é Thaíse Torres. Sou mestranda no Programa de Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília. Eu estudo tirinhas, charges e cartuns como uma forma de ver a violência policial contra pessoas negras.

Você foi uma pessoa que pareceu muito em todas as minhas pesquisas, eu te acompanho há um tempo, especialmente pelo Twitter – eu não tenho outras redes. Então eu tô, de novo, muito, muito feliz, agradeço demais.

Se você concordar, eu tenho uma proposta de como vai funcionar mais ou menos: é uma entrevista semi estruturada. Tenho algumas perguntinhas aqui que eu gostaria de colocar para você, mas você pode falar à vontade, como for melhor.

E ao fim, se for ok por você também, gostaria de te apresentar algumas peças gráficas –são tirinhas, são charges, são cartuns – para que você fizesse uma análise, que será anonimizada. Eu te apresento [peças]de dois colegas e uma sua. Se você quiser falar alguma coisa também...Como eu te coloquei lá, sou jornalista, então eu tenho costume de ir, falando, falando... mas fica à vontade.

[LAFA] Tá bom, é, vou me apresentar também.

Eu sou cartunista, mas não entendo de forma profunda sobre nenhum assunto. Então eu vou falar desse ponto de vista que é, não é.... eu não sou uma pessoa que tem um estudo sobre...

[THAÍSE] Parece bom. Soa para mim como jornalista, na verdade, que não sabe de nada sobre forma profunda.

Estou propondo a saber pelo menos um pouquinho de forma profunda.

É, eu queria então ver se a gente começasse essa entrevista com você me falando um pouquinho mais sobre quem é você, como que você começou esse trabalho e há quanto tempo você tá nele, além de qualquer coisa que você considere relevante da sua formação ou sua como pessoa. Por favor.

[LAFA] Tá bom. Já começo, então?

[THAÍSE] Sim, por favor.

[LAFA] É, eu já tô nesse trabalho, fazendo tirinhas há mais de 27 anos, talvez. Eu comecei acho que foi em 95 no Jornal de Bairro, aqui em Jacarepaguá. Tem quase 30 anos, na verdade. Eram tirinhas que saiam de mês em mês, não era uma coisa diária nem nada. Depois que eu fui começar a fazer de forma profissional mesmo, pelo Jornal do Brasil, quando eu fui entrevistado até pelo Ziraldo. E aí fui chamado para trabalhar no Jornal do Brasil em 2007, se eu não me engano.

Na época que eu comecei, em 95, eu ainda tava na escola. Depois fui, fiz faculdade e tal, mas não terminei nenhuma faculdade e continuei produzindo tirinhas, né? E é isso, basicamente foi isso. Fiquei no Jornal do Brasil durante um tempo, depois o Jornal do Brasil acabou, né? Eles me mandaram embora um pouco antes de acabar.

E aí fui fazendo coisas. Não conseguia fazer para nenhum outro jornal, fiz mais para meu público da internet mesmo. Trabalhando como ilustrador para revistas e eventualmente fazendo tirinhas para quem me pedisse. Por exemplo [para] livros didáticos, né?

Muitas vezes pedem para mim tirinhas e tal, muitas vezes tirinhas mais antigas até. E é isso. Eu fiz essa carreira aí fazendo tirinhas e charges, né? De um tempo para cá, tô fazendo charges também. Porque 2016 teve mesmo uma mudança de chave e eu não fazia nada muito político. Quer dizer... As obras sempre têm cunho político e tal, mas nada muito... ...que fosse tão explícito, né? De forma tão explícita. E aí de 2016 para cá, eu comecei a fazer mais charges e tirinhas. Essas duas coisas no início.

E geralmente é por uma vertente mais política mesmo.

[THAÍSE] Aproveitando então que você falou dessa mudança de 2016, eu queria entender um pouquinho mais qual é a sua relação pessoal com esses temas, com esses dois temas em si, tanto a violência policial quanto o racismo.

[LAFA] Minha experiência pessoal?

[THAÍSE] É a sua relação com esses dois temas, é uma coisa com a qual você se envolve? É uma coisa que é presente na sua vida? Como que eles aparecem na sua vida, nas suas ideias?

[LAFA] Eu acho que a partir do momento que eu tive uma consciência um pouco maior... É só abrir os olhos, né? É só você estar assim... ...um pouco mais atento, né? Às coisas.

E como eu te disse, como eu comecei a me preocupar mais com esse tipo de tema a partir de 2016, no sentido de transpor isso para o trabalho, mesmo que já já fosse um tema que me despertasse interesse, não era uma coisa que eu tivesse, que eu revelasse muito no meu trabalho. Então é uma coisa um pouco mais nova, né? Daí faz 10 anos. Mas é, não sei... Teve mudança de estado e uma coisa foi chamando a outra e aí o racismo. Eu [fui] percebendo não só a realidade do racismo, mas como as pessoas tentam esconder, né?

Então, com todo esse movimento da extrema direita e tal, isso ficou muito mais visível, né? Muito mais na cara. E com a internet também, né? Essa coisa da gente poder ver com maior frequência os crimes sendo cometidos.

Então isso foi ficando cada vez mais visível e menos possível de ignorar, né? De [deixar] passar, de se ignorar, né?

E aí vai [se] criando uma consciência também, porque ao mesmo tempo que vai aumentando essa gente, vai aumentando a consciência das pessoas.

[...]

Então tem um movimento reacionário, das pessoas que vão se sentindo no direito de cometer esse tipo de agressão, e ao mesmo tempo tem as pessoas que não são reacionárias, que pretendem entender e construir uma realidade melhor para todo mundo. [A gente] começa a se preocupar, a ter uma maior preocupação com esse tipo de coisa. Enxergar com maior facilidade, eu acho.

[THAÍSE] Bem, você estava falando um pouco das pessoas reacionárias e explicando também sobre isso de começar a se preocupar em construir um mundo melhor, uma realidade melhor para todo mundo. Qual é a reação que você espera que as pessoas tenham? Ou que você gostaria que as pessoas tivessem quando elas têm contato com o seu trabalho? Tem alguma coisa que você espera, você faz com alguma intenção? Como é isso?

[LAFA] A minha intenção é dar voz aos que 'tão' do meu lado, né? Enfim, que pensam parecido comigo.

E tentar criar consciência em quem não pensa. Quero dizer... Quem sou eu? Mas enfim, acho que é uma arma política, não deixa de ser uma. Pode ser um estilingue, mas ainda é uma arma política, uma forma de atingir o alvo. Eu acho que é um alvo que você quer atingir.

E geralmente a charge, a tirinha que é a mais política, ela tem essa intenção de atingir um alvo, né? E o alvo, ele pode tanto ter as pessoas que concordam com aquilo que eu estou falando em forma de desenho, de forma gráfica, quanto atingir gente que não concorda.

Tem vezes que eu sou xingado, já recebi ameaças. Essas coisas acontecem também, né? Mas isso acontecer, isso também é uma demonstração de que eu acertei no alvo, né? Então é claro que é chato você receber ameaça e tal, mas é meio que um efeito colateral. E é esperado, esse efeito colateral é esperado.

[THAÍSE] É, eu queria aproveitar para pensar não no efeito colateral, mas por esse lado do crítico, né? Então, uma coisa que eu percebo é que muito do seu trabalho com a violência policial, ele vem atrelado à raça. Então, por que você escolhe retratar a violência policial por esse viés também, em vez de falar só da violência policial? É uma escolha política? É porque

você acha importante? Qual a sua intenção nesse caminho?

[LAFA] Ah, porque porque a violência policial ela aflora na periferia, né? A violência policial não acontece com o morador do Leblon, né? Não... Nos Jardins, sei lá. Não é nos bairros nobres que a gente verifica a violência policial no seu mais alto grau, né?

É impossível a gente a falar de violência policial sem esse recorte social, né? Tem que sempre lembrar que a polícia age de forma diferente, em lugares diferentes, com pessoas diferentes, de estrato social diferentes, né?

Acho que a crítica que fosse só pela violência policial, sem mostrar, que há diferentes abordagens da política para diferentes pessoas, ficaria meio vaga. Eu acho que tem que ser bem assertivo nesse sentido, tem que deixar claro sobre o que eu tô falando, né? E as pessoas entendem, porque a gente vive nessa sociedade, todo mundo sabe.

Isso não é uma coisa que já tá acontecendo do dia para noite.

[THAÍSE] É, queria entender um pouquinho como que você acha que é a percepção do público com relação ao seu trabalho. E você falou em ameaças, você falou que é o efeito colateral esperado, mas disse que elas existem. É, não só no sentido das ameaças, mas que tipo de resposta, de feedback, de comentário você já recebeu? Porque você posta muito no Twitter, que é uma plataforma mais crítica, né? Não são só emojis, não são só palminhas.

Então, queria que a gente entrasse um pouquinho nisso, por favor, no tipo de reação e qual que você acha que é a percepção do público?

[LAFA] Ah, a reação é variada, né? É muito variada. Tem todo tipo de reação, como eu disse, as reações negativas.

E, por exemplo, eu não tenho lido tanto. Às vezes uma tira de Twitter pode receber, sei lá, 100 mil likes, e aí você vê que estourou a sua bolha. E aí, quando você estoura sua bolha, eu não quero, nem tenho mais paciência para ficar lendo tudo que escrevem, porque são centenas e centenas de comentários. Muitos deles são escabrosos.

E eu não tenho mais como ler todos os comentários.

Eu não sei o que dizer exatamente. Eu acho que eu espero... As reações que eu recebo são geralmente inesperadas. São reações de pessoas que gostaram daquele trabalho gráfico, que diz alguma coisa a elas da realidade.

[E de] como elas entendem a realidade também, não são muitas pessoas que pensam forma. E há outras pessoas que sentem agredidas até, mas que são os agressores são eles, na verdade. Não tem que sentir agredido de ver a realidade no quadrinho, na tirinha. Tô denunciando uma coisa que é real.

[THAÍSE] Ótimo. Eu queria entender um pouquinho, e também me remetendo a isso que você

falou da mudança temática em 2016. Eu queria entender um pouquinho mais por que é importante para você chamar a atenção para essa temática, se tem alguma coisa que te impele? Porque se a gente for parar para pensar em realidades agressivas, em realidades violentas que a gente vive, o que não falta temática na sociedade. Mas muitas vezes você tem trabalhos muito contundentes que falam justamente disso, a violência policial, e ela é focada em pessoas negras, elas têm cor. Então, por que é importante, você acha -- tô inferindo que você acha --, é chamar a atenção para isso e o que que te impele?

O que que tá te motivando? O que que tá fazendo com que você aborde isso?

[LAFA] Porque eu acho que o racismo é a base de todos os nossos maiores problemas, eu acho. Eu acho que é o início de todos os maiores problemas que a gente tem.

É... Você vai ver isso também, por exemplo, eu tenho falado, tenho defendido pessoas trans, também, com alguma frequência no meu Instagram.

E as maiores afetadas pela violência contra mulheres trans, são geralmente pessoas periféricas também, são pessoas negras. Então tudo converge, eu acho. Esse racismo que a gente não soube tratar durante 500 anos, o racismo que não é só das pessoas negras, mas também das pessoas indígenas, assim.

São muitos pontos, né? São muitos, mas eu acho que é uma das maiores violências. Eu acho que o racismo é uma das maiores violências que a gente tem que tratar, tem que olhar de frente, encarar, né? Esse abismo, essa coisa.

Se a gente quiser melhorar enquanto sociedade, como uma sociedade diversificada [a gente tem] muito a retribuir à participação do negro na criação da nossa cultura, da nossa sociedade. Acho um absurdo a gente negar a nossa identidade enquanto brasileiro. A gente tem que passar, a gente tem que passar por cima dessa coisa, né?

Pra gente construir uma sociedade mais igualitária no futuro, a gente tem que pensar bem certo que isso é um ponto inicial. Eu fico puto com essa galera de esquerda que acha que identitarismo foi o que fez a gente perder a eleição e coisa e tal. Não, cara. Pô. A extrema direita também é identitária, né? Só que eles são identitários para o homem branco hétero, né? Então eles tão conseguindo ganhar espaço por causa disso.

Agora a gente não pode discutir quem nós somos de forma certificada [...], porque é isso que a gente é: a gente é a favor da inclusão, da diversidade. Se a gente não for favor da inclusão, da diversidade, o que a gente é? A gente não é nada. A gente vai continuar votando em homem branco hétero e botando um homem branco hétero no poder. Como pode? E só vai ser homem branco hétero, diretor, presidente...

Eu acho que a gente tem que partir disso.

[...]

E assim, e o trabalhador também é negro, também é mulher, também é trans. E a pessoa tá sempre com seus direitos assegurados, o que tem de errado nisso? Não é uma ruptura sobre os direitos trabalhistas, eu acho que dá pra gente falar sobre tudo, né?

No final o que existe somos nós, seres humanos. Cada um único, da sua forma, mas na sociedade. Todos nós temos direito a liberdade de viver, de sermos quem quisermos ser, sem usar de violência para conseguir o quer, né? É isso.

É uma questão básica que tem que ser resolvida o quanto antes. Essa questão do racismo é uma das questões mais importantes que a gente tem que resolver na nossa sociedade. E quem diz que não há racismo -- e ainda existe esse tipo de gente -- é absolutamente ignorante ou não quer que o status quo mude, né?

Quer que as coisas voltem a ser tudo como antes: piores.

[THAÍSE] Considerando isso então, o que você tá me trazendo é uma forma de diálogo: você está colocando questões. E questões que permeiam a nossa sociedade. Você costuma discutir isso com outros chargistas, cartunistas, artistas? Você tem um espaço para fazer essas reflexões ou elas são todas suas? Elas são da blogosfera? Da web? De onde vêm essas discussões e reflexões?

[LAFA]

É... Elas vêm muito da blogosfera também, porque a gente, enquanto cartunista, trabalha muito o que está sendo discutido no momento, né? Então, enquanto pessoa virtual, identidade virtual, tenho meus interesses dentro da blogosfera.

Sigo as pessoas que me interessam e tal. E o que acaba chegando em mim, muitas vezes são assuntos do meu interesse. Mas agora... Conversar sobre outros cartunistas, eu não tenho muitos amigos cartunistas, na verdade. Já fiz mais parte da panela.

Mas a panela é muito machista, né? Muito racista, transfóbica. Tem uma galera que é meio velha, né? Quer dizer, eu acho que está mudando aos poucos, eu acho que tem cada vez mais mulheres, tem pessoas trans.

Então, eu acho que esse cenário, de acordo com os cartuns e as charges, tem mudado. Mas eu conheço poucas pessoas. Não conheço muita gente hoje em dia, me afastei de muita gente, então [não] tenho muito contato, nem converso muito. Tenho uma ou duas amigas, amigos, mas não tenho tido muito contato. Mas converso com meus amigos, né, sobre esse tipo de assunto, tal.

Não são cartunistas, geralmente, são outra coisa. E, claro, e a política a gente faz no bar também, né? Faz nas conversas... Em tudo, né? Fala com o todo. A gente faz o tempo todo

política.

[THAÍSE] É bom que me parece você está discutindo as temáticas, então e não necessariamente o trabalho da forma tal ou tal, né? Bacana. Queria ver também em termos assim... ..de referências: você costuma acompanhar cartunistas do Brasil e de fora do Brasil? Se sim, em busca dessa temática, você destacaria alguma coisa? E se sim, quais deles?

[LAFA] Eu acompanhava muito mais, até um tempo atrás, muito, muito mais cartunista. Hoje em dia o meu contato com cartum tem sido muito dentro da blogosfera, isso vem com um monte de outras coisas, né? Quer dizer, eu não tô mais seguindo só cartunista. Hoje em dia eu tô seguindo pessoas que falam sobre o movimento trans, que falam sobre o movimento negro. Sei lá[...] artista, não sei quê. Então isso ficou diluído, né? É, eu acho que um cara que eu gosto, ele tem uma visão bem triste, e ele parece um artista com antena ligada, assim, que é o André Dahmer, é um cara que eu realmente admiro, respeito.

Apesar dele não ter foco muito nesses assuntos, mas ele só tem assuntos que são relevantes também. E tem uma outra aproximação desses assuntos, mas é um cara que sabe comunicar, né? Ele sabe fazer bem essa comunicação, é um cara que eu acho bem legal.

Eu tô para começar um livro chamado Palestina do Joe Sacco, já comprei, mas é um livro enorme, pelo menos essas coisas agora [...], Já li algumas coisas dele. E é um cara que eu indicaria também, mas isso é sobre a questão palestina, né?

Agora nesse momento não me vem...Tem um um cara que o arroba dele é Monstran. Que fala sobre... ..Ele é um homem trans, que fala sobre a realidade dele, assim, como homem trans. O nome dele agora esqueci.

[THAÍSE] Mas é no Instagram ou no Twitter?

[LAFA] No Instagram. É monstran.

[THAÍSE] Mão estranha ou mostra?

[LAFA] É monstran, como se fosse monstro, mas monstrans, é.

[THAÍSE] Monstran. Tá bom.

[LAFA] É... que mais?

Tem uma mulheres que estão fazendo também, a Fabiane Langona, é uma amiga minha. Tem a Cartumante, é... Que agora também esqueci o nome dela, mas o arroba dela é Cartomante. Seria difícil hoje em dia lembrar o nome e o arroba do seu CPF? Às vezes eu fico só com o arroba e com o seu nome.

Mas a Fabiane Langona é uma também. Sai até na Folha São Paulo. O que mais? Ah, tem mais gente. Eu posso de repente depois te passar uma uma uma lista com pessoas interessantes, assim.

[THAÍSE] Sim, se puder. Por favor.

>>> Começo da parte anonimizada. Duração total da entrevista: aproximadamente 55 minutos.

APÊNDICE 2

Entrevista com Galvão Bertazzi

Realizada pelo aplicativo Teams em 23 de dezembro de 2024

[THAÍSE] Eu sou jornalista, mas sou mestranda em estudos comparados sobre as Américas. Tô pesquisando a percepção da violência policial pela análise de charges, de tirinhas e cartoons. Eu sou de Brasília, nascida, criada, crescida... Todas as vezes que eu saí, eu voltei. É, eu sou servidora da Universidade mesmo, onde eu faço mestrado, que é a Universidade de Brasília, mas tô cedida agora para o Ministério da Igualdade Racial desde outubro.

[GALVÃO] Eu sou de Goiânia, né? Na real, eu sou do interior de São Paulo, mas eu morei em Goiânia desde um ano de idade até 26 anos. Com 26 anos eu vim para cá [Flórida]. Então eu falo que eu sou goiano, porque... né? Tudo que eu vivi até os 26 anos foi ali. Eu ia muito para Brasília, quase morei em Brasília. Acabei que eu fiz uma curva assim e fui para longe do Cerrado, né?

Tava ouvindo o mar me chamar, né? Eu falei: "Ah, você quer saber de uma coisa? Eu vou embora, sabe? E vim. Nunca mais saí. Tô aqui há quase 21 anos. Sou bem feliz aqui, né? Não fiquei rico. Mas tá tudo bem assim.

É muito bom, sabe? Eu sou muito feliz aqui. É legal aqui porque tem essa amplitude. É, tipo, você tá naquele dia horroroso, fim do mundo, deu tudo errado. Quando não tem fila de trânsito, você pega o carro e chega na praia logo, né? Até de bicicleta você vai. Você pedala uma hora, uma hora e meia e você vê o mar. Brasília tem a Chapada, tem Pirenópolis, aí de perto, né? O Cerrado é lindo também. Eu sinto muita falta, né?

Eu usei [...] muito o Cerrado na minha juventude. Ali, Pirenópolis, principalmente, que era mais perto de Goiânia. E também ia para Chapada,. Então eu amo natureza, essas coisas, apesar de estar bem urbano ultimamente. Eu amo muito a natureza.

E Thaíse, me conta, como posso te ajudar?

[THAÍSE] Sim, eu vou vou te explicar um pouquinho o que que eu pensei, fica à vontade para propor outra coisa. Inicialmente eu gostaria, por favor, que você se apresentasse, apesar de que você já falou de você, complementa com o que achar pertinente.

[GALVÃO] Tá. Eu sou Galvão Bertazzi, né? Tenho 47 anos. Moro em Florianópolis faz 20 anos agora. O meu trabalho é fazer história em quadrinhos, charges e cartuns, eu me considero desenhista.

Eu uso a ferramenta do desenho, em diversas superfícies e suportes, para expor minhas ideias, minha visão de mundo, né? A minha visão de mim mesmo inserido no mundo.

Eu acho que o principal mote do meu trabalho é justamente onde eu me situo no mundo de modo geral. Nas coisas boas, nas coisas ruins e difíceis, e as coisas que eu não entendo. Não tenho pretensão de saber nada, nem de ter nenhuma resposta ou uma visão totalitária ou certíssima sobre as coisas.

Eu me permito navegar na dúvida e na disparidade de pensamentos assim... Tentando sempre acertar o alvo certo, né? Eu tenho um Norte do que eu considero correto, ético, moral. Algo como [isso que] às vezes isso tende para cá ou para lá, mas eu acho que faz parte do crescimento humano.

Então, estou suscetível a erros, né? Alguns poucos acertos e fico tentando, seguindo esse trabalho. Eu trabalho com isso desde os 15 anos. Então posso dizer que tem mais de 30 anos de perna aí, de trabalho. E que sempre amadurece, aprende, desconstrói, pede desculpa e seguimos assim.

[THAÍSE] Parece uma boa postura.

Eu tenho... A minha ideia é fazer o seguinte: após a sua apresentação, trazer algumas perguntas, algumas questões. É uma entrevista semi-estruturada, então tem espaço pra gente conversar. Não tem tempo para você responder as perguntas, vá no seu no seu tempo, se precisar falar mais ou menos. No segundo momento, eu gostaria de te apresentar algumas peças de alguns colegas e vou terminar com as suas para você me falar um pouco sobre elas, fazer um comentário, uma análise, como você preferir.

Vou te explicar, vou te lembrar na hora: a ideia é que você primeiro comece me descrevendo o que você tá vendo e eu vou te mandar... Você tá com o seu celular?

[GALVÃO] Tô com o celular aqui.

[THAÍSE] Vou te mandar no WhatsApp, que eu já deixei todas separadas e eu só encaminho. Mas aí vamos começar pelas perguntas, pode ser?

[GALVÃO] Claro, vamos lá.

[THAÍSE] Ótimo. Bem, você se apresentou um pouco e falou que já pode dizer que tem mais de 30 anos que você trabalha com isso. Você falou também sobre sobre, é... Acertar e errar, e de essa ser a sua visão de mundo.

Queria entender um pouquinho mais, então, por favor, qual que é a sua relação com o tema da violência policial, do racismo e eles dois juntos também?

[GALVÃO] Sim. Eu acho que, como eu falei, tento sempre me situar, no ambiente onde eu vivo, por onde eu circulo e o que eu escuto, o que eu vejo, né? Eu costumo dizer que eu sou

uma esponja, né? Isso é bom e ruim.

Porque ao mesmo tempo em que eu absorvo coisas boas e as críticas, tem muitas coisas ruins que eu eu vou absorvendo por onde eu ando, e por onde eu escuto, e que às vezes pesam demais. E me pesam nessa impossibilidade de mudar o mundo. Essa impossibilidade concreta de mobilizar algo: "Vamos mudar o mundo!" e mudar, né? Eu costumo dizer isso há muito tempo, que meu sonho, assim, era mudar o mundo com um desenho, né?

Imagina: você faz um desenho e o mundo inteiro fala: "Nossa senhora, né? Vamos mudar o mundo". Aí o mundo fica melhor. Mas não dá, né? Então, isso na verdade é um pouco agonizante. O tema de violência policial, pontual, ela me acompanha desde Goiânia. Eu moro em Florianópolis há mais de 20 anos e Goiânia é conhecida –e nunca foi melhor– por uma brutalidade policial muito forte. Eu cresci numa família classe média, média mesmo, né? Então, eu tive ali meus privilégios de uma classe nunca rica, mas também nunca pobre ou fragilizada demais, que sempre tendeu naquela corda bamba da classe média, média, mais para baixo do que para cima. Então eu fiz parte de um de um grupo de amigos e de pessoas que abrangia todo mundo. Eu tinha amigos muito ricos e tinha amigos das comunidades de Goiânia, dos entornos. Eu andava de skate, eu fumava maconha, desde muito cedo.

Então, eu sempre perambulei por esses cenários que, não digo periféricos --porque seria muito forçado--, mas que numa visão goiana do bem-estar e da boa família, que já vem de muito tempo atrás, a gente de certa forma sempre esbarrava com a polícia, né? Nas abordagens, nas pistinhas de skate, né?

A gente andava muito ali em Campinas, é um bairro tradicional de Goiânia, que foi um dos primeiros. E que se há muito tempo atrás era um bairro expoente da cidade, ele acabou por crescer demais e abrange todo tipo de classe social. Eu repito, eu ficava ali naquele limbo nem pobre nem rico.

Então, eu tinha amigos de todas as classes e não era surpresa a gente ser abordado desde os 15, 16 anos levando um tapa na cara de polícia por nada, né? E a polícia de Goiânia naquela época – e eu acredito que não tenha melhorado –, era assim que abordava. E era muito claro como os meus amigos pretos *mesmo* da época eram os que mais sofriam, cara.

Se eu sofri cinco baculejos durante a vida, alguns amigos meus do skate – que eram os rolês de Goiânia – era cinco por semana, né? E sempre foi assim. E é foda. Eu me lembro que desde muito tempo eu faço quadrinhos e tiras criticando a ação da polícia.

Eu publiquei em jornais em Goiânia, ali na época dos anos 2000. Eu vim morar aqui em 2004. Teve uma época ali no no jornal O Popular, que eu publiquei tiras diárias mais ou menos de 2000, 2000 e alguma coisa a 2004, um gap de três [anos], né? E era recorrente o assunto polícia.

E eu tinha [...] medo de publicar isso, eu era mais moleque.

Eu morava ali ainda com a minha mãe e tal. Às vezes eu soltava umas coisas assim que amigos, e até o editor do jornal, vinham falar: "Cara, você quer publicar isso mesmo?" Mas ia, né? Eu tinha menos filtro, era uma coisa um pouco mais visceral. E eu tenho um caso de família que ficou sempre no ar e foi um dos motivos de eu ir embora de Goiânia. Era um medo. É que Goiânia sempre foi uma cidade um pouco sem lei. Eu não digo roça, mas é daquela coisa de coronelismo mesmo, né? A população mais fragilizada é violenta, porque não tem nada e quer tomar. É óbvio. Se o cara tá desfilando aqui de tênis do meu lado, eu vou tomar, né, assim.

E ao mesmo tempo, os donos da lei, que são os policiais, vêm e batem em todo mundo, mata todo mundo, né? Então, na época, aquilo tinha me dado uma saturada. E eu fugi de Goiânia, literalmente, e vim para cá. É muito doido, porque na minha história de vida, ô Thaíse, vou contar uma coisa que talvez você já tenha ouvido por esses estudos sobre raça... cor...

...Eu só fui me descobrir não-branco morando no sul do país. Eu sou pardo, né? Eu sou pardo... eu sou preto? Eu não sei ainda, porque isso para mim ainda é um pouco confuso. Porque agora com tantos anos morando aqui, depois de muito tempo eu entendi que "Opa! Branco, branco que eu não sou, né?" Assim, eu caí naquele gap de que, "uai, cara, mas eu não sou branco? Mas eu sempre assinei branco ali, né? Na minha identidade e tal".

Mas também nunca me vi como negro, como preto. Então, isso foi um um processo muito grande de um novo autoconhecimento da minha cor e hoje eu me sinto muito bem em assinar a minha raça como pardo e estou me enxergando como preto. Porque muitas pessoas [...] eu tenho muito contato com a Lia Weiner, não sei se você conhece ela.

Ela é uma grande crítica sobre a branquitude e o movimento negro brasileiro, né? Ela mora em Florianópolis. Ela já me deu aulas particulares assim, né? Em mesas de bar: "Galvão, você é preto, né?" E beleza, cara. Então é uma nova visão, né?

Como eu te falo, estou sempre aprendendo sobre *quem* eu sou no espaço que eu *sou*. Essa é uma coisa muito sensível e muito importante para mim na localização. Se não chegar definitivamente a levantar uma bandeira do movimento negro e coisa e tal, sabe? Porque eu ainda não me acho pertencente a essa luta, não sei por quê, preciso entender.

Hoje eu já entendo que, branco, eu não sou. Então eu não tenho que defender branco e o tal "racismo reverso" que se prega na Faria Lima, coisa e tal, sabe? Eu não me enquadro ali. Então vamos no movimento onde eu devo me pertencer. Então, isso vem refletindo um pouco nos meus quadrinhos.

De uns anos para cá, eu parei de desenhar, por exemplo, bonequinhos que são só brancos, e foi muito doido. Eu comecei a entender que as peles dos meus bonequinhos também podem ter

uma cor. Eles podem ser marrons, eles podem ser pretos, eles podem ser vermelhos e não só branquinhos, como é o clássico. Então, esse meio de campo ainda é um pouco embolado para mim e eu falo com toda a sinceridade, tá?

Se por acaso eu falar alguma besteira, você pode jogar uma pedrinha aí, "ô, cala a boca aqui", mas eu estou me entendendo e acho que eu vou sempre tentar me entender. E assim vamos, né? [THAÍSE] Ótimo. Não se preocupa. Eu queria te dizer assim, é um espaço seguro.

Pensando por esse seu processo também de conhecimento e das interações que você tem com as pessoas, queria entender um pouquinho, se você discute essas temáticas com outros chargistas, cartunistas, artistas... Ou é, por exemplo, com amigos, como você acabou de colocar? Como que é? E as temáticas eu me refiro de novo à violência policial e à raça.

[GALVÃO] Então, eu discuto isso muito com amigos, né?

Eu te confesso que eu sou meio caramujinho, sabe, Thaíse? Eu sou aquele cartunista clássico de gibizinho que fica o dia inteiro trancado em casa desenhando, desenhando. Obviamente, eu tenho muitos amigos. Não encontro todos eles o quanto eu queria, porque eu realmente gosto de ficar em casa. Já tô ficando velhinho também, sabe? As dor nas costas, sim. Então, eu me tranco muito em casa.

Mas eu tenho alguns grupos de cartunistas bem especiais assim, para mim. É um grupo onde a gente debate bastante esse tipo de tema, a política brasileira de modo geral. A Polícia Militar, em especial, é diretamente ligada a todo o esquema político e a maneira que a política é montada no Brasil.

Essa política de repressão, essa política de controle, essa política de segregação de classe e de raça, né? E que polariza as discussões. A polícia tá num extremo muito grande dessa política. A gente pode falar de direita e esquerda, mas eu fico um pouco reticente porque eu também acredito que a esquerda política, às vezes, faz uso desse mecanismo de repressão quando é conveniente. Isso me dá muito medo. Porque, por exemplo, o que a gente tá vendo hoje, em especial esses casos de São Paulo, que estão vindo à tona muito pontuais... Não que a gente já não soubesse que acontecesse, né?

É uma coisa que parece que a Polícia Militar saiu do controle. Não tem quem bote um controle ali de imediato. E esse tipo de controle tinha que ser agora, tinha que ser rígido: "Ow. Parou. Deu". E não vai acontecer, sabe?

Não acontece num governo do Tarcísio, que é de direita em São Paulo, e não tem uma força federal de um governo de esquerda, dito de esquerda, do Lula, que breca isso, cara. Isso é assustador. Então, eu não sei se eu tô falando algo coerente assim, mas sim, eu tenho amigos com quem eu converso.

Tenho amigos plurais, de várias direções e até de várias visões políticas. Eu faço esforço de ter diálogo com quem é de direita. Infelizmente, eu tenho que conversar e ouvi-los, né? Eu tenho amigos um pouco mais não moderados "de sou de direita moderada", mas moderado de diálogo, né? Com quem você pode sentar no no bar, tomar um café e ouvir ele falar sem querer dar um tapa na cara direto. E sem e sem o risco de levar um soco na cara também. Então, é foda. Ao meu ver, as coisas estão fora do controle, né? E a gente discute isso de maneira muito abrangente assim e muito sincera.

Ao mesmo tempo que um dito crime organizado saiu do controle, é muito louco você perceber que a relação entre o crime organizado e a polícia é muito intrínseca, é muito junta. Então, é um bolo, é um bololô. Você não sabe se você tem medo do bandido ou "do bandido", porque é tudo bandido, né? Então a gente fala sim sobre isso.

[THAÍSE] Aproveitando ainda sobre esse pedaço do discutir esse tema com outros cartunistas e com outras pessoas: queria saber se você acompanha cartunistas de outros países. Se sim, em algum momento nessa temática? E se sim, quais deles? É algo que você busca para ver se é um fenômeno global?

[GALVÃO] Eu não acompanho muito não.

Eu seria mentiroso se eu falar que assim, sabe? Então... De vez em quando pipoca alguns na minha timeline ali e eu vejo.

[...]

Eu não sou maduro o suficiente para absorver isso tudo. Geralmente eu vejo depois que faço a minha charge ou meu desenho sobre o assunto, né? Porque, por exemplo, quando eu vejo algo que a Laerte faz, eu quero fazer igual, porque assim, ela já fez tudo, né? Não tem porque eu fazer uma outra coisa, cara. Ela já resolveu tudo no desenho, uai.

Para que eu vou perder tempo desenhando, né? Então, eu faço o meu primeiro, aí eu pesco ali meia dúzia de amigos. Por exemplo, eu tava conversando com Lafayette esses dias, ele me falou, né? Eu falei: "Ah, você foi na minha frente, safado, né?" Porque o Instagram derrubou minha conta do Instagram, né? Tirou, desativou na sexta-feira. E eu fiquei putaço, né?

[...]

Muito poucos, porque eu prefiro ficar um pouco na minha bolha mental para resolver, tanto em matéria de desenhos quanto de argumentos. Tanto as tirinhas quanto as charges, né? Mas eu acompanho o Lafayette, eu acompanho a Laerte, né? Eu gosto muito do Dahmer. Eu gosto muito do Arnaldo Branco, que são minhas referências, especialmente quando se trata de política, de cotidiano e de polícia. Cada um tem a sua maneira de retratar a coisa assim.

[THAÍSE] Ótimo.

Queria entender então um pouquinho, aproveitando esse gancho do Instagram, que triste. Como você acha que é a percepção do público do seu trabalho e que tipo de feedback você já recebeu nessa temática específica de violência policial e raça?

[GALVÃO] Cara, eu tenho uma reticência com redes sociais, especialmente. Eu não sei se acontece com todos os cartunistas ou não, mas eu sempre fui muito atrelado a uma bolha, a uma bolha de esquerda, progressista, né? E é muito raro quando algum cartum ou desenho meu fura essa bolha.

Quando fura essa bolha, aí vem xingamentos, haters... Conseguem derrubar, eu coloco de volta, denúncias, né? Especialmente sobre violência policial e religião. É onde eu mais pego, né? Por exemplo, quando eu comecei criticar os militares: no começo desse ano, muito antes desses escândalos aí, de golpe, coisa e tal, desses golpes que foram sendo descobertos depois, e foram caindo, né?

A violência policial sempre foi um dos focos do meu trabalho e sempre teve respaldo, né? É muito raro quando entra um direitinha [pessoa de direita]. E assim o argumento é o mesmo, né? "É, eu queria saber o dia que você for estuprado, quem que você vai chamar, cara". Ué, eu vou chamar a polícia. Tô pagando, sabe? São sempre mais ou menos esses argumentos furados. Mas você vê que mesmo fora do Instagram, quando você fala isso abertamente, numa festa de família ou num ambiente onde você não conhece todo mundo, sempre tem alguém que defende a ação policial. Eu falo assim "véi, eu não tô falando que eu quero bandido aí matando os outros", não é isso, sabe? Mas quem que é o bandido, sabe?

Então, no Instagram, infelizmente, eu acabo sempre caindo na minha bolha. Ultimamente, já faz dois anos, aliás, eu estou ilustrando charges num site de Santa Catarina, um site de política de Santa Catarina. E um site de política de Santa Catarina, é um site de direita, porque a política aqui é de direita. Não que o dono do site seja direitoso [de direita].

Mas você quer falar sobre a política de Santa Catarina, a notícia é de direita, né? Quer você goste ou não. Ali eu achei um portal para sair da bolha, porque como ele divulga as minhas charges, rebate nos direita de Santa Catarina, né?

E aí eu começo a ter feedbacks de que eu sou comunista, que eu sou esquerdinha, que o Lula paga meu salário... Quem me dera! Queria ter um salário do Lula, cara. Porra, Lula, se você me ouvir, me manda mil reais aí que tô precisando, sabe? Hehe. E é isso, cara. Porque assim... Meu trabalho não é rentável, Thaíse, né? Eu vivo no mundo de dívidas, eu não pago as contas, saca?

Sendo bem sincero, né? Eu faço isso ou porque eu sou muito burro ou porque eu sou teimoso. Assim, porque, pô... Vai prestar um concurso, né? Ganhar dinheiro. Eu tenho dois filhos, cara.

É caro. Viver de desenho, viver de charge, não paga as contas, né? Mas é o que eu sei fazer. E não pensar sobre esses temas, não desenhar sobre eles, me dói. Então, já que eu não posso mudar o mundo, de imediato, como ninguém pode, eu acho, infelizmente, chegou num ponto que não muda mais. É, a gente tá caminhando para o fim de tudo, se Deus quiser. Assim... É o que me cabe, é o meu papel, né?

E é muito massa como às vezes, você não querendo, você reflete uma visão de mundo e uma ponderação que é importante para muita gente. Essa é a recompensa, sabe? Você tem um clique [mental, uma ideia, uma sacada] aqui, porque você ruma isso o tempo todo e solta três palavrinhas ou quatro quadrinhos ali que a pessoa: "nossa, ele resumiu o negócio, né?"

E isso do resumir o negócio, às vezes, é tão óbvio para mim que estou [envolvido] né? E não é para os outros, cara. Isso é legal, sabe? Então, eu tenho um papel nisso. Eu sei da minha responsabilidade com as palavras e com os desenhos. É uma coisa que eu aprendi depois de muito tempo. Porque se você me perguntar como era dez anos atrás, eu diria que eu era ainda muito imaturo, né?

Eu achava que era só xingar, falar palavrão e tava bom. E não é. Agora eu tô percebendo que é importante o meu trabalho para reflexão, sobre esse e outros assuntos. E que abre os olhos de quem tá vendo, de quem não quer ver e de quem finge que não tá vendo. Eu acho que é por aí. [THAÍSE] Aproveitar então, sobre isso do feedback, vou passar para uma outra que é a percepção do seu trabalho. O que você gostaria de ver como reação às suas obras? Qual que é a intenção que você tem quando faz isso? Porque uma coisa que você trouxe no início foi, por exemplo, "percebi que não precisava desenhar só peles brancas". Então você tem uma intenção por trás disso. O que te abriu os olhos, como você falou? É para as pessoas que ainda não perceberam? Que ainda querem perceber? Qual que é a sua intenção?

[GALVÃO] Então como eu te falei no começo também, não quero jamais ser um artista ou uma pessoa que tenha uma verdade absoluta, né? "Vejam o meu trabalho é assim que é o mundo". Não. O que eu quero, acho que a última coisa que eu quero [é que] o meu quadrinho é que seja de humor. É...de humor que "hahaha, que engraçado". Não.

Eu sei que 90% das vezes cai ali no humor, mas é porque cai de um jeito tão desgraçado... ...Assim que você tem que rir, né, cara? Porque é tão ruim que tem que rir, né? O assunto é tão ruim, é tão absurdo que você tem que rir. Então, o mínimo que eu quero de uma leitura do meu trabalho é um senso crítico, um senso de questionamento.

Às vezes você solta uma coisa que a pessoa demora para entender. Aí dá uns quatro dias assim, ela te manda uma mensagem: "Ah, cara, pô, massa isso". Isso para mim é o melhor, sabe? Quando alguém me dá um feedback no direct ou por e-mail ou às vezes no WhatsApp, porque

tem meu WhatsApp ali disponível, né? A pessoa fala: "Cara, aqui... ..Aquela sua tirinha sobre esse assunto, sobre isso, e tal, me fez pensar cara. Que foda né?

Eu tentava entender isso e não entendia e você me fez refletir sobre". Ou então: "ow cara, eu discordo da sua visão, cara". Então, eu curto esse feedback de contemplação, crítica e de entendimento. Do mesmo jeito que eu não quero ter resposta nenhuma, eu fico muito feliz quando a minha dúvida se torna a dúvida do outro e a gente troca informação.

Ou a pessoa troca informação entre seus pares ali... Seus amigos... A sua rede de contato ali. Eu acho isso o mais lindo. Se você parar para pensar, eu tô colocando coisas na internet de graça desde 97, Thaíse. De graça. Eu dou meu trabalho. Eu coloco ali, qualquer um pode chegar lá e ver. Então, assim, essa é a coisa mais linda da coisa.

Porque, como eu já te falei, o financeiro não compensa. E eu dou meu tempo. O meu trabalho ali, se você for resumir, é meu tempo. Eu demoro para desenhar, resolver o texto da tirinha... Nem sempre tá perfeito, mas vai. Então eu acho isso: a contemplação e o questionamento é a melhor coisa disso tudo, né? E quando tem o feedback também.

Até quando eu dou umas latada errada assim e recebo a latada, eu faço muita questão de falar: "Ô, galera, Foi mal ali, né? Eu errei e tal".

Há um tempo atrás eu fiz uma tirinha, bem inocente mesmo, sabe? Eu usando pronome neutro em toda a tira. E aí comecei a receber uma enxurrada de críticas, e demorou para eu entender o que eu tinha feito. Não foi de imediato. Não foi porque as pessoas me xingaram de filha da puta, que eu entendi. Demorou. Aí um dia eu fui [e disse] "ô galera, foi mal. Eu mandei errado ali. Vou deixar ela ali para ser pontual que eu errei, mas daqui para frente..." Então faz parte, cara. Essa troca é muito salutar, eu acho.

[THAÍSE] Eu tava reparando uma coisa que, quando você começou, começou a falar no Instagram. São públicos diferentes, né? O pessoal do Twitter, ele vai ser bem mais reativo, vai colocar bem mais opinião, inclusive. Acho que vai se sentir mais confortável para se expressar do que muita gente do Instagram. Eu queria ver se você percebe alguma diferença também. Porque você tem o site, você tem várias plataformas, né?

[GALVÃO] Eu vou ser sincero com você, cara: eu evito o Twitter. No Twitter é assim: eu posto e saio correndo. Porque assim, Thaíse, não sei se dá para perceber, eu sou um cara ansioso. E sou ansioso *mesmo*, além da piada, sabe? Eu sou ansioso que algumas coisas fiquem batendo na minha cabeça e se eu não tomar cuidado, eu adoço literalmente, sabe?

Eu fico imóvel. Eu fico... eu fico de cama. Eu passo mal, sabe? Então eu tenho que filtrar. Desde a época da pandemia eu tirei o Twitter como prioridade. Primeiro porque ele nunca me deu um feedback profissional de arrumar trabalho, de vender desenho, né? O Instagram sempre

foi um pouco mais resolvido em relação a isso.

Então eu foquei mais no Instagram. [Mas] o problema é esse, o Instagram ele se adequa à sua bolha. O Twitter também tem um pouco disso, mas ele fura e às vezes vai. Mas eu não acompanho o Twitter, Thaíse. Sinceramente. Eu não tenho saúde mental. E uma outra política minha de modo geral em rede social é: não responder. Primeiramente os haters. A primeira coisa é não responder haters, né? Eu aprendi. Porque teve uma vez em especial, naquela enchente de Porto Alegre, eu fiz uma charge – e já tinha dado um pepino com a charge do Jean Galvão, que é meu xará. A gente soltou no mesmo tempo. Só que a dele foi para o jornal, a minha foi para o Instagram.

Quando eu soltei a minha, eu não tinha visto a dele. E a dele já tava no limbo do ódio. Eu soltei, deu duas horas e já estavam ameaçando minha família, de verdade. "Ó, vou pegar seus filhos, vou pegar sua mulher". Ow, espera aí. Eu não aguentei e tirei do ar. Eu amarelei, falei: "Não, espera aí. Disso eu não quero brincar". Então é massa provocar, é massa cutucar, mas é perigoso também, né?

Eu não sou inocente: é porque as pessoas estão loucas. Pros dois lados, eu acho, tá? Acho que um pouquinho mais pro de direita. Acho que eles estão um pouquinho mais doido, mas tá todo mundo doido, à flor da pele. E eu não quero estar nisso, cara. Pela minha saúde. Senão eu paro de fazer as coisas. Então, o Twitter, se tem ódio ali a mim, eu não tô sabendo, de verdade, porque eu não leio, cara.

Eu não leio, não sei quantas curtidas tem. E eu acho que por esse motivo, por eu não interagir tanto no Twitter, ele não se retroalimenta. A minha rolagem ali de curtidas, compartilhamentos e comentários é muito baixa em relação ao que era a minha conta extinta do Instagram. E isso é o que tá me doendo, porque eu tinha uma interação muito grande naquele Instagram.

Eu botava uma tira, chegava a umas duas mil curtidas, cinco mil, 200 comentários. Isso dói, né? Vamos ver o que acontece nos próximos dias, mas eu não vou me render ao Twitter, cara, não vou cair lá não.

[THAÍSE] Soa como preservação da sua saúde mental mesmo, só para constar.

É, eu tenho uma última pergunta desse primeiro bloco, desse primeiro momento. Você falou mais cedo, eu queria aprofundar um pouco.

Você falou mais cedo sobre a violência policial, ela tá presente sempre na sua vida. Você falou dessa sua forma de repensar quem você é, que você se vê como não-branco. E aí eu queria só que a gente aprofundasse um pouquinho mais pensando, por que você tem esse foco que alia as duas coisas então, a violência policial e a violência contra negros, e não ficou só na violência policial? Tem a ver com esse seu processo? A gente tem como aprofundar?

[GALVÃO] Não, eu acho que não tem a ver com meu processo, sinceramente. Eu, mesmo me reconhecendo como um não um branco, um preto, um pardo, eu não sou vítima direta de uma violência policial a não ser no caso familiar, né? Eu sou muito privilegiado, tá? Eu tenho um apartamentinho que eu alugo aqui, tenho meus filhos, estamos todos seguros.

Seguros, bonitinhos dentro desse sistema de classe. A violência policial aqui em Santa Catarina, em especial, é muito velada. Não chega diretamente a mim.

Chega quando eu tô no centro, numa grande celebração, numa noite, e a polícia vem a mando do governador e do prefeito, fazer um limpa numa região central, que é uma região que agrega. Agrega o roqueiro, agrega o funkeiro, o rapper, agrega bailarina, o artista plástico...

A polícia não quer, literalmente, em Florianópolis que tenha essa grégora. É tudo separado. O que acontece no morro, você não sabe. O que acontece na comunidade, você não sabe. E nesse miolinho aqui, universidade, bonitinho, nunca acontece nada. Tanto que aqui é... Não, não, "não acontece nada", entre aspas, né? Porque aqui é a cidade mais segura do **Brasil, é o que se propaga. Você não vê assaltos na rua.**

É raríssimo você saber de um celular que foi roubado, de um tênis que foi furtado, de um sequestro um roubo. Porque a informação aqui é resguardada. Todo o sistema aqui é um sistema de direita, exclusivista, patriarcal e branco, em que as coisas não ficam muito claras. É ótimo andar na rua e não ser assaltado. É o que todo mundo quer, né?

Mas qual que é o preço disso? Ninguém sabe. A gente sabe que aqui é um estado fascista. Então assim, eu não sou vítima direta nesse sentido, de uma violência policial, principalmente depois que eu fui embora de Goiânia. Em Goiânia, eu fui vítima junto com outras pessoas da minha classe social. Era no máximo um tapa na cara, no baculejos, né?

Não passava disso, né? O que acontecia nas comunidades, e deve acontecer lá ainda no entorno de Goiânia, é outra história. Acho, de novo, que não melhorou com o tempo. Pelo contrário. Você vê que o Caiado propaga que é a cidade que mais mata bandido do país. Você já entende que tem alguma coisa errada ali, né? Então, eu não posso falar que me pega diretamente.

Eu acho que são coisas distintas. O meu reconhecimento e de raça e de cor com a minha visão policial da coisa. A minha visão policial da coisa é porque eu sei que existe, eu sei que acontece. Sei que tá acontecendo e vai continuar acontecendo.

Então, eu não posso simplesmente não incluir isso numa crítica política social, se eu quero realmente fazer uma crítica política social. Porque a violência policial é um dos mecanismos desse sistema escroto em que em que a gente tá inserido, que faz parte e que banca por ele, que paga por ele. É um negócio muito doido.

Porque a gente sabe que tá tudo errado e de certo modo ainda retroalimenta o negócio. Então,

é essa a minha crítica: como a gente tá e a gente acha ruim, mas continua e volta e acha ruim e continua, sabe? É meio doido. Por que atrelar raça, então? Porque é isso. Você fala muito da violência policial, mas você fala falando de raça. Por que atrelar raça? Você acha que é então inevitável, já que não tem a ver com o seu processo? Por quê?

[É inevitável] porque eu acho que é o que acontece, cara. Eu acho realmente que, um padrão branco de sistema, não aceita uma inclusão negra de diversas maneiras. O preto ainda não vai ser bem vindo num cotidiano patriarcal branco, sabe?

Eu acho que isso tem a ver com o sistema de distribuição, sistema de divisão de classes mesmo. Onde o pobre tem que trabalhar para para sustentar uma classe mais privilegiada e a gente sabe que uma grande maioria dessa classe que trabalha e oprimida é composta por pretos e pardos, uma "minorias" que não é minorias.

É uma grande maioria. Aqui em Florianópolis, Thaíse, é um negócio tão louco! Eu moro no bairro da universidade, Trindade. Eu moro na frente de um morro, de uma comunidade gigantesca, Morro da Cruz. Diferente do Rio de Janeiro, por exemplo, que tem uma uma interação de quem desce do morro, aqui não existe isso, cara.

Não existe, sabe? E muitas vezes eu não sei onde acontece uma festa da comunidade. Não vai chegar para mim, sabe? E ao mesmo tempo, quando eu vou numa praia pública, todo mundo é branco. É branco. E eu não tô nem falando da minha cor escura não, eu falo branca mesmo [friso], sabe? É uma cidade completamente dividida, né?

Eu não sei onde a comunidade preta se diverte. Eu não sei, mas eu sei onde a branca tá, porque é onde eu frequento. Então, assim, é muito doido porque eu tô nesse jogo. Eu faço parte da praia dos Brancos, mas não sei onde os pretos estão, sabe? É um negócio muito louco. Mas eu não sei se eu tô falando demais.

[THAÍSE] Faz muito sentido.

>>> Começo da parte anonimizada. Duração total da entrevista: aproximadamente 59 minutos.

APÊNDICE 3

Entrevista Com Gilmar

Realizada por meio do Aplicativo Teams em 20 de dezembro de 2024

[THAÍSE] Vou aproveitar para me apresentar de novo. Primeiro eu quero agradecer muitíssimo por você ter aceitado, eu fiquei muito feliz. Na hora eu falei com meu orientador “Meu Deus” e ele também ficou muito feliz, ele viu o e-mail.

Eu sou Thaíse Torres, como coloquei no e-mail, faço mestrado na UnB, na Universidade de Brasília no Programa de Estudos Comparados Sobre as Américas. Estudo a percepção da violência policial [contra negros] por meio de charges, cartuns e tirinhas. Sou jornalista de formação, por profissão também, eu trabalho como jornalista e sou antropóloga e essa foi uma forma que encontrei de juntar as duas áreas pelas quais eu sou bem apaixonada.

Tem um tempo que estou com a ideia de fazer esse projeto, comecei o mestrado no fim de 22, de 2022, já tô perto de defender e desde sempre gosto muito de charges, gosto muito de cartuns, desde que eu tava no jornalismo mesmo, que foi minha primeira graduação. Daí me veio essa ideia. Suas charges elas falam muito sobre isso também.

[GILMAR] Sim.

[THAÍSE] Se você concordar eu vou te explicar mais ou menos a dinâmica da entrevista. Eu tenho algumas perguntas, elas são bem simples e no fim, se você concordar, eu queria te apresentar – aí eu mando pelo whatsapp, você dá uma olhada e fala sobre ela para mim. Eu queria te apresentar algumas charges de outros colegas para você fazer uma análise de forma completamente anonimizada.

[GILMAR] Sim.

[THAÍSE] É isso.

[GILMAR] E, bom, você vai mostrar essas charges e tal pelo whatsapp, acho que sumo por aqui para dar uma olhada...

[THAÍSE] Isso, minha sugestão é alternar a janela né, já que a gente tá no celular. É a mesma coisa que eu vou fazer. Mas são para ser charges bem... Bem tranquilas.

[GILMAR] Tá bom.

[THAÍSE] São charges bem tranquilas mesmo, todas com a mesma temática e é para ser bem tranquilo. Tudo bem ser essa dinâmica para você?

[GILMAR] Claro. Tranquilo. Sem problemas.

[THAÍSE] Ótimo. Então tá. Eu vou começar com a primeira pergunta, se tiver alguma também que você prefira não responder, eu acho que te falei isso: o que eu vou usar da nossa conversa é o som, tá? Então eu tô gravando aqui, mas o que eu vou usar é o som depois para transcrever. Queria começar te perguntando, qual a sua relação pessoal com as temáticas tanto da violência policial quanto com o racismo.

[GILMAR] Bom, é... Aliás, é... Você me diga se tem um tempo para responder, alguma coisa no seu cronômetro aí para editar, viu? Pode ficar tranquila.

[THAÍSE] Não, fica à vontade.

[GILMAR] Então tá. Primeiro, obrigada pelo convite. Eu achei interessante falar, abordar todos esses assuntos, principalmente usando linguagem da charge né, dos cartuns, dos quadrinhos e até da tirinha, né? Que é uma coisa, um tipo de linguagem muito importante, né? Eu acho, de comunicação. Reflexiva e tudo mais, e que pouco é usado. Um pouco por preconceito e tal, porque “não é uma coisa séria”, enfim. A gente ouve de tudo sobre esse universo aí do “desenho de humor”. Eu chamo de desenho de humor porque às vezes não tem muito humor, apesar de ser uma linguagem de humor. Então eu acho importante e agradeço pela abordagem. Então eu, por exemplo, estou sempre disponível para falar sobre esse assunto, sabe? Eu acho interessante abordar isso. Principalmente em escolas, né? Eu fico muito feliz assim quando tem professoras, professores que adotam nos livros, sabe? Principalmente numa fase recente, de cinco anos para cá, para debater dentro de sala de aula determinados assuntos, como esse que a gente está falando aqui, sobre racismo, sobre violência policial. Sobre todas as questões sociais né? Que eu abordo, os assuntos.

Bom, primeiro o por que que eu abordo isso. Eu tenho a minha formação é como cartunista. Sou autodidata, moro aqui no Grande ABC, eu sou nordestino, mas vim para cá muito cedo e eu vim morar aqui justamente na região do Grande ABC, onde é um berço político, né? De lutas sociais significativas, que a gente sabe, conhece muito bem. E eu trabalhei, né? Fiz a minha formação na imprensa sindical, anos 80 e tudo mais. Então toda a minha formação intelectual e artística vem a partir dessa entrada na imprensa sindical. Trabalhei em fábrica e depois fui trabalhar na imprensa sindical. Então, a partir daí, que eu me formo como artista, cartunista e jornalista também, abordando esse tema minha vida inteira, praticamente. Claro que, no início, depois que eu saí da imprensa sindical, onde que os sindicatos acabaram, sei lá, aquela coisa combativa, a gente trabalhava para sindicatos que tinham uma tiragem de 50 mil, exemplares, por dia, de jornal para as fábricas, as empresas e tal. depois eu tive uma fase longa de trabalho para a grande imprensa, né? A chamada grande imprensa. A gente chamava de “a grande imprensa”. E os jornais em que você não para fazer charge. Eu acho, eu faço essa observação,

que a gente não consegue fazer uma charge como ela deve ser feita trabalhando para um jornal de grande circulação, ou seja, tem todos os critérios ali que a gente já sabe, políticos, econômicos, principalmente, que não permite que a gente tenha uma pauta livre para abordar todos os assuntos.

Por exemplo, essas charges que eu tenho feito, essa abordagem que eu faço muito contundente nos últimos anos jamais faria isso numa empresa jornalística. Os jornais em que eu trabalhei fazendo charges, ilustrações, eu não teria autonomia para fazer críticas mais contundentes como eu tenho feito hoje e por que isso? Trabalhei muito esse tempo todo para jornais e tudo mais e depois acabaram. Teoricamente acabou todos esses espaços de imprensa. E aí eu passei a fazer um material independente, entendeu. As charges independentes através da rede social. Aí eu descobri que eu realmente poderia fazer um trabalho mais crítico dentro da minha visão de sociedade. Então eu, a partir daí abordei muito esses assuntos da questões da violência policial nas charges, mostrando até muito pesado porque o assunto é muito pesado e eu acho que de certa maneira como é um humor, mas você coloca como um alerta ou uma abordagem crítica, alertando, denunciando determinado fato através de um desenho de humor, abordei muito isso.

E também a questão do racismo, né? Porque assim, depois da internet, do celular, está tudo muito explícito assim para a gente, né? Até então não era tão explícito, não era tão claro tudo o que acontece com relação ao racismo e com relação à violência policial, com tudo que acontece, né? Então tá tudo muito aí. O que eu faço, na verdade, não é nem pensar muito sobre o assunto, é só botar no papel aquilo que está explícito para todo mundo ver nas imagens que a gente vê por aí.

[THAÍSE] Eu queria aproveitar, já que você falou mais cedo de professores usarem seus livros, né? Eu pensei no Brasil em Charges, não sei se era a ele que você se referia. Quando você faz esse tipo de publicação, considerando também, não só essas publicações impressas, mas suas publicações, por exemplo, no Twitter, que é um lugar onde muita gente consome de uma forma mais crítica, tem algum tipo de reação que você espera que as pessoas tenham quando elas vêem as suas obras, seus trabalhos, suas pessoas e essa crítica bem gráfica?

[GILMAR] Você tá falando também de uma forma virtual, não só o impresso? Não entendi direito.

[THAÍSE] Sim, porque eu acho que são duas plataformas que têm públicos muito diferentes, não sei se você concorda também. Eu acho que quando você está numa esfera, por exemplo, com o Twitter, daí parto desse pressuposto, né? É o meu caso. Você está com muito mais

peessoas dispostas a engajarem, às vezes, a reagirem àquilo que está sendo postado, algo que você não consegue acompanhar naquilo que é o impresso.

[GILMAR] Sim.

[THAÍSE] Então quando você faz esses dois tipos de publicação, o que você espera como reação às suas obras?

[GILMAR] A primeira coisa ali que eu faço na publicação independente em que eu consigo fazer uma crítica muito mais contundente é nas redes sociais. Isso, a partir das redes que eu tive esse feedback, de poder fazer isso de maneira instantânea. No jornal, a gente fazia uma coisa ou outra mas também apenas ilustrativo, não tinha muita coisa assim, contundente, e aí demorava um dia para ter um caso, talvez uma resposta, uma carta escrevendo alguma coisa do tipo ali, comentando sobre determinado trabalho ali, né? E já era rápido, assim, fazer isso com o cronômetro jornalístico.

E no dia seguinte já morria. Aí depois, com a internet, a coisa ficou muito instantânea. É questão de minutos e tudo mais, é uma adrenalina abordar esses assuntos. E eu fui percebendo e transformando páginas de rede social minha que eu faço o material como uma grande mesa de debates, como uma grande mesa de debates de opiniões, a partir do momento que eu lançava uma ideia crítica, assim, abordando a violência policial, abordando a questão racista. Automaticamente, questões de segundos aquilo já se transforma num grande debate. Então descobri que essa é uma função muito interessante, sabe assim, essa questão da charge. É uma questão que eu, por exemplo, tento causar e tento provocar esse tipo de coisa. É claro que, com o passar do tempo, a gente foi criando bolhas, ou seja, só nas pessoas que são contra o racismo ou a violência policial que ficaram ali na nossa bolha. Então o grande desafio, por exemplo, meu ou dentro desse debate a partir de uma charge crítica e sair fora da nossa, das pessoas que vestem a mesma camisa. Ou seja, atingir essas outras opiniões, essas outras pessoas. No início eu atingia muito essas pessoas. vinham muito criticamente e tal, mas elas eram excluídas e auto excluídas, do tipo “não concordo com isso. Vou sair fora disso daqui”, ou alguns que se manteve sempre, mas um número menor de pessoas, sempre ali contra o que estou fazendo.

Por exemplo, na questão policial, sempre defendendo o policial. A ação da polícia. Ah, por que você não aborda quantos policiais morreram em enfrentamento para defender a sociedade, etc e tal. Então algumas pessoas ficam e algumas debatem esse assunto, levantam essa defesa deles então. Isso é um fato. O outro, é que sempre, como eu sou do papel, do jornal e tudo mais e essa coisa de experimentação virtual e rede social, etc. é uma coisa de certa maneira nova, que não é tão nova assim, mas eu sempre fiz uma documentação em papel. Seja lá, por exemplo,

fiquei quatro anos em tirinhas, abordando comportamento juvenil com as redes sociais, para um suplemento infantil de um jornal, aí no fim do ano eu pegava e transformava isso num livro. Pegava aquele apanhado e transformava num livro.

Outras tirinhas que abordaram questões econômicas e trabalhistas para um jornal que eu fiz, por exemplo, diário popular, que eu publiquei. Então fiz uma série de livros em cada período que terminava aqui, então eu documentava em livro. Então não menos diferente fiz isso também, tenho feito, inclusive vou lançar a campanha amanhã para um novo livro da série “Nem um Dia de Sossego”, com este objetivo, sabe? De botar no papel e documentar. Não só deixar nas redes sociais, que tão documentadas ali no Google e pode dar uma grande pau assim, sei lá o quê, e perder coisas, que a tecnologia é possível acontecer isso, mas também essa coisa nostálgica, sólida, sabe? Que é botar no papel, sabe? Então eu sempre faço isso com o objetivo de documentar. Entendeu? Então esse é um dos objetivos de fazer esse trabalho sim.

[THAÍSE] Vou voltar para uma fala sua também, que as pessoas fora da bolha que falam por exemplo sobre a questão do policial. E uma coisa que eu acho que é muito rica no seu trabalho, é que, quando você fala da violência policial, você aborda sim da questão de raça. Não são personagens sem cor. Eles são personagens negros. Por que que você traz, para você então, e para o público, essa escolha de juntar as duas coisas? Não só falar da questão da violência policial, que tem crescido, e é cada vez mais noticiada, não é de hoje, mas conectar com o racismo também. Por que que é importante colocar esse recorte ou por que que você faz?

[GILMAR] Eu nem faço escolha, ela é explícita, né? Nem tenho que inventar nada ou fazer uma escolha, né? “Ah, eu vou botar lá um cidadão preto de periferia foi vítima. Não. Tá lá. Proporcionalmente, é isso, como eu falei, por exemplo, eu nem penso muito, Não tem em que elaborar grandes coisas para poder fazer uma charge. É colocar aquilo que está explícito ali. Eu lembro, por exemplo, daquele negócio do Alphaville e Alphavella. Ele foi um desenho meu que viralizou muito e que teve problema com a rede Instagram. Foi censurado esse desenho. Tanto que a Ponte jornalismo ela fez uma matéria sobre isso, sobre essa censura, que é tirar né? Quando tem muita denúncia por parte de um setor social, aí o Instagram vai lá e tira. Então teve esse problema aí né? É uma charge que eu fiz quando um cara lá em Alphaville tava com um surto agressivo e tudo mais e chamou a polícia, né? Aí o policial foi lá e ele teve um surto agressivo, metendo o dedo na cara do policial e tal e o policial meio que se rendeu àquela coisa toda, àquele poder de autoridade do morador “rico” poderoso ali, que disse que conhecia secretário de não sei lá das quantas da cidade, enfim., Essa coisa terrível do uso de carteirada, enfim. Aquela coisa toda. Então eu fiz esse desenho abordando Alphaville e Alphavella. Porque tá muito na pauta, né, cara? Toda essa coisa em que o pessoal das comunidades, das grandes

periferias brasileiras sofrem né? Porque os caras vão lá, atiram primeiro e depois perguntam, né? Isso é óbvio. É claro, né? Então, não tem nenhuma escolha, assim “Vou fazer isso e tal”. Tá ali. É abordar a real né? Todo dia.

Claro né? Então não tem nenhuma escolha assim e tal. Tá ali. É abordar a real, né? Todo dia a questão racial está diretamente sei lá quantos por cento ligada à violência policial ali, né? Letal, inclusive.

[THAÍSE] Sim, eu acho que é importante a gente considerar que, por mais que isso esteja dado e seja óbvio, tem muita gente que vai escolher não retratar dessa forma. Tem alguma coisa que te impele? É porque você acha que é importante? É porque você acha que é preciso fazer a reflexão? Tem alguma coisa específica que faz com que você escolha fazer essa forma de retrato?

[GILMAR] Sim, eu acho importante. Mostra quem diretamente é atingido por uma violência policial ou por uma escolha ali social de repressão, entendeu? Então eu acho sempre importante denunciar isso, abrir os olhos para quem não enxerga isso, fica defendendo, né? Tem gente que defende o extermínio de quem roubou um celular. Isso é uma visão limitadíssima, né? O cara comemora. Tem pessoas, até parentes e tal, que por conta de um cara roubar um celular ou estar portando um pouco de droga, ele tem que ser eliminado. Ele tem que ser eliminado, sabe? Morto pela polícia. E o policial que faz um negócio desse daí ele é ovacionado, é um herói, dentro da visão dessa camada aí. A gente precisa, por exemplo, num trabalho simples, de humor, de cartum e tal, abordar isso e tentar passar esse tipo de desconexão, sabe? Assim, dessa coisa toda. Ou seja: é importante, eu acho interessante quando você pergunta e quando você toma como base o trabalho do cartunista como a charge para poder abordar esses assuntos todos. Então isso dá importância que deve ser dada, sabe assim? E é dessa maneira que, por exemplo, esse desenho ele é levado à sério para essas camadas que não enxergam esse tipo de coisa, sabe? Para ter o mínimo ali, provocar o mínimo de reflexão sobre assuntos como esse. É Aquela coisa, vamos eliminar que é mais fácil, sabe assim? E todas as autoridades, governo e tudo o mais, vai nessa pauta de defesa, né? É mais fácil investir, por exemplo, numa reformulação militar, numa polícia inteligência, ou sei lá numa coisa de prevenção, etc. etc. Não é viável. Ou investir, por exemplo, em sistemas, sei lá, em projetos de cultura, sabe? De tirar essas pessoas, por exemplo, que endossam esse negócio, de correr esse risco, né? De pegar esse celular por conta de uma dificuldade financeira, social, etc. Amenizar e tirar um pouco desse armamento para essas pessoas argumentarem dessa maneira, entendeu? Talvez seja isso, né? Não sei, também. Enfim, mas é uma coisa muito triste assim, né?

Tudo o que eu faço, por exemplo, uma coisa que eu sinto muito. Tem gente que, por exemplo, você, ô Gilmar, na questão do ex-governo Bolsonaro lá. Eu lembro que você desenhava o Bolsonaro de uma maneira “normal”, digamos assim. Falando especificamente de um governo que passou e que está presente. Passou o cara, mas está presente mais do que nunca aí nas suas raízes, nos seus tentáculos, digamos assim. Então você começou a desenhar isso de uma maneira assim, e eu fiquei notando, com o passar dos livros que você foi fazendo, como foi ficando pesado esse negócio, como a cara do cara mudou. Né? E de fato é isso. Sabe, assim. Então eu acho fundamental que o que você coloca no papel como cartum, como um trabalho jornalístico de imagem, assim, é você passar aquela emoção que você está sentindo no momento. Eu, por exemplo, sinto muito tudo isso que eu coloco no papel. Tá ali, isso que eu coloco no papel. É para quem é grande observador. É uma angústia. Por exemplo, você vê uma violência com uma mulher que o cara pisa na cabeça. Pisa na cabeça com a mulher rendida ali, por exemplo, uma imagem... Então você vai, sabe assim? Tenta. Não tem como dar leveza para um papo como esse. Então é puramente emocional. Então todas essas coisas é essa indignação pessoal sim também, para todos esses fatos sociais racistas, né? Violência policial, colocar um pouco dessa emoção para poder ver se isso alcança também uma percepção emocional para quem está lendo, seja ele para quem tá dentro do segmento que é contra o racismo e outras pessoas que só vêem o lado ali dizendo que não conseguem enxergar essa outra parte violenta, de 500, mil anos que prevalece até hoje, mascaradamente, maquiadamente com outros discursos.

[THAÍSE] Aproveitando esse comentário que você fez, da observação de como o Bolsonaro foi mudando, ele foi ficando mais nojento mesmo. Tem razão.

[GILMAR] Exato.

[THAÍSE] Aproveitando esse comentário externo: você costuma discutir o seu trabalho com outros cartunistas? Ou, se não o seu trabalho, esse tipo de trabalho com outros cartunistas? Você tem esse momento de reflexão sobre como que cada um pode estar retratando essas cenas? E você acompanha o trabalho de outros cartunistas? Do país e fora do país?

[GILMAR] Eu acompanho o trabalho de outros cartunistas e sou muito crítico ao trabalho de outros cartunistas. Eu não vejo, a gente tem um problema complicado, que eu acho que, por exemplo, chargistas no Brasil, eles não fazem charges. Fazem ilustrações e tal. Aquela coisa meio... Tentam captar um humor que nem existe, sabe? Na nossa realidade social diária aqui, todos os dias né?

Então é muito superficial. É por isso que até o desenho de humor, o cartum, a charge, ela não é levada a sério em sua grande maioria das pessoas que vêem o geral do desenho. Sabe assim?

Porque é um desenho sem muito peso como deveria ser. Então eu sou muito crítico. Acho que a maioria dos cartunistas brasileiros não fazem as charges como ela deveria ser feita, sabe? Ou porque... Não sei porque, sabe? Não alcançam, não sei porque. Mas eu acho, né? Assim, que deveria ser como eu costumo fazer. Por exemplo, poucas pessoas fazem. Por exemplo, tem o Latuff. Às vezes é o seguinte: o cara “não, não. A coisa já é muito pesada na nossa realidade e tal. Nosso dia a dia já é muito pesado. Por que que eu vou endossar ainda mais esse peso? Vou fazer uma coisa mais leve. Uma esperança e não sei o quê.”

Também é uma linha editorial que daria, dá para ser explorada como esperança, né? Assim, como uma visão sei lá de alternativa, que seja mais suave, que encha o coração de esperança e tal, mas eu não. É aquela coisa, assim: eu, no meu trabalho, eu não consigo enxergar mais uma coisa dessas assim, sabe? Então eu endosso o peso mesmo. Sabe?° Para tentar causar alguma, sabe? Algum constrangimento, alguma movimentação emocional ali. Né, quando você aborda esse assunto. Que não é uma fotografia... Você traz ali... Não é só um vídeo ou uma fotografia. Você traz, você tenta trazer uma reflexão ali, com uma abordagem desse tipo, né? Não sei.

[THAÍSE] Você localizou muito bem dentro do país. Tem algum colega, de fora do país, que você acompanha e daria de exemplo, ou não sei. Conectaria o seu trabalho com?

[GILMAR] É, eu acho que tem cartunistas fora do Brasil que dependendo da região do mundo em que ele mora ele tem essa mesma abordagem. Eu pego cartunistas do oriente médio, iranianos, eu tive lá no Irã e vi os cartunistas. E fora isso também eu, a gente acompanha os cartuns, né? Que vêm de fora, tipo nos festivais internacionais de humor aqui de Piracicaba e é muito diferente do que a gente produz aqui, sabe? A gente reflete esse oba oba do humor, da piada.

Você pega assim, o que que faz sucesso no Brasil, sabe, assim... Os grupos de Whatsapp de família, os grupos não sei o que lá. São piadas idiotas, né? Assim. Aí vem o meu lado todo amargurado, sabe? De mau humor mesmo.

Mas eu sou bem-humorado às vezes, sabe? Mas vem todo esse lado de reprovar completamente toda essa coisa brasileira, do oba oba, da piadinha idiota, preconceituosa. E você vê humoristas de stand up que vão para o palco com milhares e milhões de seguidores para fazer piadas racistas, piadas sem contexto social e político, sabe? Eu fico, eu perco até as palavras, entendeu, para falar sobre isso, porque assim, o tamanho da minha indignação para esse tipo de coisa assim. Eu vejo piada de bêbado. De bebida. Sabe, o cara tá bêbado. Então os memes, os emojis que têm nas redes sociais, só abordam esse tipo de piada ruim ou de humor fácil, ruim, preconceituoso e tal, que está inserido na nossa sociedade. É rir, né? Isso bem, claro, imagino das grandes televisões que por ano pregam essa coisa da bobagem, sabe? DO besteiro. Fora

do Brasil, como pe uma realidade muito diferente, essa coisa do oba oba idiota, sabe, assim? A abordagem do cartum é muito pesada, muito diferente, sabe? Porque assim, os caras tão, eles vivem no dia a dia a sua realidade numa questão de sobrevivência a guerras. Uma coisa que a gente imagina que isso é antigo, não sei o quê, tá mais vivo que nunca, né? Tá aí os exemplos todos. Então eu vejo cartunista do Oriente Médio, como eles abordam sua realidade de sobrevivência num mundo de guerra e tudo mais, sabe? Então eu vejo um pouco de espelho nisso, por exemplo, nesse tipo de abordagem, dentro das suas questões sociais e políticas de cada realidade, de cada país, sei lá. Vejo isso muito no Oriente Médio, no Irã, que eu tive lá e tal.

Aí uma coisa interessante aqui, se você mergulha dentro disso, você vai virar a gente tem uma guerrilha também, não menos proporcional ao que os caras vivem nesse negócio. Então porque abordar. Enfim. Tem que abordar com esse peso, eu acho. Eu acho. Pode ser que eu esteja errado, sabe? Não sei. Pode ser que eu esteja errado, mas é o que eu sinto quando eu vejo uma coisa assim, né? Às vezes que eu sinto no dia a dia o medo de sair na rua. Etc. Etc.

Eu fiz até uma exposição na França, num evento muito importante e interessante de cartunistas numa cidadezinha que fica há 300 km de Paris. Saint-Just-le-Martel. Lá tem já faz mais de 50 edições na cidadezinha e leva cartunistas do mundo inteiro, sabe? Então fizeram uma exposição com meus trabalhos lá dos últimos anos e aí tá lá abordando várias coisas, sabe? As questões políticas, sociais e tal etc. etc. Aí o que as pessoas mais me perguntavam era assim “O que você está fazendo pela Amazônia?” “Qual a sua abordagem pela Amazônia?” Aí eu me toquei que, eu não abordo muito a questão da Amazônia nos meus desenhos e tal. Eu pontuo. Por exemplo, na edição final do livro de charges que fiz abordei mais a questão indígena e tal porque tava na pauta do governo Bolsonaro e tal. E aí a única resposta que eu tinha aí era por que eu não abordo tanto a Amazônia que é uma coisa importante para o mundo inteiro, não só para nós, é que dentro da nossa realidade do dia a dia, nem cabe espaço para você ver como é tão... Não damos conta das coisas sociais e violentas que acontecem no dia a dia aqui no nosso país, que não dá nem tempo para abordar uma coisa global como é a questão da Amazônia para o mundo. Então minha resposta é essa: cara, a gente não dá conta para abordar isso pela demanda que a gente tem das questões pequenas, para a gente é muito grande né?

[THAÍSE] Eu lembro dessa, eu acho que você deve estar falando de um rapaz indígena, a floresta foi cortada e tem um vidro, né? Se bem me recordo, uma redoma? Você falou e eu imaginei que fosse essa.

[GILMAR] Tem vários, vários, né? Em 2019 eu abordei várias questões indígenas ali de território, extermínio, né? Aquela exploração do território, mas eu acho que tenho aqui, não sei se tenho aqui.

[THAÍSE] Eu tenho em casa, separadinho, com as páginas marcadas. Deixei tudo separadinho em casa antes de viajar, sabe? As páginas marcadas, tudo certinho do meus livrinhos mas...

[GILMAR] Você tem?

[THAÍSE] Tenho, foi numa CCXP que eu completei. Eu tenho 19,20,21 e 22? Não lembro. É, ótimo. Se você concordar,

[GILMAR] É...

[THAÍSE] Pode falar.

[GILMAR] Pode falar.

[THAÍSE] Se você concordar, eu vou passar para as charges que eu te falei e aí a gente entra no último pedaço. Tudo bem?

[GILMAR] Sim.

>>> Começo da parte anonimizada. Duração total da entrevista: aproximadamente 57 minutos.